Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Oito de Fevereiro de Dois mil e Vinte e Três

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Bom dia... Estão presentes na sala setenta e seis Deputados, incluindo os três membros da Mesa. Queria apresentar os meus cumprimentos a todos os senhores Deputados eleitos e Presidentes Junta, ao senhor Presidente da Câmara e às senhoras e aos senhores Vereadores, aos senhores Funcionários da Autarquia, aos senhores Chefes de Divisão, à Comunicação Social e aos Cidadãos presentes. Dar conhecimento das substituições. Há, ainda, uma substituição por resolver. Mas, neste momento, as substituições definidas são: do Grupo Parlamentar do PS, falta a Dra. Ana Mendes Godinho, é substituída pela Liliana Almeida. Falta o Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, João José Pina Prata, é substituído pela Secretária, Anabela Guerra da Cunha. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Pousade e Albardo, António Alberto Marques, é substituído pelo Secretário, Jorge Miguel da Silva Escaleira. Falta a Presidente da Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, é substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires. Falta a Presidente da Junta de Freguesia dos Meios, Maria Teresa Teles Cabral, é substituída pelo Secretário, Paulo Jorge Nascimento Pina. Nos termos regimentais, houve um pedido do senhor Aires Antunes Diniz, feito atempadamente, segundo o Regimento, para falar sobre política cultural. Também nos termos regimentares previstos para o dia de hoje, o Engenheiro Luís Aragão pediu para ter uma intervenção sobre obras particulares, análise e questões genéricas sobre a organização e funcionamento dos serviços de divisão de planeamento e gestão urbanística, gabinete de informática e modernização administrativa. Nos termos também do Regimento da Assembleia, cada

um tem direito a cinco minutos. E, portanto, eu dava a palavra ao Aires Antunes Diniz, pedindo-lhe o seu poder de síntese para cinco minutos. Faça favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Eu pedia, quando faltasse um minuto, para me avisar, para eu resumir. A recente decisão da Câmara Municipal da Guarda em não honrar os compromissos que havia assumido aquando da apresentação de uma candidatura a financiamento da programação cultural do Teatro Municipal da Guarda à Direção-Geral das Artes, é apenas o mais recente exemplo de desnorte do Executivo Camarário em relação ao setor da cultura no concelho. As subseqüentes afirmações do Presidente da Câmara, que poucos meses antes se tinha congratulado pela mesma candidatura, revela um profundo desconhecimento do setor e falta de rumo no cumprimento do mandato constitucional que garante a todos os portugueses, incluindo os guardenses, o direito à fruição e criação cultural. A ação do Executivo Camarário, coloca assim em causa as estruturas culturais do concelho que levam a cabo um trabalho conseqüente e meritório de criação cultural. Disto mesmo deu conta o comunicado da concelhia da Guarda do PCP, datado de 22 de dezembro de 2022, que denunciou a situação e que chegou aos órgãos de comunicação social nacional. Mas este é tão só o mais recente caso de uma política cultural que antecede mesmo a vigência deste Executivo, que vê a intervenção do poder central e local da área da cultura com dinheiros públicos, como uma benesse e não como um direito constitucionalmente garantido que incumbe, em primeiro lugar, ao Governo, mas em que as Autarquias têm hoje um papel determinante e fundamental. Assim, no passado dia 21 de janeiro de 2023, o PCP, sobre o lema “Viver melhor na nossa Terra”, promoveu uma audição pública sobre cultura no distrito, em que intervieram membros do PCP e convidados que refletiram sobre a falta de uma política cultural no distrito e, em particular, no nosso concelho, em que, após uma apresentação da proposta de Plano Estratégico da Cultura do Município da Guarda, no dia 7 de dezembro de 2022, às 18h30, não tivemos mais qualquer informação. Equacionado, assim, o nosso problema, há que salvaguardar a existência de diferentes associações culturais que teimam em continuar a dar oportunidade aos guardenses para produzir ou fruir cultura que se afunda com esta falta de firmeza da Câmara na assunção dos compromissos previamente acordados, como se viu neste caso de recusa do apoio da DG Artes ao TMG, pois vivem na insegurança de perder as suas sedes, pelos contratos de comodato

renováveis anualmente que lhes são impostos, pois estão impossibilitados de fazer planos a médio prazo, pela insegurança e opacidade na atribuição dos apoios públicos camarários à sua atividade. Assim, perante este panorama, alguns desistem, outros vão procurar apoios a outros lados ou até a outros concelhos. Mas muitos persistem e exigem mudanças. Neste contexto, o PCP exige: Que os montantes dos fundos públicos camarários de apoio às diferentes associações culturais do concelho, sejam publicitadas de forma transparente; Que seja produzido um efetivo regulamento de apoio aos associativismo, com a participação das associações concelhias, que garanta a justiça e estabilidade desses apoios, garantindo a estas estruturas a possibilidade de realizarem projetos a médio e longo prazo; Que a Câmara Municipal torne, finalmente, público, o que foi pago com dinheiros públicos e objeto de participação dos atores culturais do concelho no colóquio em Praga. Em suma, que o apoio municipal ao setor da cultura, no concelho da Guarda, seja pautado pela transparência e não pelas decisões por impulso momentâneo de qualquer Executivo Camarário. Entretanto, observamos uma política cultural marcada pela continuada contenção financeira, evidenciando receios resultante da fracassada candidatura à Capital Europeia da Cultura, marcada pelo desperdício de cerca de 1 milhão de euros, sem que tenhamos sido informados sobre os seus resultados parciais que eventualmente possam servir para construir projetos culturais, com um proveito para a nossa cidade, concelho e região. Todo este processo devia ser enquadrado na atividade cultural da CIMBSE, sucessora da Assembleia Distrital da Guarda que editava a Revista Cultural Altitude, infelizmente, descontinuada, sem qualquer razão válida.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Um minuto, por favor.” -----

- **Aires Antunes Diniz:** “Pronto, eu vou aqui... tenho aqui escolhidas as conclusões. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal organize um regulamento que defina claramente os incentivos e apoios que estrategicamente não só oferece ao associativismo, como aos diversos produtores culturais nos vários campos da cultura, onde devem ser definidos também os apoios aos que trabalham nas aldeias para proteger e preservar as nossas tradições rurais, assim como devem ser estruturados organizacionalmente os serviços municipais encarregues de concretizar estes apoios. Nesse sentido, propõe-se o retomar das publicações dos cadernos Fios da Memória e

ainda publicações de biografias de gentes da Guarda, nomeadamente de quem se evidenciou nos mais diversos campos da cultura e da vida cívica e, ainda, o uso das antigas instalações do antigo matadouro, como equipamento de apoio às atividades culturais. Disse.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Dava, agora, a palavra, também no mesmo sentido, ao Engenheiro Luis Aragão. Faça favor.” -----

- **Luís Manuel de Sousa Aragão:** “Bom dia a todos. Agradeço o facto de terem aceite o meu pedido de participação. Faz hoje precisamente seis anos que fiz a proposta para que fosse considerado no orçamento participativo de 2017, a conclusão do processo de criação da plataforma para acesso remoto aos serviços do Município, designadamente no que dizia respeito às obras particulares. Dias depois, a 6 de março, recebo a resposta que tenho aqui e que vou passar a ler: “Orçamento Participativo, Município da Guarda, Gabinete de Comunicação. Excelentíssimo senhor Engenheiro Luís Manuel de Sousa Aragão. Assunto, Orçamento Participativo de 2017. A terceira edição do Orçamento Participativo foi um processo amplamente participado, tendo-se verificado um grande envolvimento dos cidadãos, permitindo, assim, uma maior proximidade e transparência entre Município e cidadãos. A Câmara Municipal da Guarda gostaria, antes de mais, de agradecer a participação de V. Exa. nessa iniciativa e, tal como V. Exa. refere, o processo já foi iniciado por este Município e como a sua concretização depende apenas de procedimentos administrativos internos, os quais irão ser plenamente executados com a maior brevidade possível, entendemos, por isso, que a mera concretização desta proposta não preenche os requisitos necessários para ser colocada à votação. Com os melhores cumprimentos”. Volvidos estes seis anos, tudo continua na mesma. E a proximidade e transparência referidos entre o município e os cidadãos continua à espera da luz do dia que nunca mais chega. Depois de um pedido de reunião com o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Sérgio Costa, na sequência de uma intervenção, como público, nesta mesma Assembleia Municipal, mas no TMG, na altura, o senhor Presidente disse-me para aguardar pelas mudanças que iriam acontecer em breve, e que depois de um tempo, para esperar pelos resultados, falaríamos. As mudanças aconteceram e passou algum tempo. Nota-se, agora, que existe mais boa vontade em tentar resolver as questões, por parte das chefias. No entanto, essa boa

vontade não se traduz, infelizmente, em resultados práticos. Ou seja, o tempo passa e continua tudo parado. Um pedido de licença de utilização que, depois de todos os documentos entregues, só depois de inúmeros pedidos, queixas no livro de reclamações, deslocamentos semanais ao balcão único para saber como é que está, ao fim de mais de um ano é tirada a ferro, quase por favor, não pode ser. Um projeto para dar entrada para licenciamento ou para legalização, tem de passar pelo calvário do saneamento e apreciação liminar. De acordo com o artigo 11º do Regulamento Jurídico da Urbanização e Edificação, o Presidente da Câmara Municipal tem oito dias para proferir despacho de aperfeiçoamento do pedido, da rejeição liminar ou da extinção do procedimento. Não ocorrendo rejeição liminar ou convite para corrigir ou completar o pedido ou comunicação no prazo previsto no número 2, ou seja, nos oito dias, presume-se que o requerimento ou comunicação se encontram corretamente instruídos. A partir daqui, todo e qualquer pedido é feito ao arrepio da lei e, obviamente, do espírito da mesma. Dizer que o processo tem que ser corrigido porque, por exemplo, o termo de responsabilidade não está corretamente redigido, significa que os serviços não têm vontade de resolver os problemas. Porque é muito simples. Basta fazer como fazem outras câmaras. Um PDF com o termo, com os campos em aberto para serem preenchidos diretamente e o problema está resolvido. Quem fala no termo, fala na justificação da falta de cotas para mandar um processo para trás, quando o mesmo, se fossem necessárias, podiam ser entregues à posteriori e o processo seguiria para análise sem perda de tempo. Costumo dar este exemplo que se passou comigo já há muito tempo atrás. Um cliente veio ter comigo, dizendo que já tinha vendido a moradia que tinha feito e queria comprar um lote, para construir, no Torrão. Perguntava quanto tempo seria necessário para ter os projetos feitos e aprovados para começar a construir. Eu disse, na altura: um mês, um mês a dois. E, sim, efetivamente não chegou a um mês na Câmara da Guarda. Hoje, para a mesma coisa, eu digo sempre: um ano, dois. Não pode ser. A legislação atual é de 1999, mas só entrou em vigor em 2001 e, desde essa altura, até hoje, já teve vinte e uma alterações. Ou seja, mais ou menos uma por ano. Essa legislação acabou com os deferimentos tácitos automáticos, por falta de resposta, que existia antes. Antes, as coisas funcionavam. Agora não. Vem agora o Primeiro-Ministro dizer que, como não se consegue resposta, em tempo útil, das câmaras, num

passa de mágica deixa de ser necessário aprovar os projetos de habitação para resolver o problema que criaram...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Engenheiro, falta um minuto. Muito obrigado.” -----

- **Luís Manuel de Sousa Aragão:** “Obrigado. Com indemnizações ao promotor, com juros de mora, é retirado dos montantes que as câmaras tinham direito em sede de transferência do orçamento do Estado. Andamos há quase vinte anos a dizer que isto, assim, não pode ser. Será que não podiam ter tido mais atenção? Agora que não há habitação e que os preços subiram em flecha é que vêm com medidas radicais. Senhor Presidente da Câmara, pergunto: quando é que termina o processo de transição do papel para o digital? Pergunto: para quando a plataforma para acesso remoto aos processos? Pergunto: quando é que vamos ter uma mudança de atitude no tratamento dos processos, com a resolução dos problemas em vez de os criarem? A Guarda precisa de um setor da construção dinâmico para nós, projetistas, para os empreiteiros, para os comerciantes de materiais de construção, para os promotores. Enfim, para todos os cidadãos. Aqui fica o desafio. Ponha a divisão de planeamento e gestão urbanística a servir a Guarda. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhores Deputados, depois destas intervenções do público, colocava, à votação, a ata da última Assembleia de 20 de dezembro de 2022. Não sei se algum senhor Deputado, ou alguma senhora Deputada deseja pronunciar-se sobre o teor da ata, qualquer eventual irregularidade ou falha que possa acontecer. Não havendo, colocava ata à votação.” -----

- **Resultado da votação da ata do dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e dois. ----**
- **Aprovada, por maioria**, com setenta e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Também informar que está disponível, na plataforma, o Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Guarda, relativamente ao ano de 2022. Está colocado na plataforma. Entravamos, agora, no período antes da ordem do dia e, por sugestão do Partido Socialista, que a Mesa entende aceitar, por beneficiar os trabalhos, temos dois Votos de Pesar apresentados

pelo Partido Socialista e um Voto de Pesar apresentado pela bancada do PG. A sugestão do Partido Socialista foi que se lessem os três votos de pesar seguidos e, depois, se guardasse um minuto de silêncio. Está correto, senhor Deputado? Portanto, a sua proposta é lermos os três votos de seguida e, depois, o minuto de silêncio, por todos. Então, faça favor. Tem a palavra o Partido Socialista. Apresentou antes do PG, tem a palavra o Partido Socialista. Muito obrigado.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “«Voto de pesar pelas vítimas da agressão da Rússia contra a Ucrânia e de solidariedade para com o povo Ucrâniano. Fez, no passado dia 24 de fevereiro, um ano que a Rússia invadiu a Ucrânia e iniciou a sua guerra imperialista. Para tal forjou o pretexto de que estava a ser ameaçada pela União Europeia e especialmente pela NATO/OTAN, dando a entender que iria apenas estacionar as tropas na fronteira com a Ucrânia para se proteger de uma suposta expansão do ocidente para leste. A falsa narrativa por parte do poder russo foi sendo alterada conforme as necessidades criadas pelas movimentações do seu exército em território alheio. Todas essas falsidades serviram e servem para encobrir a pretensão verdadeira da Rússia que é a de alargar as suas fronteiras e obter controle sobre um território cada vez mais situado para ocidente. Estas são as falsidades de quem não tem em consideração a liberdade dos povos para se autodeterminarem, de quem não tem em consideração a vontade popular para democraticamente se expressar em eleições livres, de quem não tem em consideração o direito internacional, de quem não tem em consideração a vida humana. Por seu lado a Ucrânia, que já tinha sofrido um primeiro ataque bélico com a tomada da Crimeia pela Rússia em 2014, vê agora a sua soberania de novo ameaçada e o seu território assolado e dilacerado pelas ações bárbaras destas invasões russas. A Ucrânia vive agora o terror das bombas e o terror dos crimes perpetrados pelos soldados que agem sob o comando e a responsabilidade do poder autocrático de Putin. Como resultado, as famílias têm ficado desmembradas: crianças, mulheres e mães tiveram de se refugiar em território europeu; crianças, mulheres e mães perderam os seus entes queridos, os seus irmãos, os seus filhos, os seus pais. Nós, portugueses, nós europeus, acompanhamos o povo ucraniano no seu sofrimento: sofremos com o sofrimento destas crianças, sofremos com o sofrimento destas mulheres, sofremos com o sofrimento destas mães. Este sofrimento expressamo-lo hoje aqui também através de um poema

do poeta português Fernando Pessoa. “O Menino da sua Mãe. No plano abandonado, Que a morna brisa aquece, De balas traspassado, - Duas, de lado a lado -, Jaz morto, e arrefece. Raia-lhe a farda o sangue. De braços estendidos, Alvo, louro, exangue, Fita com olhar langue, E cego os céus perdidos. Tão jovem! que jovem era! (Agora que idade tem?) Filho único, a mãe lhe dera, Um nome e o mantivera: “O menino da sua mãe.” Caiu-lhe da algibeira, A cigarreira breve. Dera-lha a mãe. Está inteira, E boa a cigarreira. Ele é que já não serve. De outra algibeira, alada, Ponta a roçar o solo, A brancura embainhada, De um lenço... Deu-lho a criada, Velha que o trouxe ao colo. Lá longe, em casa, há a prece: “Que volte cedo, e bem!” (Malhas que o Império tece!) Jaz morto, e apodrece, O menino da sua mãe.” São as mães ucranianas as que agora sofrem e, com elas, toda a humanidade. Como já dizia John Donne no século XVI, num poema que Ernest Hemingway citou no título do seu livro passado na I Guerra Mundial, *Por quem os Sinos Dobram*, aqui segue em tradução livre: “Nenhuma pessoa, ninguém é uma ilha, delimitada, fechada sobre ela própria; cada pessoa é um pedaço do continente, uma parte do todo; se numa derrocada houver um pedaço de terra que se desprenda e seja levado pelo mar, a Europa fica diminuída, tal como se fosse um promontório, tal como se, de alguma forma, fosse um dos nossos amigos ou se de um dos nossos se tratasse; a morte de qualquer ser humano diminui-me a mim, porque eu faço parte da humanidade. E, portanto, nunca mandes saber, nunca perguntes, por quem os sinos dobram; porque eles dobram por ti.” Assim, hoje, o Grupo da Assembleia Municipal da Guarda do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 28 de fevereiro de 2023, juntando-se a todo o mundo livre em solidariedade para com o povo Ucraniano e desejando que uma Paz justa possa em breve reinar, delibere: - Aprovar este Voto de Pesar a enviar à Senhora Embaixadora da Embaixada da Ucrânia em Portugal e manter um minuto de silêncio pelas vítimas da agressão russa à Ucrânia.» Peço desculpa que não cumprimentei o senhor Presidente da Mesa quando cheguei aqui e, na sua pessoa, todos os membros desta Assembleia e demais presentes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não se preocupe, estamos todos cumprimentados. Muito obrigado. Senhor Deputado, o Voto de Pesar sobre as vítimas do sismo. Faça favor.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. «Voto de Pesar pelas Vítimas do Terramoto na Turquia e na Síria. Na madrugada do passado dia 6 de fevereiro, a Turquia foi abalada por um violento sismo, atingindo também uma região Síria por si já marcada por mais de uma década de guerra civil. A magnitude de consequências de uma calamidade desta natureza é considerada um dos maiores flagelos do século XXI. O balanço, ainda provisório, é de mais de 40.000 mortos e cerca de 120.000 feridos. A Organização Mundial de Saúde estima que 23 milhões de pessoas estão "potencialmente expostas, incluindo cerca de 5 milhões de pessoas vulneráveis" e teme uma grande crise sanitária, capaz de causar ainda mais danos do que o terramoto. Assim, o Grupo Municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal reunida em 28 de fevereiro de 2023 delibere: - Apresentar ao Senhor Embaixador da República da Turquia em Portugal as nossas mais sinceras condolências. - Apresentar à Representação em Portugal da Comissão Europeia, com pedido de reencaminhamento à entidade que melhor represente as vítimas do terramoto na Síria, as nossas mais sinceras condolências, ou apresentar ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros com pedido de reencaminhamento à entidade que melhor represente as vítimas do terramoto na Síria, as nossas mais sinceras condolências. Respeitar um minuto de silêncio em total solidariedade com os povos da Turquia e da Síria.»” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem, agora, a palavra o PG. Voto de Pesar pela morte do Padre Bernardo Terreiro.” -----

- **Paulo Teixeira, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e os ausentes. «Voto de Pesar, Padre Bernardo Terreiro do Nascimento. Padre Bernardo Terreiro do Nascimento nasceu a 3 de maio de 1921 na vila de Almeida e foi ordenado Sacerdote em 1947, na cidade da Guarda. Foi sucessivamente professor nos Seminários Diocesanos no Fundão e na Guarda. Na nossa cidade exerceu a docência no Ensino Preparatório, Colégio de São José e posteriormente na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico da Guarda. Foi responsável pela música dos Seminários diocesanos - menor e maior - desde 1947 e durante 36 anos, tendo ainda dirigido os Orfeões da Covilhã, do Centro Cultural da Guarda e do Coro Etnográfico de Almeida. A Televisão Portuguesa apresentou várias das suas obras. Participou em dezenas de encontros de Coros por todo o país e no estrangeiro. Fez

recolhas na Serra da Estrela que se estendeu até à zona raiana. Fundou, juntamente com o padre Manuel Geada Pinto, a orquestra típica, a escola de música do Centro Cultural da Guarda e ensaiou o rancho folclórico. Foi ainda autor de várias obras musicais. O Padre Bernardo Terreiro Nascimento deixou-nos em 2 de dezembro passado, com uns bonitos e profícuos 101 anos. A Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 28 de fevereiro de 2023, presta justa homenagem ao Pedagogo, Poeta e Musicólogo, aprovando um Voto de Pesar pelo seu falecimento.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Colocava, então, à votação, o primeiro Voto de Pesar. Vítimas da agressão da Rússia contra a Ucrânia e solidariedade para com o povo Ucrâniano. Permitam-me, só, que também vos diga, que a Mesa da Assembleia tinha equacionado, antes da intervenção do público, um minuto de silêncio por este motivo. Mas, apresentando o Partido Socialista este voto, entendemos que não seria de repetir. Portanto, poria à votação este Voto de Pesar.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----
----- **Vítimas da agressão da Rússia contra a Ucrânia** -----
----- **e de solidariedade para com o povo Ucrâniano** -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos a favor. -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Relativamente ao segundo Voto de Pesar pelas vítimas do terramoto na Turquia e na Síria, se eu interpreto o vosso Voto de Pesar, há aqui um “ou”. Ou seja, apresentar ao senhor Embaixador da República da Turquia e apresentar à representação em Portugal da Comissão Europeia ou apresentar ao senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, presumo eu, Português, para fazer transmitir. A primeira? Portanto, ao senhor Embaixador e à representação. Então, fica só para isto.”

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----
----- **Vítimas do Terramoto na Turquia e na Síria** -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----
----- **Padre Bernardo Terreiro do Nascimento** -----
Aprovado, por unanimidade, com setenta e oito votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A semana passada fiquei muito preocupado, só com a guerra da Ucrânia, há 8 milhões de crianças deslocadas. É quase a população de Portugal. Guardaríamos, então, um minuto silêncio.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Entrávamos, então, no período antes da ordem do dia e, de acordo com a entrada dos documentos, eu daria a palavra ao grupo municipal do PSD. A primeira a entrar foi uma Recomendação. A ordem de entrada é: Recomendação, Moção - Guarda a Saúde Mental, depois uma Recomendação que não tem título, depois uma Recomendação - Guarda Lago, depois uma Recomendação que dá a ideia ser sobre turismo e depois uma outra Recomendação - Transparência. São as seis do Partido Social Democrata. Portanto, Recomendação. Mas a primeira que entrou é a do Dr. Luciano Calheiros.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. E vou abreviar um pouco, vou sintetizar a Recomendação que está na plataforma. Recentemente, a Universidade de Aveiro publicou um estudo sobre impacto, eficiência e aproveitamento dos fundos comunitários em Portugal. Chegou a quatro ou cinco conclusões. A primeira das quais é que 18% dos municípios não crescem, mesmo com fundos comunitários. Os cinquenta e sete, dos trezentos e oito, que mais dinheiro receberam, têm um crescimento inferior à média, em termos de desenvolvimento sustentável. Ou seja, os investimentos têm pouco impacto e não se traduzem em desenvolvimento. A Guarda é uma dessas autarquias. Ou seja, beneficiou de fundos comunitários, mas não apresenta resultados. Não imputo responsabilidades a ninguém, isto é uma situação que já vem ao longo do tempo. Senhor Presidente, a partir de 2015, como sabe, com a introdução da Agenda 2030, abriu-se uma nova oportunidade e um meio de financiamento para os municípios. Os dezassete objetivos de desenvolvimento sustentável, que constam nesse documento, são uma oportunidade para os municípios melhorarem o seu desenvolvimento. A conservação ambiental, a justiça social e o crescimento económico, com ênfase para a habitação, inovação, promoção de uma vida saudável, etc., etc., são temas que devem ser tratados e que devem ser objeto de candidaturas a fundos comunitários. As prioridades de qualquer autarquia devem ou deveriam estar alinhadas com os dezassete objetivos do documento da ONU. Autarquias como Famalicão, Oeiras,

Maia, Torres Vedras, Fundão, têm evoluído, têm feito esse caminho. O Fundão, inclusive, foi distinguido com a Bandeira Verde EcoXXI. A Câmara Municipal da Guarda, deve seguir essas boas práticas, ou devia seguir. Candidatar projetos consistentes ou bem estruturados, ancorados nos dezassete objetivos desse documento, e passíveis de boas candidaturas aos fundos comunitários. Senhor Presidente, como sabe, os territórios competem e a Guarda, ao longo dos anos, no que respeita ao desenvolvimento, tem perdido bastante para municípios da Cova da Beira, para não falar já de Viseu. É preciso mudar de vida. O Tempo urge e não podemos continuar com uma política de equívocos, avanços e recuos que não leva a lado nenhum. Definam um rumo, uma estratégia participativa, se possível, até de longa duração, abrangendo todas as áreas da governação, mas coloque a Guarda na senda do progresso e modernidade. A Guarda precisa de um autarca moderno, com uma agenda virada para o futuro e não um autarca de primeira geração. Porque autarca de primeira geração tivemos um, e bem-sucedido, que foi Abílio Curto, e que daqui aproveito para cumprimentar. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Agora, seguidamente, a Moção - Guarda a Saúde Mental.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e permita-me que, através de si, cumprimente todos os presentes e quem nos segue por meios digitais. Como tiveram oportunidade de ler, esta Moção denominada Guarda a Saúde Mental, apresenta uma proposta de fazer chegar a saúde mental a todas as freguesias do concelho da Guarda. Portanto, o que nós pretendemos, à semelhança da analogia criada através da Biblioteca itinerante que, em tempos, foi um dos principais motores da literacia, o que propomos, nesta moção, é exatamente criar um consultório móvel. Depois de falar com a senhora Deputada do Bloco de Esquerda, percebi que não tinha ficado claro. Portanto, clarifico para todos. O que nós pretendemos com esta moção é, exatamente, a criação de um gabinete móvel para promover a saúde mental em todas as freguesias do concelho da Guarda. Sabemos que a resiliência, de que tanto falamos hoje em dia, está assente nesta capacidade de superação, que só se consegue através de pessoas. Porque a resiliência, do ponto de vista teórico, é muito bonita, mas, na prática, ela é feita através de pessoas saudáveis

do ponto de vista mental. E, então, consideramos que, desta forma, conseguimos melhorar muito a nossa questão da saúde mental no concelho da Guarda, que é também uma das nossas preocupações, chegando mais facilmente a todos, sejam eles mais velhos ou mais novos. Hoje mesmo foi notícia que a saúde mental na infância está muito comprometida. Portanto, nós percebemos que, sendo a infância comprometida, os adultos, por consequência, terão muito mais dificuldades. Portanto, esta é a nossa proposta para a Moção.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema, Guarda a Saúde Mental? Dr. Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “No senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e toda a gente que nos ouve. A saúde mental é, claramente, uma prioridade da saúde em Portugal. Cem por cento de acordo. A saúde mental, enquanto processo comunitário, é efetivamente útil e nós estamos num concelho onde o nosso departamento de saúde mental foi dos pioneiros na saúde comunitária. Nós e Sintra fomos os primeiros a fazer saúde comunitária. Este ano, 2023, vai sair um livro coordenado pelo nosso departamento de saúde mental aqui da Guarda, da ULS, sobre saúde comunitária. Lembrar que a saúde é, na Guarda, pela Lei 75/2013, responsabilidade da ULS. É uma ULS, por isso a responsabilidade é do Estado, ULS. Dizer que a comunidade, a Câmara Municipal, o Executivo, todos nós, temos uma palavra a dizer sobre a saúde. A saúde, hoje, deve estar em todas as políticas. Tomáramos nós que fôssemos uma sociedade promotora da saúde e a nossa cidade fosse uma cidade que acatasse a saúde. Por isso, eu solidarizo-mo cem por cento com a moção. E dizer que venha o senhor Ministro que disse que vai pôr não sei quantas equipas, mais de quarenta, de trabalho, na comunidade, na saúde mental. É isso que nós queremos. Venha isso. Por isso, votamos, obviamente, a favor.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguém deseja... Miguel, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Bom dia, senhor Presidente. Esta moção deixa-nos algumas dúvidas. Não está bem explícito a quem se destina. Nós

achamos que, se se destina à ULS, está bem destinada e, portanto, o destinatário é correto e nós solidarizamo-nos com a moção. De outra forma, não sabemos até que ponto é que o município se pode substituir à ULS. Neste momento, a ULS tem uma candidatura aprovada para quatro unidades móveis de saúde no concelho e, portanto, pensamos que será a ULS que terá que dinamizar esta iniciativa. Não compreendemos se é isso que está, ou não, na moção. Se for isso que está na moção, como é óbvio, nós votaremos a favor.” -----

- **José relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.”

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Aos senhores Deputados que, entretanto, intervieram, obrigado pelas vossas questões e por conseguirmos, dessa forma, também, analisar um bocadinho melhor aquilo que não ficou tão claro. De facto, o que nós pretendemos, não é uma substituição daquilo que já está a ser planeado a nível da ULS e da área da saúde, mas sim como um projeto que, a nível local, pode promover mais a nível comunitário a saúde mental, de uma forma complementar àquilo que pode ser feito a nível da ULS. Portanto, isto seria, digamos, uma boa prática, assim se pretende que seja designada aqui na Guarda, como uma forma de chegar mais perto das pessoas que não têm tanto acesso à saúde mental. Sabemos que é uma área que nem sempre é a mais favorecida e em que as pessoas se disponibilizam mais para se cuidar. Portanto, era uma forma também de promover a proximidade, não substituindo a questão da ULS. Portanto, era complementar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu peço-lhe imensa desculpa, mas, na qualidade de Presidente da Assembleia, e o senhor Deputado Miguel Borges tirou-me as palavras, esta moção, a ser aprovada, a quem é que a Mesa a envia? É que eu também não vejo aqui a quem é que a vou enviar. Se é para a ULS, se é para o Executivo, se é para algum departamento de saúde mental. Eu não faço ideia para quem é que é para enviar.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Esta Moção é para apresentar ao Município da Guarda, uma vez que não se pretende que seja uma unidade de saúde típica da ULS. Existem algumas boas práticas que são, exatamente, inovadoras e que por isso causam algumas questões. Esta questão da proximidade, nós só conseguimos através dos meios,

neste caso, municipais, que promovam uma determinada área. No fundo, o que se pretende é que o Município aposte nesta área. Porque o PRR também fala muito na questão da resiliência e que a qualidade de vida das pessoas também está, obviamente, prevista neste financiamento. Portanto, é nessa área que nós propomos esta Moção. Portanto, é ao Município.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu socorro-me das palavras do senhor Deputado Miguel Borges, eu penso que o Município não tem intervenção nesta área. Mas, bom, se mantiver a moção, vou pô-la à votação. Se é para enviar ao Município, então, é assim que fica a moção. Faz favor. Esta moção, com o todo respeito...” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Assembleia, não estou a perceber qual é que é a sua questão, sinceramente, e qual é a questão colocada pelo PS. Há um plano de saúde que esteve em discussão pública recentemente, por autoria do Executivo. Há um Departamento de Saúde e Desporto dentro do Executivo, há um serviço já criado. Portanto, eu não estou a perceber para que é que vai servir este Departamento. Se nós fizermos aqui propostas de moções ligadas à saúde, todas elas terão que cair na ULS da Guarda. Não têm. Podem ser complementados. Parece que não entendem que há complementaridades que podem existir entre o Município, entre o Executivo e a ULS. A ULS é evidente que tem obrigações dentro do âmbito do Serviço Nacional de Saúde e há outras obrigações que serão de Município. Por isso foi criado este o Departamento de Saúde dentro do Município. Acho eu. Não estou a perceber.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Portanto, esta moção... deseja falar? Faz favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PS):** “Relativamente a este assunto, o que foi criado foi um conselho consultivo e, nesse sentido, pode o Município advogar pelo estabelecimento desses projetos, mas nunca ser o autor principal dos mesmos pelo que decorre da lei. É só clarificar isso na moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, a Mesa só precisa de saber uma coisa corriqueira, banal. É, no caso desta moção ser aprovada, a quem é que a vai enviar. É só isto que eu preciso de saber.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Deixem-me só dizer-vos uma coisa. Posso? Deixem-me só dizer uma coisa para clarificar. E se não for clarificada a moção, como é óbvio, nós, no Partido Socialista, vamo-nos abster, porque achamos que esta moção, no fundo, diz muito pouco. Quer dizer, nós gostaríamos que fosse concretizada, achamos que, se calhar, a senhora Deputada poderá pensar um bocadinho melhor, fazer uma moção que realmente tenha estes pontos normais de uma moção. Depois, de dizer ao senhor Deputado do PG que não há nenhum conselho consultivo de saúde criado no Município da Guarda, pelo menos que nós saibamos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo outras intervenções, no sentido de que é para enviar ao Município, colocava, então, esta moção... Já falou. Senhor Deputado, já falou, peço desculpa. Vou colocar a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Guarda a Saúde Mental** -----

- *Aprovada, por maioria*, com vinte e quatro votos a favor, trinta e cinco abstenções e dezanove votos contra. -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, senhor Presidente, em si cumprimento todos. Dizer aquilo que já disse, aqui, uma vez: aqui acaba de ser morta uma boa ideia. Eu não vejo, por impedimento da lei, não vejo por impedimento do bom senso, que o Presidente do meu Município, seja o Eng.º Sérgio ou outro qualquer, arranje aqui um quadro de pedopsiquiatras, de psicólogos, a substituir-se ao setor da saúde, quando, por exemplo, hoje, os serviços de pedopsiquiatria no serviço nacional de saúde são insuficientes. Isto resulta de anos de não investimento na saúde mental. Como é que nós, um município de quarenta mil habitantes, vai arranjar um serviço de pedopsiquiatria? Porque a saúde mental não é um local de improviso. A saúde mental é um assunto sério e duro. Não é distribuir livros. É tratar os meus filhos ou os meus netos, os vossos também e, principalmente, os mais vulneráveis. Por isso, eu acompanho que o Município, todos nós nos preocupemos com a saúde dos mais frágeis. Os da saúde mental, clarissimamente. Que nós ajudemos o centro de saúde mental, clarissimamente. Que o nosso município até podia ter uma política de promoção da saúde? Sim. Mas experimentar na saúde mental não fazem, ninguém vai fazer porque

não temos denominador para isso, nem músculo para isso. A saúde mental é muito dura, como a senhora Psicóloga sabe. Não vale a pena utilizar coisas muito sensíveis, para fazermos perder ou não perder uma votação. E este é um assunto sério e duro. Os doentes mentais são a parte mais vulnerável de nós todos. Não estraguem aquilo que vai funcionando bem, que é um serviço nacional de saúde.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor. Declaração de Voto? Faz favor. Já lhe dou a palavra, senhora Deputada, está bem?” ----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O Partido Socialista absteve-se, porque, realmente, não entendemos o teor da moção e continuamos a achar que a moção está incompleta. Continuamos a achar que poderia ser uma boa moção. O PSD já apresentou aqui boas moções. Esta moção não está completa, não diz que meios é que serão necessários disponibilizar, como deverão ser disponibilizados, a quem se destina, da forma de ser concretizada, e, portanto, falta isto tudo. Como é óbvio, nós sabemos que a saúde mental, neste momento, é um dos problemas, até pela pandemia, mas não só, que afeta a população portuguesa e a população mundial e sabemos da importância que tem. Achamos, por isso, que foi pouquinho aquilo que foi apresentado pelo PSD e, por isso, a nossa abstenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de Voto? Faça favor, Senhora Deputada.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Votei favoravelmente, enquanto Deputada do Bloco de Esquerda. Consideramos que, sim, a moção poderia estar mais completa. No entanto, achamos que não tem que haver sobreposição da ULS. Na perspetiva com que nós votámos favoravelmente, foi numa articulação. Ou seja, confiamos que o Município, avançando com esta proposta, obviamente não vai sobrepor-se àquilo que é a unidade de saúde da Guarda, mas sim criar uma articulação. Sabemos do projeto que o hospital tem, congratulamos, obviamente. Mas, se houver um apoio do Município, não percebemos qual é que será o problema. Sublinhando, sim, é preciso ter atenção aos pormenores. Tal como disseram anteriormente, como é que vai ser feita esta articulação, quais é que são os materiais, quais é que são os recursos humanos. Há muita informação que tem que ser

complementada. No entanto, não nos faria sentido que o Município não seja responsável por promover boas práticas, inclusivamente na parte da saúde mental, que é uma área que nós podemos falar. Foi exatamente essa a minha conversa, que fazendo triagem não é suficiente, porque o sistema nacional de saúde não tem psicólogos, nem psicólogas suficientes para receber estas pessoas. Por este motivo, para nós faz sentido que o Executivo entre em articulação com a ULS e ajude também nesta parte de recursos humanos e recursos materiais. Volto a sublinhar, a nossa aprovação desta moção implica uma articulação com a ULS. Nunca uma sobreposição àquilo que é a unidade de saúde, obviamente, que é o ponto principal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Para? Faça favor.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Clarificar, também. Esta questão da saúde mental tem várias fases, como a maior parte de nós sabe. Existe uma parte que é a prevenção. E, depois, sim, temos também a outra parte do tratamento, quando necessário, da intervenção. Esta moção vai muito na área da prevenção. Portanto, promover que a saúde mental não chega a um patamar que necessite de cuidados, outros, já esses, sim, da área da ULS, neste caso. Portanto, é uma questão complementar, na medida em que podemos promover, ao nível da prevenção, questões de saúde mental.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu peço imensa desculpa. Este tempo é para Declarações de Voto. A senhora Deputada apresentou a moção, não entendo como é que está agora a fazer uma Declaração de Voto.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Só para clarificar algumas questões. Portanto, era só isto. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dr. João Correia, Recomendação «Passo a citar...» Não tem título. «Passo a citar o vereador Sérgio Costa...» Faça favor.” -----

- **Lucinda Fernandes (PSD):** “Bom dia a todos. Bom dia, senhor Presidente. Sintam-se todos cumprimentados na sua pessoa. «Recomendação. Passo a citar o Vereador Sérgio Costa que proferiu as seguintes afirmações no dia 22 de Março de 2021 em Reunião de Câmara. “O senhor Presidente trouxe ao Executivo a aprovação das peças procedimentais e o lançamento de quatro obras É mesmo um grande orgulho ter estado na genesis de cada uma destas obras, muito tendo lutado por elas, muitas vezes

contra aqueles que agora dizem, por lhes dar jeito, que as obras eram de todos. Estas quatro obras apenas serão executadas pelo próximo Executivo municipal que será, como todos sabemos, muito diferente do atual... Falemos de cada uma delas. Sobre a requalificação da C+S de S. Miguel - Centro Escolar S. Miguel mais um procedimento para elaboração do projeto de execução que foi lançado sobre a minha coordenação, no final de 2019 para ir de encontro ao previsto na carta educativa do concelho, aprovada em 2018, tendo ficado prevista uma verba de 500 mil euros para a sua execução, em 2015, através do pacto para a coesão territorial da CIM Beira e Serra da Estrela, solicitando o seu reforço ainda em 2019 face à redistribuição de verbas por parte da CCDR após um trabalho técnico muito importante sobre a coordenação política dos pelouros das obras públicas e da educação.” Estas foram as palavras do agora Presidente da Câmara, e tal como muito bem apregoa, haja transparência e fale-se verdade, para que “A igualdade e a equidade não sejam uma utopia longínqua, mas sim uma realidade”. Afinal, perante o supra exposto, senhor Presidente, é a favor do projeto de requalificação ou não? Porque deixou cair a candidatura? A comunidade educativa e a Guarda agradecem, que clarifique o destino que afinal quer dar à Escola Básica de S. Miguel.» Obrigada a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou algum senhor deputado deseja pronunciar-se sobre esta sobre esta recomendação? Penso que não. Dr. Virgílio Bento, faça favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Muito bom dia, senhores Deputados. A recomendação, ou a proposta aqui apresentada, tem a ver com um processo já muito antigo que é o Centro Escolar da Póvoa do Mileu. Como certamente sabem, na fase, quando se decidiu os projetos escolares, era Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, a Câmara da Guarda avançou com a construção de quatro Centros Escolares em simultâneo. Desses quatro, só três, dois na área rural, um no Vale do Zêzere e outro no Vale do Mondego, e dois na área urbana, o Centro Escolar da Sequeira (chama-se Sequeira porque substituiu a Escola da Sequeira) e aquilo que seria o Centro Escolar da Póvoa do Mileu. Este último não avançou e hoje volta, sempre esteve em discussão se devia haver ou não se devia haver o Centro Escolar ou se se devem manter as pequenas escolas. Eu sempre defendi e continuo a defender, apesar dessa discussão que existe, aliás, defendendo

isso desde a altura do primeiro Congresso da FENPROF, em que apresentei uma moção que, na altura, chamava-se as escolas da média dimensão, que devia haver Centros Escolares porque estamos perante aquilo que é o novo paradigma de escola. As escolas que existem naquele bairro, naquela área, a Póvoa, o Bairro da Luz e o Bairro do Pinheiro, são as escolas que obedecem a um padrão de ensino em que a escola tinha por função apenas ensinar a ler, contar, escrever. E nada mais do que isso. Hoje, a escola, como se define, todos os relatórios da União Europeia, a escola deve fazer aquilo que se chama a educação global. E, portanto, para além das salas, ditas salas de aulas, devem ter um conjunto de equipamentos necessários e imprescindíveis à educação, desde ginásios, bibliotecas, ou espaços de ocupação de tempos livres, como devem responder às novas necessidades que hoje as crianças têm, quer o prolongamento de horário, quer fornecimento de refeições. E, portanto, eu sempre defendi e continuo a defender o Centro Escolar da Póvoa do Mileu. Uma coisa diferente é a sua localização. E eu, na primeira Assembleia que aqui se realizou, eu disse que não é o melhor sítio para a construção do Centro Escolar da Póvoa do Mileu. Sempre defendi, e continuo a defender, que a melhor localização era, e, aliás, na Câmara existe um esboço, era onde é o antigo matadouro. E por uma razão muito simples: centralidade. E, por outro lado, dificilmente o Centro Escolar da Póvoa de Mileu terá, dificilmente terá... não terá nunca os alunos do Bairro da Luz, porque quando os pais se deslocam em direção ao centro da cidade, é fácil. Afastando-se do centro da cidade, não os colocarão lá. E também muito dificilmente terá, quer os alunos da Póvoa, quer os alunos do Bairro Pinheiro. Ou seja, é um Centro Escolar, mas que tenha outra centralidade. E porque eu acho que, disse-o na primeira Assembleia, e repito, aquele espaço deve ter uma outra função. Disse-o aqui, e continuo a repetir, aquele espaço deve ser, efetivamente, para libertar um ciclo amuralhado no centro da cidade, é uma espécie de bunker que temos no centro da cidade, que deve, de uma vez por todas, ser devolvida aos cidadãos. Estou a falar, logicamente, das instalações do antigo quartel e que continuo a defender, defendi-o na primeira reunião, continuo a defender sempre que a melhor localização para o quartel é a Escola C+S de São Miguel. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja entrevir. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Bom dia a todos. Esta discussão parece-me um pouco vaga, porque acho que nos devíamos preocupar, de facto, era em manter alunos e arranjar alunos. Porque, um dia destes, nós não temos alunos nem para um agrupamento, a continuarmos nesta situação. É só isso, obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais... Penso que não há mais nenhum senhor Deputado ou senhora Deputada com vontade de falar. Senhor Presidente da Câmara, não sei se deseja responder. No fim? Muito obrigado. Recomendação, também do PSD, sob o título «Guarda Lago». É que, se começo a abrir uma exceção, depois, abro as exceções todas. Obrigado. Senhora Deputada, esta Assembleia foi convocada, por carta registada com aviso de receção, no dia 8. Não guardem para o fim, para a última hora. E se entendem que há prioridades, então, quando introduzem as moções na plataforma, definam as prioridades. A ordem de entrada é esta: 1.1/4, 1.1/5 1.1/6. Vinte dias para o poderem fazer. Portanto, «Guarda Lago», se faz favor.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Bom dia a todos, novamente. Esta é uma recomendação que a bancada do PSD faz, relativamente à utilização de um espaço no Polis, que fica junto ao semicoberto, muito utilizado por todos nós, famílias, e que tem um, consideramos nós, potencial enorme. Um café que está junto a ele, que neste momento está danificado e está vandalizado, mas que poderá ser e deverá ser requalificado e colocado a quem assim o entenda, possa usufruir dele durante os meses, pelo menos nós colocamos aqui entre os meses de maio e setembro, porque será um bom suporte a nível das famílias que para ali vão utilizar aquele espaço. É isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja pronunciar-se sobre esta recomendação. Não havendo, penso que o senhor Presidente da Câmara responderá, no fim, a tudo. Não é? Muito obrigado. Então, agora, 1.1 5, Recomendação, «A Guarda tem assistido...» Não tem título.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa, e visto que não temos muito tempo, cumprimento todos os presentes. A recomendação é sobre a cultura. E passaria, então, visto que os documentos estão disponíveis online e pressupondo que todos os Deputados e Presidentes de Junta tiveram acesso a eles e que os leram, gostaríamos, então, de apelar ao bom-senso do senhor Presidente de Câmara e das senhoras Vereadoras e recomendar que: ponto 1) Cumpram o seu programa eleitoral no que diz respeito à Cultura, garantindo aos cidadãos da Guarda que vão “estimular a rota de afirmação nacional da Guarda no panorama cultural, através de atividades culturais de impacto supramunicipal, capazes de captar espectadores das regiões próximas” e que vão “reforçar a imagem “GUARDA” como destino turístico cultural nacional e internacional” - ideias plasmadas na página quarenta e seis do programa eleitoral do Movimento pela Guarda; ponto 2) Apresentem, nesta senda, um Plano Estratégico Cultural para os próximos anos de mandato - com objetivos e prazos estipulados - com o qual se comprometam a cumprir estas duas promessas; ponto 3) e último, Que esse plano possa esclarecer-nos sobre tudo o que têm previsto para o desenvolvimento de uma política cultural sólida e elencar quais as prioridades, qual a ligação entre os diversos polos culturais (BMEL, Museu, CEI) e a coerência dessa ligação; e, finalmente, se se vislumbra nele alguma parceria ou apoio estratégico privado. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Miguel Bandarra, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação? Faça favor, senhor Deputado Valbom.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, todos os Deputados. Senhor Deputado, li a sua moção com atenção. Por isso vi aqui qualquer coisa em que fala da Guarda como a cidade das trevas. Eu vivo na Guarda desde há muito tempo, sempre. E já fui deste Município quando estava cá o Dr. Abílio Curto, depois a senhora Prof.ª Maria do Carmo, depois o Dr. Álvaro Guerreiro, a seguir o Eng.º Valente, depois Dr. Álvaro, a seguir o Dr. Carlos Chaves Monteiro e nunca vi, na Guarda, as trevas. As trevas, vi-as nas moções do PS quando diz o que está a acontecer na Ucrânia. As trevas, estou a vê-las nos povos da Síria, que estão por baixo dos prédios. As trevas, vejo-as até, todos os dias, ou quase todos os dias, nas fronteiras de mar, nomeadamente na catástrofe, agora, em

Itália. Efetivamente, eu penso que todos temos que ter alguma atenção. Obviamente, eu gostei mais de uns Presidentes do que de outros. É lícito que o meu amigo goste mais de uns do que de outros. Mas não estamos nas trevas e a razão é muito simples. Foi o povo que votou e o povo vai votar. Não tenha medo, que as trevas não vêm. Penso que ninguém, aqui, nesta sala, vai acabar com as eleições. Eu penso que cidade das trevas é linguagem inapropriada para a nossa cidade, neste momento. Em todos os momentos. E eu penso que, sou humilde ao dizê-lo, que o PSD não se revê nisto. Verdadeiramente, eu estive a ver com muita atenção todas as moções e recomendações do PSD. E até os logótipos são diferentes. Por acaso esta e a que vem a seguir tem um logotipo diferente. Se calhar, estamos na presença de dois PSD. Porque são diferentes. Quer ver?” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Se me permite, senhor Presidente da Assembleia Municipal e respondendo um bocadinho ao que o Dr. Valbom disse, ninguém está contra a pessoa A ou a pessoa B. Posso concordar ou podemos concordar menos ou mais com as ideias e propostas. E quando falamos em trevas e nalguns dos casos em trevas que podemos ter, eu referia-me que as trevas estão plasmadas no descontentamento dos guardenses, inclusive nalguns guardenses que apoiaram o Movimento pela Guarda. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Não havendo, passava, então, à... então, findaram. O PSD findou. Muito obrigado. Claro. Obviamente, por agora. Tem, agora, a palavra o Partido Socialista e o ponto número um é o Voto Louvor Colaboradores do Terras da Beira. Faça favor.” -----

- **Manuela Fernandes, Deputada (PS):** “Bom dia a todos. «Ao fim de 30 anos de atividade, o Jornal Terras da Beira cessou a sua missão de informar e comunicar. Propriedade da Fundação Frei Pedro, a primeira edição do Terras da Beira foi publicada a 30 de dezembro de 92. A última publicação foi para as bancas a 19 de janeiro deste ano. Durante 30 anos provocou o debate e a discussão sobre temas cruciais para o desenvolvimento do concelho e da região. A sua história demonstra bem a importância de um órgão de comunicação social na evolução da entidade da Guarda. Em todas as áreas, como na política, na sociedade, no ensino, na cultura e no desporto, o TB contribuiu para que a nossa comunidade estivesse mais atenta, mais informada e ciente

do que deveria nortear o desenvolvimento da cidade. O TB sempre deu uma especial atenção à saúde, uma área tão cara para a Guarda. Sempre procurou evidenciar e destacar o que de melhor têm as instituições e sabem fazer os seus profissionais. Lançou também alertas sobre as fragilidades e as dificuldades na expectativa de que os problemas pudessem ser resolvidos. Os seus profissionais sempre se orientaram pelos princípios da liberdade, do pluralismo e da independência, como de resto se pode ler no seu Estatuto Editorial. O Terras da Beira vai fazer falta à pluralidade de ideias, à capacidade crítica e criativa da cidade. Com o fim do Terras da Beira, perde-se um pouco da entidade coletiva. Assim, pelo profissionalismo e dedicação, o grupo municipal do PS propõe que esta Assembleia Municipal, reunida a 28 de fevereiro, delibere: conceder um Voto de Louvor aos seus profissionais pela sua dedicação e isenção ao longo destes trinta anos. Comunicar o mesmo a todos os seus ex-colaboradores.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar pronunciar-se, faça favor. Senhor Deputado José Valbom.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, em si, cumprimento todos. A liberdade de expressão é fundamental à sociedade onde quero viver sempre. Porque não há liberdade de expressão, o povo russo não sabe o que se passa. Por isso, quando morre um jornal, quando morre uma rádio, quando morre um jornalista, a democracia fica mais pobre. Tem razão o Partido Socialista nesta moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Neste Voto de Louvor. Muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se. Se não houver, colocava o Voto de Louvor à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

----- **Colaboradores do Terras da Beira** -----

- Aprovado, por unanimidade, com oitenta e um votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Continua o Partido Socialista, Moção - Guarda solidária com a luta dos Profissionais de Educação. Senhor deputado, faça favor.” -----

- **Pedro Pinto Teixeira, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e nele todos aqui presentes e quem nos acompanha online. Vou também encurtar aqui a nossa moção que tem o título de Guarda solidária com a luta dos Profissionais de Educação. «Neste momento agitado da escola pública, saúdam-se todos aqueles que, ao longo destes anos, construíram e afirmaram a escola pública em Portugal, no seu papel fundamental de formação de cidadãos e de promoção de igualdade de oportunidades. Reconhecemos que a greve causa transtornos às famílias dos estudantes, mas o direito à greve é inalienável e constitucional. Em resumo, a escola pública em Portugal é um pilar fundamental do sistema educativo do país, promovendo a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento dos futuros cidadãos ativos e participativos na sociedade. É preciso reconhecer os avanços e as políticas de educação que têm sido desenvolvidas com impactos estruturais em projetos de inovação, com vista à modernização e flexibilização curricular, automatização das escolas, alargamento das áreas de ensino público, melhoramento dos instrumentos de avaliação, reforço da digitalização na educação, acesso aos manuais escolares gratuitos, desbloqueamento da contagem de tempo de serviço e recuperação de parte do tempo de serviço congelado e o aumento do número de vagas do quadro. Também é preciso reconhecer que é determinante a valorização das carreiras docentes e dos não docentes, o fim das vagas na progressão e das quotas na avaliação relacionadas com o acesso aos 5º e 7º escalões na carreira. Assim sendo, os deputados municipais da Guarda, reunidos em Assembleia Municipal em 28 de fevereiro de 2023, manifestam apoio aos profissionais de educação em greve e instam o Governo à negociação, procurando uma solução justa e satisfatória para todas as partes envolvidas, com abertura, com consciência dos constrangimentos do país, mas também das reais necessidades dos profissionais da educação. Viva a Escola Pública!»” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Ora, muito bom dia a todos. Antes de mais, permita-me só que coloque aqui uma questão ao senhor Deputado Pedro Pinto: a quem é que é dirigida esta proposta? Para ficar claro, também. Depois, dizer, naturalmente, que este nosso grupo municipal do Partido Social Democrata, que apesar

de ter sido encontrado dois logotipos é só uma camisola que veste, dizer que se solidariza com a proposta, e que naturalmente que não é para votar, mas que apoia, subscreve, na íntegra, aquilo que foi dito pelo senhor Deputado Pedro Pinto. Isto, porquê? Porque entende que não é admissível exigir aos Professores a contagem não integral do tempo de serviço a que efetivamente têm direito, também porque devem ser eliminadas as quotas de acesso ao 5º e 7º escalões, medidas discriminatórias para uma classe profissional que tem contribuído de forma decisiva para o crescimento e desenvolvimento do país. É necessário defender intransigentemente a escola pública. É a única forma de termos este elevador social de uma sociedade democrática e de podermos contar com aquilo que é o efeito multiplicador, não só da economia, mas em termos sociais. A educação é, por isso, a alavanca e os Professores são os timoneiros dessa alavanca da educação. Portanto, senhor Deputado, em representação do Partido Social Democrata, dizer-lhe que subscrevemos, mas clarifique apenas a quem dirige a sua proposta. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado pela sua intervenção. Pode, pode. Faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Ora bem, contando aquilo que acabámos de ouvir da bancada do Partido Socialista, fez aqui uma intervenção no sentido de valorizar a escola pública e a luta dos Professores. Portanto, deu razão aos Professores naquilo que diz respeito às suas pretensões. Isto quer dizer ou pode significar que o Partido Socialista está contra a posição do Governo. Certo? É isso, não é? É a pergunta.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhores deputados do PSD. Está clarinho. A nossa moção está bem feita. É instar o Governo e está clarinho aquilo que nós queremos dizer. É só lê-la.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado? Senhor Deputado, eu, quando li esta moção, entendi que, como Presidente da Mesa, quando dizem instar o Governo à negociação é para enviar esta moção ao Governo. Foi assim que eu entendi. Está correto? Acho que está claro. Muito obrigado. Está aqui escrito. Está, está escrito. Eu aqui entendi que era para enviar ao Governo. Eu,

sinceramente, eu admiro-me como é que, na hora das votações, os senhores Deputados saem e não fazem aquilo que a Mesa faz, que aguenta aqui o tempo que for necessário. Acho que isto é um bocadinho de respeito pelo povo que votou em nós e que nos paga as senhas de presença. Tenho que ser muito claro nisto.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Guarda Solidária com a luta dos profissionais de Educação** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Moção, também do Partido Socialista... Declaração de Voto? Faça favor. Peço desculpa.” -----

- **José de Almeida Gonçalves, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. É evidente que eu, a nível pessoal, como profissional da educação, só posso estar de acordo com aquilo que é apresentado nesta moção. Quando o Governo tenta mostrar que nós é que somos os maus da fita e vocês dizem aqui que nós desempenhamos um papel fundamental na formação e que é injusto que sejamos sobrevalorizados, é evidente que sim. Quando diz aqui que o direito à greve é constitucional e vemos o Governo a tentar provar, de todas as maneiras, que a greve é inconstitucional. E espero que, para o dia 2, não tenha que estar em serviços mínimos, como já estive, na semana passada. Espero bem que não. O fim das vagas, as quotas, por este andar, provavelmente, nunca chegarei ao topo da carreira. Mas, pronto, é evidente. Já vi que sim, que de facto isto é para ir para o Governo. É de saudar e agradeço e solidarizo-me com isso, que pensem de maneira diferente do Governo. Espero, enfim, que o próximo Ministro da Educação, por sugestão lá do senhor Primeiro-Ministro, que saia aqui da vossa bancada. Seria bom para todos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Bom, não sabendo ainda se vai haver algum Ministro, mas, neste momento, peço a um senhor Deputado que venha ler a última moção do Partido Socialista. Programa de apoio à habitação a preços acessíveis. Faça favor, senhora Deputada Paulisa.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Os meus respeitosos cumprimentos a todos. Como é do conhecimento público, foi recentemente celebrado um protocolo para apoio

a projetos de habitação a custos acessíveis, entre o IHRU e a CIMBSE, para construção ou reabilitação de até setecentas habitações destinadas a arrendamento com rendas acessíveis, no âmbito do programa de apoio ao arrendamento criado pelo Governo. O protocolo prevê um financiamento de 82 milhões e 500 mil euros, por parte do IHRU, com verbas provenientes do PRR. Os Municípios apenas têm que identificar as necessidades, propor e executar as obras e o IHRU, que financia, encaixa depois o valor das rendas das casas. Isto é uma oportunidade para a reabilitação do centro histórico da Guarda, para o repovoamento aqui das freguesias rurais, dando assim resposta à falta de habitação, incluindo o alojamento para os estudantes. E isto sem quaisquer custos para os municípios. Porém, a Câmara Municipal da Guarda candidatou-se ao programa com um projeto que prevê unicamente onze fogos, no valor de 485 mil euros. Entre os quinze Municípios da Comunidade Intermunicipal, o maior concelho do distrito e o segundo maior da CIMBSE candidata-se à segunda menor verba para apoio ao arrendamento de habitação a custos controlados. Para termos uma ideia, Manteigas e Gouveia, que entre si não têm mais de quinze mil eleitores, propuseram, cada um, 3 milhões e meio de euros. O Fundão propôs 30 milhões e meio de euros. E a Guarda, repete-se, propôs 485 mil euros. Isto manifesta uma falta de visão estratégica, imperdoável, incompreensível e injustificável - por muito que o senhor Presidente tente desculpar-se com argumentos que tem apresentado à comunicação social, apontando falsos problemas ao protocolo, que apenas demonstra falta de conhecimento da lei, e refere-se a custos de manutenção desses imóveis, que depois seriam por parte dos Municípios, porque aqui nunca deverá o Executivo confundir custos com investimento. Então, o Fundão, a Covilhã e Manteigas têm orçamento para isto e a Guarda não tem? Então, todos os outros Municípios é que estão errados? Isto faz lembrar aquela do condutor que vai em contramão na autoestrada e pensa que todos os outros que vêm em sentido contrário é que estão errados!" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, já esgotou o tempo do Partido Socialista.” -----

- **Paulisa D`Assunção, Deputada (PS):** “Está na altura deste Executivo redefinir as suas prioridades e resolver questões tão importantes como esta da carência habitacional. Porque se as pessoas não conseguem encontrar habitação a preços acessíveis, como

tem sucedido com estudantes e trabalhadores que querem vir residir para a Guarda, mas não conseguem porque não conseguem suportar os custos da habitação, então, não se podem fixar no nosso concelho. Isto é um problema que urge resolver e daí termos apresentado esta moção, onde instamos a Câmara Municipal da Guarda que não perca futuras oportunidades como esta, deste investimento que perdeu e que era tão importante para o nosso concelho, e não desperdice fundos que venham ainda a ser possíveis de aproveitar. Portanto, fazendo um estudo sobre as carências habitacionais do concelho, de forma a apresentar futuras candidaturas a este tipo de programas de criação de habitação acessível, de forma planeada e ponderada, de modo a promover também a reabilitação urbana do centro histórico da cidade e incluir a participação das freguesias rurais, para também promover o repovoamento das aldeias do concelho. Isto, na senda do que tem vindo aqui a ser propugnado pela bancada do PS, já há vários anos. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado pela sua intervenção. Colocava à discussão. Não sei se há alguma senhora Deputada que deseje intervir? Senhor Deputado, faça um favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Ora, bom dia a todos. Senhora Deputada, no passado dia 25 de janeiro de 2023, foi assinado um programa de apoio à habitação a preços acessíveis e não apoio a projetos de habitação a custos acessíveis. Permita-me, também, recordar-lhe, senhora Deputada, que no passado 04 de abril de 2016, o senhor Primeiro-Ministro anunciou um investimento 1.4 mil milhões de euros para a construção de casas com rendas acessíveis, através do Fundo de Estabilização Financeira. Após sete anos, qual foi o resultado? Zero. Investimento, zero cêntimos. Acusa esse Executivo de andarmos a atirar areia para os olhos dos guardenses. Então, vejamos, senhora Deputada. Afirma que o programa não tem custos para os municípios, mas, no entanto, no seguimento do seu raciocínio, afirma e passo a citar: “as Câmaras identificam as necessidades, propõem, executam, põe à disposição dos municípios para arrendamento casas a preços acessíveis.” Diga-me uma coisa. Quem paga o projeto, os funcionários do município que têm que fiscalizar as obras, os funcionários dos municípios que têm como obrigação arrendar os apartamentos, a manutenção dos imóveis e as rendas ao IHRU caso os apartamentos fiquem sem candidatos? Eu digo-lhe: a Câmara Municipal. Fica

também a saber que todos os imóveis reabilitados e construídos por este programa pelo IHRU, passam a ser propriedade do IHRU. Afirmo que podíamos dar respostas à falta de habitação, mas estas habitações destinam-se apenas a famílias que não encontram respostas no mercado tradicional, incompatibilidade com os seus rendimentos, valores e rendas praticadas no momento. Afirmo que resolvia o problema do alojamento para estudantes. Como assim, se as habitações destinam-se a famílias? Palavras suas, há estudantes que não vêm para a Guarda por falta de alojamento. Palavras suas. É caso para perguntar o porquê de o Governo ter chumbado o projeto para alojamento de estudantes do IPG. Há vários anos que a bancada do PS tem vindo a pugnar pela adoção de medidas, senhora Deputada? Não tiveram tempo? Estiveram cá quarenta anos. Afirmo que se desperdiçou um grande investimento. Que eu saiba, as candidaturas só terminam no dia 31 de 2025. Permita-me recordar-lhe também que este Executivo assinou, há bem pouco tempo, um financiamento de 6.7 milhões para habitação social. Ainda não desperdiçou nada. Exposto isto, a bancada do movimento independente vai votar favoravelmente esta moção, pois este movimento executa e pondera muito bem as suas decisões, sempre em prol da Guarda. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Deputado, nós não esperaríamos outra coisa do PG que não fosse o voto favorável a uma moção...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço que levante um bocadinho para se poder gravar. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Nós não esperávamos outra coisa do PG que não fosse um voto favorável a uma noção destas, que está clara e defende a Guarda. Depois, dizer uma coisa só para lhe tirar algumas dúvidas. Isto é um aviso. E, no aviso, tudo aquilo que o senhor Deputado acabou de dizer, está bem explícito. A fiscalização não tem custos para o Município. Quem o informou, informou-o mal. Está no aviso. Se quiser, eu leio. Os projetos não têm custo para o Município. Está no aviso. Se quiser, eu deixo-lhe o aviso. Depois, a seguir, fala também que não dá para estudantes. Há um decreto-lei, eu também lho mostro, onde diz claramente que os estudantes são beneficiários da

habitação a custos acessíveis. Provavelmente... Provavelmente... Provavelmente, quem lhe disse alguma coisa, enganou-o. Ó senhor Deputado, vir aqui dizer coisas sem ter conhecimento da lei... mas eu deixo a lei para todos os senhores Deputados. O aviso, a lei do arrendamento acessível. Porque nós temos ouvido o senhor, realmente temos ouvido isto do senhor Presidente, mas não corresponde à verdade. Se calhar, o próprio senhor Presidente também desconhece a lei. Agora, dizer-vos também uma coisa. Quer dizer, nós tivemos aqui a Deputada Rute Prata a falar do 6,7 milhões de euros da habitação social, a agradecer ao senhor Presidente pelos 6,7 milhões de euros. Ó senhora Deputada, ainda bem que hoje está connosco. Quer dizer, ainda bem que hoje vota, favoravelmente, connosco. Depois, dizer-vos, também, aprovámos aqui uma coisa da Vereadora Amélia onde diz assim (isto aqui tem a ver com a carência habitacional no concelho da Guarda), diz: «encontramos...» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe desculpa, já ultrapassou o tempo.”--

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bárbara, dá-me dois minutos? Ok, obrigado. «Encontramos assim uma carência habitacional com duas faces. Oferta desadequada à tipologia de muitas famílias, a preços de mercados desajustados, rendimentos das famílias. Dito de outra forma, o concelho carece de mercado de arrendamento adequado à dimensão das famílias e a preços acessíveis.» Depois, a seguir, diz: «Isto acontece num contexto em que há carência de fogos no mercado de arrendamento e que faz subir os preços.» Isto aqui é a análise que faz a Câmara. «Em suma, há pouca habitação para arrendar e a que existe é cara para quem não tem alternativas ao arrendamento.» É o que diz a Câmara. «A oferta insuficiente no mercado de rendimento induz a uma causalidade circular que alimenta o regime de preços elevados. Daqui resulta mais uma vez carência de mercado acessível. Esta carência e sua consequência ao nível de preços acaba por ser acentuada e agravada por poder constituir-se como um obstáculo à atração e fixação de pessoas no concelho e, conseqüentemente, à formação de capital humano, à inovação e ao desenvolvimento de cidades funcionais, sendo a base para o crescimento e desenvolvimento coesivo, inteligente, inclusivo, sustentável do território.» É o que diz a Câmara. Portanto, nós concordamos. Só não percebemos! Eu penso que foi desatenção da Câmara e o Partido Socialista dizer claramente, o Partido

Socialista está aqui disposto para ir com a Câmara onde for necessário, porque este programa é um programa modificador das cidades e nós perdemos esta oportunidade.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- ..., Deputado (PG): “Só uma pequenina coisa. Senhor Deputado, este programa é tão bom, tão bom, tão bom, tão bom, que no Sabugal existem dez vivendas construídas exatamente nos mesmos termos com este programa e nunca, nunca foram alugadas. Estão vazias até hoje. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados, se me permitem o conselho, aproveitem a hora de almoço para conversarem sobre a lei. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir. Não desejando, colocava a moção à votação.” -

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Programa de Apoio à Habitação a Preços Acessíveis** -----
- *Aprovada, por unanimidade*, com setenta e seis votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Hugo Fernandes, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Na pessoa do senhor Presidente, cumprimento.... É Declaração de Voto, sim. O PSD vota favoravelmente esta proposta do PS, porque já em 2021 previa agir em três frentes neste domínio. O nosso programa eleitoral previa a reabilitação de cem casas de habitação social dispersas pelo concelho, cem unidades de habitação jovem a preços controlados no espaço da feira quinzenal. Depois de ter gizado a Estratégia Local de Habitação, lançou as condições para o financiamento do IHRU ao abrigo do programa, um direito para construir casas no Bairro do Fomento e da Fraternidade. O PSD teve sempre na sua agenda a questão da habitação, entendendo-a como fundamental para nosso desenvolvimento coletivo. Ao contrário do que parece acontecer, o PSD tinha um plano, apresentou-o à Guarda e jamais deixaria fugir as verbas do PRR para outros Municípios da região. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de Voto. Muito obrigado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, senhores Deputados. Primeira coisa: ao fim de sete anos, não se tendo feito grande coisa, e agora vai-se fazer tudo, é matematicamente impossível. Segunda coisa: é materialmente não exequível este projeto no Interior, porque não há engenheiros, não há trabalhadores, não se consegue fazer isso. Em relação... o Fundão é muito simples, eu vejo que o Fundão já tem um candidato para Presidente do PSD e um candidato a Presidente do PS. Pois o que eu digo é muito simples. Não é possível, no Fundão ou em qualquer outra terra do Interior, executar o que está aqui plasmado. É materialmente impossível. Por falta de engenheiros, por falta de tudo. Uma outra coisa que é também simples: as casas do IHRU, que se constitui proprietário, a quem a Câmara, se não for executado, se ninguém quiser as casas, tem que pagar. Não é um empréstimo simples. É durante trinta anos. Senhor Deputado Borges, o empréstimo é se não conseguir alugar as casas durante trinta anos. Como é óbvio, eu, o Borges e outros, não queremos casas, que isto dá cerca de 82 mil e 500 euros. Nenhum de nós quer casas a este preço, porque vamos para a Arrifana que vivemos melhor com este dinheiro. Uma outra coisa simples: se não quiserem ir ver o Sabugal, vale a pena ir porque o projeto é semelhante, é de analogia, pensem e façam um inquérito às pessoas que têm casas do IHRU aqui na Guarda e vejam as condições de habitabilidade. Vejam as condições de habitabilidade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... espere... Senhores Deputados. O senhor Deputado, não concorda, está no seu pleno direito, como a Mesa está no seu pleno direito de entender que esta intervenção se incluía numa Declaração de Voto explicativa porque é que votaram a favor. Este é o entendimento da Mesa. Respeito a sua opinião, aceito a sua crítica como crítica. Mas que eu continuo a entender que não tem fundamento essa crítica. É a minha opinião. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Deputado Valbom, eu pensava que tinha votado a favor. Foi a favor, não foi? Foi a favor. Foi a favor, senhor Deputado. Dizer claramente que nós votamos a favor. Todas estas coisas que foram agora apresentadas pelo PG é um texto imaginativo, com muita imaginação. Esta não haver empreiteiros, não haver engenheiros, de não haver não sei o quê na Guarda! Sabe uma coisa? É para isso que são criados estes projetos. Este projeto é para que venham pessoas para a

Guarda. O maior problema que existe na Guarda é a falta de pessoas, senhor Deputado. O senhor Deputado esteve muito mal. É isto que a Guarda precisa, é de pessoas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passamos às moções, creio que são três moções, exatamente, do Bloco de Esquerda. Tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Xavier. Faça favor. A ordem é, «Bom funcionamento dos STUG», «Interrupção voluntária da gravidez» e «Promover a Escola Pública». Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos, novamente. Início, então, a moção pelo bom funcionamento dos STUG. Espero que toda a gente tenha lido a moção. Resumidamente, e, também, obviamente, estiveram atentos às ocorrências no Município. Resumidamente, o problema dos transportes, na Guarda, não é novo, nem parece ter resolução no entretanto. «Pelo exposto», que espero que vocês todos e todas tenham lido, «A Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 28 de fevereiro de 2023, delibera: comunicar ao Executivo Municipal a sua vontade de que seja elaborado, até ao final do ano civil de 2023, um plano participado da auscultação das necessidades da população, permitindo, desta forma, o planeamento de trajetos e horários que respondam às reais preocupações do concelho. Ponto 2 - comunicar ao Executivo Municipal a necessidade de toda a rede de transportes ser adaptada a pessoas com dificuldades motoras, visuais e auditivas, com a integração de plataformas em todos os veículos, sistemas de som e imagem para sinalização das paragens. Comunicar ao Executivo Municipal a necessidade de iniciar um processo» e aqui vamos fazer uma pequena alteração por proposta do grupo do PG, que é «iniciar um processo, em articulação com o Governo central, que culmine na gratuidade de toda a rede de transportes municipais e se inicie com a implementação de projetos piloto, como, por exemplo, isentar o pagamento em determinados horários, rotas, dias de feriado ou fim de semanas, ou se...» Eu estava a ler agora a moção. Eu peço desculpa, mas deveria estar a contar para o tempo de... ou seja, não estar a contar porque estava a ler o que foi exposto e colocado na plataforma. Agora sim, vou iniciar, dizendo que os transportes...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço imensa desculpa. Está a contar o tempo de leitura.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ok, então fui eu que... pois está, peço desculpa. Tem razão. Obrigada pelo esclarecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não tem problema nenhum. E eu agradeço. Se estivermos a errar, é para emendarmos.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Exatamente. Obrigada por isso. Então, o que eu proponho aqui é que realmente os transportes, na Guarda, estejam adaptados às pessoas. Novamente, as problemáticas são conhecidas por todas e por todos nós. Uma delas, e bastante grave, é o facto de as pessoas com algum tipo de dificuldade, seja ela motora, visual ou auditiva, não conseguem utilizar os transportes. Obviamente, sim, há pessoas que o fazem e criaram essas adaptações, mas é função do Executivo criar uma cidade para todos e do próprio Município. A nossa alteração aqui «em articulação com o Governo central», aceitamo-la porque consideramos que sim, o Governo central também tem responsabilização. E, exatamente como nos foi dito, há exemplos no país em que isto é feito. Não existe qualquer motivo para que não exista também esta articulação com o Executivo. Obviamente terá que partir do Executivo esta conversação com o Governo central. Posso ler as três ou prefere fazer a votação primeiro?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. Preferia colocar cada uma à discussão, se não se importa. Talvez, se se quiser sentar aí, não sei. Ou precisa da mesa? Está à vontade, faça favor. Está à vontade. Esta moção «pelo bom funcionamento dos STUG» está à discussão. Alguma senhora ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Faça favor. Chamava à atenção que o PS esgotou o tempo. Não são poupados.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Desculpe, ó senhor Presidente, já agora, esta aqui sem contar tempo, só para o funcionamento da Assembleia. Eu penso que houve, por parte do líder do PSD, uma proposta, que foi aceite pelo líder do PG, que foi aceite pelo Bloco de Esquerda e que foi aceite pelo líder do PS, no sentido de haver distribuição de tempos. Não sei se o senhor Presidente da Assembleia está a ter isso em conta ou não, porque a Assembleia somos todos nós.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, aquilo que me foi agora transmitido é que as lideranças aqui presentes, na ótica da Mesa, estão a tomar uma atitude, vieram fazer um requerimento eticamente reprovável. Peço desculpa. É a

opinião da Mesa. Deixe-me explicar. Aquilo que eu percebi, se nós entendemos bem, é que os senhores deliberaram propor à Mesa que o tempo dos ausentes, que são o CHEGA e o CDS, sem a presença deles, o tempo que lhes está reservado seja distribuído pelas bancadas aqui presentes.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Posso, senhor Presidente? O tempo não é deles, o tempo é da Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, mas o tempo é-lhes atribuído a eles.” ---

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O tempo é da Assembleia, é aquilo que eu penso.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O tempo, o tempo... certo. Em teoria. Agora, eu não sei se o senhor Deputado... agora, peço-lhe imensa desculpa, estou eu a falar. Não sei se o senhor Deputado Luís Soares e se a senhora Deputada Cláudia autorizariam que o tempo seja distribuído. Esta é a posição da Mesa. Se os senhores entenderem que a Mesa está a fazer uma interpretação errada, façam o favor, votem, mas a Mesa não se responsabiliza por isso. Estamos entendidos.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, se me permite, então, eu faria uma proposta à Assembleia. Eu faço uma proposta à Assembleia. Não estando presentes, neste momento, dois Deputados. E não pela falta dos Deputados, mas como, por lei, a Assembleia Municipal tem a duração de uma hora, sendo que esses Deputados hoje não puderam estar presentes, e para que o tempo de debate decorra normalmente, solicitamos à Assembleia, no sentido de se pronunciar favoravelmente, a que esse tempo seja distribuído pelos restantes grupos parlamentares.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço imensa desculpa, não entendi. Peço desculpa... está bem, correto. É democrático. Não há problemas nenhuns. A Mesa não quer é, amanhã, ser acusada, pelos senhores Deputados que não estão presentes, de que a Mesa extravasou as suas funções. Se Assembleia entender até cometer um crime, é um problema da Assembleia, não é um problema da Mesa. Que nos entendamos. Alguém... Faça favor.” -----

- **António Mendes, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, o mandato dos Deputados, a partir do momento em que são eleitos e o tempo correspondente a cada um, e colado a seguir para o grupo parlamentar respetivo, é do Deputado não é da Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Por isso, senhor Deputado, muito obrigado, nessa perspetiva, foi isso que a Mesa disse, por outras palavras. Faz favor, desculpe lá. *Dura Lex ,sed Lex.*” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Concordamos que o tempo, obviamente, é dos Deputados. Nunca ninguém vai roubar o tempo aos Deputados, é preciso é que eles estejam presentes. Eles podem-se substituir, não foram substituídos. Nós, nós fomos impedidos ter aqui uma substituição hoje. Eles não foram impedidos, tanto quanto eu sei. E, portanto, não estão por opção. E o tempo que temos na Assembleia definido, é o tempo do período antes da ordem do dia. O período antes da ordem do dia que está definido. E nós estamos a pedir, se aqui estivesse o CHEGA, eu estaria a pedir ao CHEGA o tempo e eles dariam. Mas como não estão, por opção deles, não posso pedir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado e senhores Deputados. A Mesa não queria dizer o que vai dizer. Dr João Correia, a Mesa não queria dizer o que vai dizer. Mas já que o senhor trouxe isto à colação, a Mesa não se vai calar. O senhor Deputado Luís Soares comunicou-me, em cumprimento do que está no Regimento e do que está na Lei 169/99, as faltas competem aos Deputados participar ao Presidente da Mesa. Se quiser, leio-lhe a Lei e o Regimento. O senhor Deputado Luís Soares disse-me, na sexta-feira passada, que não iria estar presente porque tinha uma consulta a esta hora. Como sabemos, ele esteve doente. E não se conseguiu fazer representar pelo Deputado que está a seguir na lista. E não se conseguiu fazer representar por essa senhora candidata, nem pelo candidato a seguir. E, por isso, não está. A senhora Deputada do CDS, está ausente no estrangeiro. Indicou-me, por email, o nome de uma senhora candidata na lista do CDS-PP colocada em vigésimo lugar. E eu telefonei à senhora Deputada Cláudia a dizer que era impossível, porque a Lei obriga a que seja o candidato a seguir na lista. Ela não conseguiu contactar. O segundo e o terceiro estão com ela. A quarta da lista, se quiser eu leio os nomes, estão aí, não conseguiu contactá-la. E pediu-me desculpa por não ter tratado da sua substituição atempadamente. E eu disse-lhe: não tem nada que pedir desculpa. Li-lhe e Lei e ela compreendeu. É isto que

aconteceu. Portanto, não esteja agora a invocar uma situação de não ter aqui um Deputado, porque, então, vamos pôr as coisas como deve ser. O Dr. Luciano Calheiros é o décimo sexto, porque o Dr. Jorge Miguel Barreto Xavier renunciou. Se for ler o nosso Regimento e se for ler os artigos, 76º, 77º, 78º e 79º da Lei, o que ali diz é isto: o deputado que faltar comunica ao Presidente da Assembleia. Não é o dirigente do órgão. É o Deputado, como fez ontem a senhora Deputada Ana Mendes Godinho. E é substituído pelo candidato imediatamente a seguir na lista. Está aí a Liliana, que é quem está a seguir. Não foi isso que os senhores fizeram. Os senhores, prescindiram do dezassete, do dezoito (que é um caso específico, está aqui a trabalhar, é funcionária da Câmara, é uma situação diferente) do dezanove, do vinte, do vinte e um, do vinte e dois, do vinte e três e do vinte e quatro e nomearam o vinte e cinco. Portanto, eu não queria dizer isto, mas, já que chamou à colação, tenho que o dizer. Ai não é verdade? Pronto. Pronto. Eu sei isso? Ai é inteiramente verdade. É inteiramente verdade aquilo que eu lhe disse. Não, não vale a pena agora. Pronto. Ouça, a Mesa aceita as decisões democráticas do plenário. Não tem problema nenhum. Não temos a pretensão de saber tudo. Aceitamos as decisões democráticas. Portanto, a Mesa entende que o tempo não deve ser distribuído. Se a Assembleia recorrer e votar em sentido contrário, estão todos à vontade. Ninguém se zanga nisto... Por amor de Deus, por amor de Deus. Senhor Deputado, se quiser recorra para o plenário. Recorre para o plenário?" -----

- Miguel Borges, Deputado (PS): “Bem, com isto já levamos dez minutos. Pronto. A única coisa que eu estava a dizer, é assim. Vamos lá ver. Eu fiz uma proposta. A proposta é no sentido que o tempo que está atribuído, que está atribuído entre aspas, ao CHEGA e ao CDS não está atribuído. Aquilo que está atribuído é uma hora que teria que durar o período antes da ordem do dia. Em Regimento, essa hora foi dividida por tempos. Mais, e bem, nós, aos grupos parlamentares que apenas tinham um Deputado, decidiu-se que se daria quatro minutos, abdicando o PG, abdicando o PSD e abdicando o PS de tempo para poder dar a esses Deputados, quer do CHEGA, quer do CDS, quer do Bloco de Esquerda, porque assim é que é a democracia. E na democracia há discussão e quanto mais discussão houver melhor. E, portanto, neste momento, havendo oito minutos que podem ser utilizados para discussão, achamos que esses oito minutos, que podem ser utilizados para discussão, devem ser utilizados. E devem ser repartidos por todos os

grupos parlamentares, incluindo pela Deputada do Bloco de Esquerda que, não sendo grupo parlamentar, seja também incluída. É isto. E, portanto, gostaria que esta proposta fosse votada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa. O senhor Deputado Miguel Borges está-se a esquecer de uma figura jurídica que há aqui, é que não há aqui só grupos parlamentares, há deputados independentes. Então, o tempo tem que ser distribuído, na nessa ótica, também por eles. Assim, tudo bem.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Muito bem. Para quem o quiser utilizar. Acho que é assim, senhor Presidente. O que está em causa, primeiro que tudo, é a discussão. Para aqueles que o quiserem utilizar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dou, faz favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente, pela concessão da palavra. Diz-nos o Regimento desta Assembleia, no seu artigo 68º, com o título «interpretação e integração de lacunas»: «compete à Mesa da Assembleia Municipal que, com recurso para o plenário, interpretar o presente Regimento e integrar as suas lacunas». Ou omissões. Não está aqui, mas eu interpreto que seja assim. Sendo este caso a primeira vez que acontece, é uma omissão, portanto, eu acho que o senhor Presidente fez muito bem em devolver a palavra à Assembleia para que esta se pronuncie, independentemente de isto ser legal, não legal, ou assim-assim. É uma zona cinzenta. E sugiro também que, numa próxima alteração ao Regimento, seja tida em consideração uma situação desta natureza, de modo a que fique mais enriquecido e que abranja o maior número de situações que não foram previstas neste caso. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradeço-lhe. Penso que se pode interpretar que há um recurso para o Plenário. Então, quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos. Agora, como é que se distribuem os tempos? E pelos independentes? Como é que fazemos? São catorze independentes, acho eu. São catorze independentes. Algum dos senhores Deputados, que estão aqui no Plenário como independentes, deseja intervir? Não. Alguém quer fazer uma intervenção

para podermos distribuir os tempos? Então, Miguel, como é que se distribui? Eu não sei, confesso. Então, acrescentamos dois minutos? Então, ficam dois minutos para o PSD, dois minutos para o PG, dois minutos para o PS e dois minutos para a Bárbara, para o Bloco de Esquerda. Senhor Deputado, não confunda e não gostei que tivesse posto em causa. Isto aqui é efetivamente o órgão da discussão, como o senhor, uma vez, disse numa reunião. Não ponha em causa que eu não queira a discussão. Agora, nós temos que cumprir o regulamento. Como muito bem disse o Deputado Calheiros, é omissivo e, portanto, tudo bem... o Ricardo Neves, desculpe lá. Nós aceitamos. A Mesa não tem a pretensão de saber tudo. Tomáramos nós. Estava a falar? Faça Favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, eu é que peço desculpa por ter presumido que o senhor Presidente já nos tinha dado o tempo com o facto de nós termos andado aqui a discutir e, portanto, eu peço, desde já, desculpa acerca desse assunto. Relativamente ao primeiro ponto, que tem a ver com a moção do Bloco de Esquerda, no último ponto... é que eu, agora, já... se pudermos cortar, agora, um bocadinho de tempo... é que eu, entretanto, com isto tudo... Pronto. Dizer assim, nós vamos votar favoravelmente. No entanto, achamos que este último ponto da gratuidade, para qualquer Município, tem que ter impactos. E, portanto, achamos que esta moção, também desse ponto de vista, devia ter o impacto orçamental que isso pode causar no município. E, portanto, achamos que isto, apesar de votarmos favoravelmente, não concordamos com este número 3, porque sabemos que não está contabilizado e tem que ser quantificado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir a propósito desta moção. Não parecendo, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo bom funcionamento dos STUG** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, «Interrupção voluntária da gravidez»” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, «Afirma o artigo 4º que “o Governo adotará as providências organizativas e regulamentares necessárias à boa execução da legislação atinente à interrupção voluntária da gravidez, designadamente por forma a assegurar que do exercício do direito de objeção de consciência dos médicos e demais profissionais de saúde não resulte inviabilidade de cumprimento dos prazos legais.” O direito à Interrupção Voluntária da Gravidez não foi uma luta fácil, precisou de uma aprovação duas vezes em parlamento, dois referendos, mas já foi consagrado, em Portugal, há dezasseis anos, e, tem que ser cumprida, na Guarda e no resto do país. Na Guarda e numa série de outros locais não ocorre. Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 28 de fevereiro de 2023, defende a garantia ao cumprimento da IVG e delibera: Comunicar ao Conselho Administrativo da ULS Guarda a sua preocupação pela ausência, nesta entidade, de consultas prévias de IVG, de consultas para realização das interrupções voluntárias de gravidez e, de um reencaminhamento cuidado das pacientes que procuram esta solução, mas que, atualmente, não a obtém no concelho da Guarda;» Queremos fazer uma pequena alteração, por proposta do grupo parlamentar do PS, questionar também este conselho administrativo de quais as ações que têm sido tomadas para resolver a situação. Enquanto distrital do Bloco de Esquerda, nós tomámos essa iniciativa, e colocámos ao Hospital uma série de questões, para que também a própria ULS tenha espaço para justificar o que é que se passou e quais é que são as necessidades para resolvermos esta problemática, porque também acredito que internamente há essa vontade. Número 2 «Questionar o Ministério da Saúde sobre quais as ações que tem efetuado no sentido de resolver a ausência de consultas de IVG no concelho. Instar o Ministério da Saúde a dotar serviços como os da Guarda de mais meios humanos, diminuindo assim a probabilidade de ocorrência destas problemáticas.» Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Não sei se há algum senhor Deputado ou senhora Deputada que deseja intervir. Senhor Deputado Pedro Nobre, faça favor. Agradeço-lhe.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente e restante Mesa, bom dia, e bom dia a todos os presentes. Eu vou votar contra. E eu vou votar contra porque eu gostava que todos os esforços feitos para promover e facilitar o aborto, fossem direcionados

para promover e facilitar o nascimento de crianças e a facilidade burocrática, para que as crianças que não fossem queridas pela mãe e pelos pais, fossem adotadas, promovendo, assim, a vida e rejeitando, de certa forma, a morte. Estamos a falar de fetos que estão vivos como nós já fomos. Portanto, a discussão que a senhora pode querer fazer agora, não quero voltar atrás. Eu só gostaria era de ver esse empenho para promover a vida, para promover que cada vez mais pessoas pudessem andar cá, que nós precisamos é de mais habitantes, não é de menos, era facilitar as famílias, dando-lhes determinado tipo de ajudas para poderem ter algumas dessas crianças que são, enfim, abortadas, por questões financeiras. Isso sim é que eu gostava de ver esse empenho todo nesse sentido. E não o contrário. Portanto, eu, e aqui falo por mim, não é pelo grupo parlamentar, eu vou votar contra. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria. Deseja? Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Com muita tristeza, mesmo, venho aqui. Mas, então, nunca a interrupção voluntária da gravidez foi apenas por um motivo financeiro. Felizmente, todas as mulheres, aqui, pelo menos, não temos essa facilidade no concelho, não é? É disso que estamos a falar. Mas não é por motivos financeiros. Nós temos direito a abortar pelo motivo que quisermos. Ok? A ciência prova que não, não é um ser vivo que lá está. Daí existir uma série de semanas nas quais é possível fazer a interrupção voluntária da gravidez. Compreendo a situação, claro que sim. Obviamente, cada uma e cada um de nós tem espaço para a sua opinião. A questão aqui é que a lei serve para servir as pessoas e não os nossos interesses pessoais. Quando consideramos, quando somos eleitos pela população, quando realmente temos uma ocupação que é política, como esta, é importante pensarmos o mundo fora daquilo que são as nossas crenças pessoais. É importante pensar o mundo de forma a que ele sirva a toda a gente. A interrupção voluntária da gravidez é um direito que nos assiste, exatamente para isso. É mesmo muito triste ouvir esta opinião, numa Assembleia Municipal de 2023. Haver a consideração de que a interrupção voluntária da gravidez é uma picuice e, principalmente, falar aqui de crianças. Porque, onde estão as propostas e onde é que está a resolução de todas as crianças que já foram deitadas ao mundo e que se veem,

neste momento, em lares abrangidas pela CPCJ? Muitas delas com intervenções que não chegam a lado nenhum. Portanto, eu questiono-me. Quer mesmo que venham crianças ao mundo, quando não há propostas para as receber? Quais é que são as ações que vamos ter, depois de obrigarmos uma mãe a ter uma gravidez e a levá-la até ao fim? Quem se vai responsabilizar por essa pessoa? O que foi dito aqui é que, realmente, é uma questão de não aborto. Portanto, o debate é mesmo este. Quem é que se vai responsabilizar pela vida destas mulheres, pela vida destas crianças? Porque, na verdade, este é o debate. É obrigarmos mulheres a terem filhos e filhas e desresponsabilizarmos todo o sistema de saúde dessa proteção. Espero que votem a favor na maioria. Espero que esta situação na Guarda se resolva e...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, já ultrapassou o seu tempo.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Ok. E espero que, realmente, as crenças que temos, quanto a direitos das mulheres e direitos de género, sejam revistas, principalmente no painel do PSD.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se, sobre este tema, mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Não existindo, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Interrupção Voluntária da Gravidez** -----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, sete abstenções e três votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já lhe dou a palavra, João Vaz. É declaração de voto? Faça favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Antes de mais, bom dia. Cumprimentar, na pessoa do senhor Presidente, todos os presentes e quem nos está a assistir através de casa. De facto, também fiquei incrédulo com estarmos a discutir, hoje, aqui, se o seu aborto tem mérito ou não, ou se deveria ser ou não. Quando tivemos recentemente uma notícia, nos Estados Unidos, de um casal que teve que esperar que um filho morto nascesse, porque não poderia abortar. Isto, para mim, é inadmissível. Mas, pondo esta parte de

lado, o que é importante é que o aborto é um direito. Não há direitos absolutos, não há direitos que sejam superiores a outros. E o direito de um médico ser objetor de consciência, não pode ser superior ao direito da mulher de abortar. E, por isso, o sistema nacional de saúde, na Guarda, mas também em todo o país, tem que resolver esta lacuna. Porque nós, de facto, se os médicos são objetores de consciência e não fazem o procedimento, não os impede de fazerem, pelo menos, a consulta inicial e de dar o correto encaminhamento. E não podemos ter notícias, como a que tivemos aqui na Guarda e em outros hospitais, de uma completa descoordenação. Se não há médicos que façam, tem que haver um fluxo fácil e fluído do encaminhamento do processo. Ou o sistema nacional de saúde tem que financiar que se faça no privado, ou onde seja possível fazer. Porque não se pode continuar a negar este direito às mulheres.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, só para dizer o seguinte. Eu votei favoravelmente, convictamente sobre esta matéria. Esta matéria já fez o caminho que fez, em termos legislativos. O país já evoluiu muito e, portanto, estamos de acordo e o PSD, a bancada do PSD está de acordo. A opinião do Deputado Pedro Nobre é dele e temos que a respeitar. E só queria dizer à senhora Deputada que eu não aceito lições de moral de ninguém, sobre esta matéria ou qualquer outra. E, portanto, é uma matéria sensível. Há opiniões divergentes na sociedade. Continuam a haver, apesar da evolução legislativa e também sob o ponto de vista da ética e outros valores. Mas não aceitamos e o PSD não aceita lições de moral. A senhora Deputada fez aqui uma intervenção em que, a determina altura, quis passar aqui quase uma mensagem de pedagogia. Nós já todos sabemos isso. Este caminho já foi feito e, portanto, não vale a pena vir aqui tentar colar o PSD a uma coisa que, simplesmente, não existe. Ok? Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Já lhe dou a palavra. O senhor Deputado João Correia já tinha pedido a palavra.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Declaração de voto. Eu votei favoravelmente, exatamente porque concordei quase na íntegra com o que estava escrito. Depois, obviamente, não concordei com a intervenção da Deputada do Bloco de Esquerda, no sentido de nos querer dar lições, como é evidente. Porque, na verdade, nós, como disse aqui o meu companheiro de grupo, nós já fizemos todos essa travessia. Não estava aqui

em discussão o IVG. Isso já foi discutido. Há uma legislação. E, na verdade, o que a moção pretende é que se cumpre a legislação por parte da ULS. Eu sei, por motivos profissionais, eu sei o que é que a ULS tem feito. E, na verdade, a ULS não pode ir contra os técnicos, os profissionais que são objetores de consciência. A objeção de consciência existe, está consagrada na lei e as pessoas podem dizer que não fazem o ato. Agora, obviamente, não impede que façam as consultas e façam a orientação devida, em tempo devido. Não tem nada a ver, depois, com aquilo que o Deputado do PS aqui veio dar como exemplo, porque isso são questões técnicas, que não as vou aqui discutir, porque não tem nada a ver com a interrupção voluntária da gravidez este exemplo que aqui trouxe, de alguém estar à espera que se desse o parto por via natural. São coisas diferentes. Também estão descritas e tecnicamente são adequadas e corretas quando são feitas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu é que agradeço. Muito obrigado. O senhor pediu a palavra e depois... Desculpe, Miguel. Desculpe lá. Estava inscrito primeiro. Já lhe dou a palavra, está bem?” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Votei, também, favoravelmente, porque o que dizia a moção, claramente, era cumprir a lei. A lei está aprovada há muito tempo e, estando aprovada, tem de se cumprir. Tem de se cumprir, até por um caminho de saúde e dignidade da mulher e do feto. Porque, se o SNS não dá resposta, as pessoas que têm posses, podem optar, como já aconteceu no passado, por procedimentos que não são os corretos. E isso é muito importante. No entanto, reforçar aquilo que foi dito também em algumas declarações de voto da bancada do PSD, de que a objeção de consciência é um direito dos médicos e o que estávamos a discutir, efetivamente, é a aplicação da lei aprovada e não a discussão conceptual do aborto em si. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votei favoravelmente, precisamente, porque o que estava em causa era a lei e o bom funcionamento da ULS. Deixai-me dizer-vos, de qualquer maneira, que é com infelicidade que, em 2023, ainda vejo posições como as que ouvi hoje aqui nesta Assembleia Municipal. Mas isso não é para o caso, porque essas

peças não perceberam também a moção. É que a moção é: cumpra-se a lei. E a lei é outra coisa. Cumpra-se a lei. Foi isto aqui que era para ser votado. E, cumpra-se a lei, pela ULS. E nós aqui estamos sempre a defender que a ULS deve ser boa aqui, nesta, nesta e nesta... da mesma maneira. Mais nada. É: cumpra-se a lei.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Guilherme Guimas, Deputado (PSD):** “Bom dia, senhor Presidente. Considerem-se todos cumprimentados. O meu voto foi favorável, como não podia deixar de ser. Os meus colegas já disseram que, de facto, não deve tomar a parte pelo todo. O PSD está ao lado das mulheres e da lei. E eu, sendo membro da JSD, teria sempre que votar favoravelmente, porque, de facto, consideramos que é algo importante que as mulheres da nossa região tenham, de facto, essa essa possibilidade, bem como em todo o país. A JSD pauta-se sempre pela defesa dos jovens e existe, infelizmente, ainda alguma precariedade, alguma falta até de informação. E consideramos que, de facto, é muito interessante esta proposta do Bloco de Esquerda e foi essa, então, a razão pela qual votei favoravelmente, parabenizando, inclusive, a Deputada Bárbara, por essa ideia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dada a matéria, o artigo 41º do nosso Regimento permite que os Membros da Mesa em função saiam e façam uma intervenção. E, nessa qualidade, dada a matéria, eu vou fazer, naquele local, a minha declaração de voto.” -----

- **José Relva, Deputado (PG):** “Votei contra. E queria muito claramente dizer que subscrevo na íntegra a intervenção do Pedro Nobre. E, senhora Deputada, faça para si as suas considerações éticas, políticas, civis e o que entender. Agora, quero-lhe dizer que, num grande hospital da zona de Lisboa, respeite a objeção de consciência, 92% dos médicos desse hospital, de ginecologia e obstetrícia, invocaram objeção de consciência. Eu respeito a sua opinião, mas não pode vir aqui desrespeitar a opinião dos outros. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Prosseguindo. «Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos/as professores/as».” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Peço desculpa, só fazer aqui um parêntesis. Realmente não queria colocar toda a bancada do PSD e quero deixar isso bem claro, porque foi perçetível que não estava toda a bancada de acordo. Peço desculpa se a minha intervenção deu nesse sentido, porque não era mesmo. Sabendo que, daquilo que tenho conhecimento, o PSD não é marcadamente contra esta posição, nem pouco mais ou menos. Portanto, reforçar que me estava a dirigir, obviamente, a quem comentou. Pronto. Não acho que tenha faltado, em termos de ética, a ninguém. As considerações são as mesmas que foram feitas agora. Portanto, é a opinião. E conversar sobre aquilo que são crenças políticas, que volto a repetir, na minha opinião, há diferenças naquilo em que eu acredito, enquanto Bárbara, e naquilo que a Bárbara foi eleita para defender...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, peço-lhe desculpa, está a extravasar. O tema está encerrado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Exatamente. Queria só esclarecer, principalmente quanto a este ponto. Então, quanto à moção que aqui trago sobre a escola pública e os professores, não vou ler a moção integral porque ela é bastante comprida. Queria apenas a ler a parte final. «Os processos de municipalização da educação são propícios às assimetrias territoriais e a crítica destes processos não é o medo da mudança, é a defesa do direito à Educação em todo o país. Um processo de descentralização feito no interesse da Escola Pública, não seria uma municipalização, começaria sim pelas Escolas, pelo reforço da Gestão Democrática das mesmas. São as Escolas quem pode assumir competências adequadas à escala de cada comunidade educativa e são elas quem se pode responsabilizar pelo seu projeto educativo e pela implementação local de políticas educativas. Pelo exposto, a Assembleia Municipal da Guarda reunida a 28 de fevereiro de 2023, se aprovada, delibera: Recomendar ao Governo que proceda à recuperação de todo o tempo de serviço, garantindo a todas e todos os docentes o seu posicionamento no escalão remuneratório correspondente ao tempo efetivamente prestado, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Estatuto da Carreira Docente. Ponto 2 - Recomendar ao Governo que reveja, mediante negociação sindical, o regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário estabelecido pelo Decreto-Lei de 27 de junho. Ponto 3 - Recomendar ao

Governo que crie, mediante negociação sindical, um regime específico de aposentação de forma a garantir o término de atividade num tempo justo e assegurar o rejuvenescimento do corpo docente. Ponto 4 - Enviar esta moção ao Ministério da Educação, Direção Regional de Educação do Centro, Associação Sindical dos Professores Licenciados, Federação Nacional dos Professores, Pró-Ordem dos Professores– Associação Sindical/Federação Portuguesa dos Professores, Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados, Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação, Sindicato Nacional e Democrático dos Professores, Sindicato Independente de Professores e Educadores, Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades e Sindicato de Todos os Trabalhadores da Educação.» Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre esta matéria. Não havendo, colocava a moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos/as professores/as** -----
- Aprovada, por maioria, com cinquenta e seis votos a favor, seis abstenções e oito votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “O Partido Socialista vota contra esta moção, de acordo com a moção que apresentou no início. Está a decorrer, neste momento, um debate. Esse debate, nós instamos o Governo a que considere as posições dos Professores. No entanto, achamos que há algumas posições que estão nesta moção, em que o Governo poderá não ter que ir... nem sequer sabemos se, de alguma forma, no debate que está a haver, os Professores não poderão considerar outras alternativas àquelas que defendem hoje em dia. Porque para isso é que serve um debate. E, portanto, estar lá, clarinho, aquelas posições defendidas pelo Bloco de Esquerda, não nos parece correto. E, depois, dizer, quando se fala da reposição dos seis anos, mais não sei quantas, é lembrar quem é que realmente cometeu esse sacrilégio com os Professores. E estão aqui à minha frente. E hoje, hoje estão aqui à minha frente, e hoje, estes senhores, fizeram questão de votar favoravelmente. Sabe porquê? Porque, neste momento, neste momento, não têm responsabilidades. E como não têm responsabilidades, e felizmente

para o país, felizmente para o país não têm responsabilidades, permitem-se dar uma... primeiro, cortar. Primeiro, acima de tudo, cortar. E, depois, agora, que não estão no Governo, decidem, sim senhor. E os outros funcionários públicos, senhores Deputados do PSD? Também concordam? Também concordam? E quando dizem que não há dinheiro, também concordam?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor. Já lhe dou a palavra.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais uma vez o cumprimento. Eu queria, em nome do grupo parlamentar do PSD, fazer uma declaração de voto e dizer ao senhor Deputado Miguel Borges que o Partido Socialista é pródigo em branquear o passado. Aliás, e se todos nos lembrarmos do Governo de boa memória pelo Partido Socialista, do Eng.º José Sócrates, que foi tão só aquele que, pela terceira vez, em Portugal, trouxe uma intervenção externa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, aproveitando o reparo que há pouco me fez o senhor Deputado João Correia, também me parece que isto não é nenhuma declaração de voto. Chama-lhe tu, antes que ela te chame a ti. Não pode ser. Isto também não é declaração de voto.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, com todo o respeito, eu tenho que contextualizar para depois a poder emitir, correndo o risco de ser mal interpretado e é coisa que eu não quero e o senhor Presidente, também, seguramente, não quer. E, então, como eu estava dizendo, o Partido Socialista, que foi responsável por três intervenções externas, lembremo-nos que isto só sucedeu porque houve uma troika que nos obrigou a cortes, e, portanto, o PSD, que depois sucedeu no Governo o PS, foi obrigado a fazê-lo. Mas o que esteve na génese, o Partido Socialista lembrar-se-á bem do que fez. E, portanto, não adianta vir aqui branquear o passado, porque os portugueses sabem muito bem o que aconteceu e têm bem presente na memória esses tempos negros que vivemos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Deseja? Faça um favor. Declaração de voto.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Sim, sim. Declaração de voto, senhor Presidente. Declaração de voto, sem fugir um milímetro. Está bem? Ora bem, é assim.

Nós votamos favoravelmente e eu votei favoravelmente, para além de ser professor e, portanto, vivo estes problemas também há muitos anos. E, portanto, isto é pacífico, para nós. Aliás, nós aprovámos, há bocado, votámos favoravelmente a vossa moção, como votámos agora também a do Bloco de Esquerda, porque elas nem sequer são contraditórias. E, portanto, eu compreendo a ginástica que o Miguel queira fazer, porque é o Partido Socialista que está em causa, é o Governo. Isso, nós compreendemos. Mas, tenha paciência. Quer dizer, isso são declarações de princípio. A questão da contagem do tempo de serviço, pode, eventualmente, ter aqui alguma evolução. O processo não está fechado e estamos de acordo em relação a isso. Mas, quando muito, a abstenção. Agora, o voto contra, é votar contra tudo. E, portanto, é muito mal explicado, se me permite. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Passaríamos, agora, à recomendação do PG «por um portal de voluntariado municipal».” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia. A nossa proposta é bastante simples. Acredito que seja fácil de implementar. Decorre também do programa eleitoral do Movimento pela Guarda e, no fundo, sabendo e acreditando que há instituições e entidades que necessitam de voluntários e que há, na sociedade civil, pessoas que querem ajudar, contribuir para o bem comum, nós instamos o Município a que crie um portal, como já existem alguns, até mesmo nacionais, como a Plataforma Portugal Voluntário, a que junte estes dois grupos: quem precisa de ajuda e quem quer ajudar. Só trará benefícios para a Guarda e para todos os cidadãos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre esta recomendação. Passo à moção seguinte. «Água, agricultura e ordenamento do território no concelho da Guarda». Faça favor, Senhor Deputado.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, Senhores Deputados. «Água, agricultura e ordenamento do território no concelho da Guarda. Sabemos que o concelho da Guarda tem uma enorme área de potencial agrícola um bocado diminuto. Sabemos que a água é vida. Por isso, o concelho da Guarda, e porque não apresenta

uma reserva de água para setores agrícolas, só existe uma reserva de água para consumo humano, e as reservas de águas são fundamentais para: são fator de coesão e correção das assimetrias no território; são o garante da biodiversidade e sustentabilidade ambiental; promovem o ordenamento do território e a qualidade de vida das populações; diminuem drasticamente o risco de incêndios no espaço rural e garantem a disponibilidade de água para o seu combate; são o garante de segurança alimentar e bem-estar animal; garantem condições para a preservação e expansão das nossas raças autóctones; são condições para o desenvolvimento e expansão dos sistemas agroflorestais. Os regadios a constituir devem adotar as melhores práticas de eficiência energética, de eficiência hídrica, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis e territorialmente equilibrados. No livro *“Desafios da Água”*, que está no site do Conselho Económico e Social, o Prof. Francisco Avilez, diz: “a implementação em Portugal de uma estratégia de desenvolvimento agrícola e rural adequada, na próxima década, vai depender muito mais das orientações e decisões de âmbito nacional, do que de eventuais limitações de ordenamento e ordens comunitárias”. O sector agrícola, se economicamente sustentável, fixa populações, atrai novos investimentos e complementa, compatibiliza com outros territórios. Acresce que atravessamos um momento histórico com a possibilidade de recursos e verbas do PRR. Assim, urge no concelho da Guarda um grande Projeto Hidro-Agrícola com vista a constituir reservas de água para fins agrícolas como forma de aumentar a produtividade, garantindo viabilidade económica, inovação e modernização do sector. Pelo que, a Assembleia Municipal da Guarda reunida em sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2023 decide: 1. Apelar ao Governo Central, nomeadamente ao Ministério da Agricultura e Alimentação, ao Ministério do Ambiente e Ação Climática e ao Ministério da Coesão Territorial, que com brevidade, implementem um grande Projeto Hidro-Agrícola da Guarda, compatibilizado com o elencado pela Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, relativamente ao projeto de regadio do concelho da Guarda.» Isto tem a ver com um documento, só um parêntesis, que esteve em discussão pública em dezembro do ano passado, e em que o Município da Guarda deu alguns contributos e outros cidadãos que não são Município. «2. Apelar ao Executivo Municipal que dê continuidade ao processo em curso, relativamente aos regadios de Ribeira do Luzelo, Ribeira do Massueime, Ribeira das Cabras e Ribeira do Adão e sua compatibilização e

articulação com o exposto. A presente Moção deverá ser enviada ao Executivo Municipal da Guarda, ao Ministério da Agricultura e Alimentação, ao Ministério do Ambiente e Ação Climática e Ministério da Coesão Territorial, bem como à Direção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Desculpem lá, dois segundos. Quando se fala aqui na com compatibilização com outros regadios, obviamente está na génese desta ideia que também temos que nos compatibilizar com o do Sabugal e outros projetos de regadio que haja de âmbito supramunicipal. A CIMBSE serve para nos compatibilizar. É essa a ideia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado pela explicação. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Ora, muito bom dia a todos. Senhor Presidente, cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente. Eu li com muita atenção o que o senhor Deputado Valbom escreveu e leu. Mas pergunto eu, o grupo parlamentar do PG quer que se vote o quê, concretamente? É que eu, peço desculpa, não vejo lá nada. Pois esta moção não diz nada, são apenas frases soltas e feitas. Apenas diz o que todos nós, simples cidadãos, já sabemos. Não acrescenta valor nem conhecimento. Que a água é um recurso vital, já todos nós sabemos. Que um ser vivo, cerca de 70% do seu peso é água, na média, também todos nós sabemos. Consideramos que, neste momento, é prematuro estarmos a votar esta moção. O Executivo já fez o trabalho de casa, antes do grupo parlamentar do PG propor a esta Assembleia que delibere seja o que for sobre este assunto? Entendemos, neste momento, que para darmos o primeiro passo, antes de qualquer deliberação, torna-se necessário sabermos onde está a água deste concelho. Deverá ser feito um levantamento exaustivo e responsável, tais como: onde está a água, para onde corre, como e onde podemos armazenar, onde se perde a já existente e porquê, como a distribuir e em que condições. Pergunta-se, há ou não possibilidade de se constituírem Juntas de Agricultores, que são

regidas pelo decreto regulamentar 86/92, de 12 de setembro? O grupo parlamentar do PG sabe alguma coisa sobre este ponto, Junta de Agricultores, que é imprescindível quando se avança com projeto destes? As áreas de regadio e respetivas infraestruturas terão de ser submetidas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, mesmo os tais dois minutos concedidos pelos dois ausentes, já ultrapassou o tempo em bastante.” -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Ok, peço desculpa. Estou a terminar. As áreas de regadio e respetivas infraestruturas terão de ser submetidas ao regime jurídico das obras de aproveitamento hidroagrícola e têm de ser integradas nas cartas de condicionamento e nos regulamentos do PDM. Pergunta-se, este ponto está a ser tido em consideração agora na nova revisão do PDM? Face ao anterior exposto, esta é a posição do PS.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum... Faça um favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “O que quer a moção é muito claro. Está nos pontos do texto escrito. Está: delibera. Eu alterei e disse aqui, por escrito, decide. Esta Assembleia, a única coisa que pode é decidir apelar aos organismos. Os organismos que aqui estão elencados, devem saber o que a senhora Deputada perguntou. Eu sei, não sou especialista de água, se a ideia é dizer isso, mas li o relatório de dezembro e sei que os projetos que aqui estão elencados, cá na parte final, têm fases de maturidade diferente. Ou seja, alguns são mais fáceis de implementar do que outros. E sei também que, por exemplo, Santarém, fez um apelo para que se construísse um grande projeto hidroagrícola em Santarém. Eu não percebo porque é que nós temos que ter medo de pedir isso, se estamos todos de acordo. Até a senhora Deputada. Precisamos ou não precisamos disto? Se precisamos, eu apelo a que se vote a favor de se interpelarem os organismos que têm a obrigação de saber. Os da agricultura também. É essa a minha ideia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada deseja intervir, algum senhor Deputado? Então, colocava à votação esta moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Água, Agricultura e Ordenamento do Território no concelho da Guarda** -----
- Aprovada, por maioria, com cinquenta e cinco votos a favor e dezassete abstenções. -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Última moção... Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Ora, muito nos apraz registar que do grupo municipal Pela Guarda, afinal, sempre vislumbram luz naquilo que foi o nosso programa eleitoral e que não é sempre aquele problema do acabe-se com o que os outros fizeram. Dr. Valbom, muito bem, sei que leu com atenção e que até concorda com esse projeto intermunicipal. E o Dr. Valbom, em concreto, até sabe que nós os dois defendemos o intermunicipalismo. Portanto, aí, ainda o felicito a dobrar. Só dizer que, um projeto desta tremenda envergadura, são precisos engenheiros. Mas, pronto, votamos favoravelmente, como é óbvio.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Afinal, sempre são precisos Engenheiros. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Abstivemo-nos, precisamente por aquilo que foi dito logo na primeira moção. Não entendemos muito bem o teor desta moção. Sinceramente, achamos que o senhor deputado a devia explicitar melhor. Por outro lado, temos que começar em casa a fazer esse trabalho acerca da água. Para, depois, a seguir, conseguimos pedir, temos que saber aquilo que queremos pedir. E acho que nós não... neste caso, acho que nem o senhor Deputado e provavelmente também os senhores Deputados do PSD, porque temos o PSD-A e o PSD-B, normalmente, quando se juntam, verifica-se que não sabem muito bem o que querem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Moção «Pela ferrovia da Guarda a curto e a longo prazo». Faça favor, senhor Deputado Breia Lopes.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Muito bom dia a todos. Eu tenho um sonho de um dia ter tempo para ler. Portanto, hoje, vão ter que me aguentar. Desculpem lá, mas vão

ter que me aguentar porque acho que é uma moção importante e pelo que pode vir aí. Ok? Portanto, «Mocção pela ferrovia a curto e longo prazo. A 17 de novembro de 2022 foi apresentado o Plano Ferroviário Nacional pelo Governo da República Portuguesa. O plano, vocacionado para o combate às alterações climáticas e para a maior utilização da ferrovia, está em consulta pública até dia 28 de fevereiro, até hoje, data da realização desta sessão da Assembleia Municipal. O documento coloca a Linha da Beira Alta, com “as intervenções em curso”, como o “principal acesso das mercadorias de todo o país para o Norte de Espanha e para a Europa além Pirinéus”. Complementarmente, a resposta da APDL à moção aprovada nesta Assembleia Municipal na sua anterior sessão, de dezembro de 2022, destaca que “o atual terminal ferroviário de Mercadorias da Guarda, embora com trabalho já desenvolvido, está muito condicionado com as obras da linha ferroviária da Beira Alta, que impossibilita a sua utilização pelo transporte ferroviário”. Reitera ainda que “no final das obras ferroviárias, o terminal terá todas as condições para trabalhar convenientemente na área transferida para a APDL”. A apoiar isto, esta necessidade, surge na CIMBSE, que é composto por quinze municípios, houve uma moção que disse o seguinte, entre outras coisas: considera a instalação do Porto Seco na Guarda uma vantagem competitiva, sendo uma mais valia para as empresas e a futura localização dos novos investimentos da nossa região. O Porto Seco possui todas as condições para se tornar no primeiro e mais importante Porto Seco do país, atuando como nó interior, potenciando a concentração e o desembargo aduaneiro de mercadorias, aumentando eficiência, etc., etc., etc. Só que este plano parece que tem alguma coisa que não está bem claro e que pode tirar-nos um bocado da linha. Nesse plano, é um documento com 56 páginas, foram feitas algumas propostas que podem ser dúbias para a Guarda, nomeadamente a não existência de uma paragem na Guarda na futura linha de alta velocidade Aveiro/Vilar Formoso. Apesar de, nos mapas, surgir como uma estação, na tabela 9 fala que está contemplado um itinerário Porto-Campanhã/Vilar Formoso, com paragens previstas em Gaia, Aveiro e Viseu, mas não na Guarda. Por outro lado, há outro ponto: a não passagem de uma rede transeuropeia de transportes de alta velocidade. É a de alta velocidade que está em causa. Porque essa, segundo esses mapas, que está aqui, faz aqui um desvio a partir de Vila Franca das Naves, passando ali pela zona de Pinhel, mais direta. Portanto, nós não queremos isso, como é lógico. Nós queremos que essa linha passe por aqui. Face ao exposto e estas

dúvidas, e atendendo a que o prazo da consulta pública está a acabar, vem, por este meio, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 28 de fevereiro de 2023: ponto 1 - Exigir, junto do Ministério das Infraestruturas, a conclusão das obras da linha da Beira Alta até novembro deste ano e, conseqüentemente, o retomar do seu regular funcionamento até ao final do ano de 2023, dado o impacto negativo que os atrasos nesta obra têm acarretado para o transporte de passageiros e para o início da atividade do Porto Seco da Guarda. Ponto 2 - Clarificar se, no Plano Ferroviário Nacional, está prevista no Serviço de Alta Velocidade Porto Campanhã – Vilar Formoso e Porto Campanhã – Madrid Chamartín uma paragem na Guarda e afirmar a posição de absoluta necessidade da mesma por parte da Assembleia Municipal da Guarda. Ponto 3 - Defender a passagem pela Guarda da rede transeuropeia de transportes de alta velocidade que passará por Viseu e seguirá até Vilar Formoso, dado que a nossa cidade será a principal interface ferroviária no interior centro do país e apresenta uma localização geoestratégica privilegiada. Esta moção deve ser endereçada ao Senhor Ministro das Infraestruturas, com conhecimento ao Senhor Presidente da República e ao Senhor Primeiro Ministro. Os pontos 2 e 3 das deliberações devem ser submetidos à consulta pública do Plano Ferroviário Nacional.» Tenho dito, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar pronunciar-se sobre isto. Faça favor.” -

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Eu ouvi com atenção aquilo que disse, só tenho aqui uma dúvida sobre a paragem na Guarda... É um pedido de esclarecimento, senhor Presidente. Não pode contar o tempo. São dois minutos que não entram na contagem do tempo. Certo?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu não sei, é sobre o tema. Se é um pedido de esclarecimento o tempo tem que contar. Parece-me a mim.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, contam os dois minutos nos termos regimentais. Não era no tempo de antes da ordem do dia. Digo eu. Era só um esclarecimento. Não sei, se tem teve acesso ao estudo, o porquê de não estar previsto parar na Guarda. Temos aqui a confluência de duas linhas. Eu também considero importante que ele pare na Guarda. Agora, estamos a falar de um transporte

de alta velocidade. Não sei se... claro que são feitos estudos também nesta matéria, e noutras, é uma matéria estratégica e importantíssima. São feitos estudos também, não é? Portanto, não sei, se teve acesso a algum estudo, o porquê de não parar na Guarda. É essa a questão.” -----

- **José Breia Lopes, Deputado (PG):** “Eu posso-vos confidenciar que andei em Engenharia Civil um ano, mas depois mudei. Um ano. Perdemos um engenheiro. Provavelmente, o que está a acontecer, vamos lá a ver. Um comboio de alta velocidade não pode, em teoria, andar sempre a arrancar e a parar. Perde-se a chamada inércia e, como tal, os custos são enormes, não é? A outra coisa que poderá estar aqui, será a questão de termos que subir à cidade para depois se chegar a Vilar Formoso, quando, às tantas, em termos de orografia, ser mais fácil por outro lado. Mas isso é um problema dos engenheiros, não é um problema dos políticos. Nós temos que pugnar pela passagem e por uma paragem na Guarda. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu tenho que, aqui na Assembleia, propor ao Governo que altere as horas para 120 minutos, em vez de 60 minutos. Os senhores já ultrapassaram em 3.39. Faça favor. Só se for muito rápido. Vamos lá ver. Não sei é como é que o senhor conta o minuto, mas isso já é outro problema.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Não, só queria dizer que as preocupações que o meu amigo Zé Carlos apresentou são reais e são verdadeiras e que se deve ter toda a atenção possível. Aliás, este é um problema que a Guarda sempre teve. A Guarda teve este primeiro problema quando foi a construção da IP5. O troço inicial da IP5 era: chegava a Celorico, de Celorico ia para Vila Franca das Naves e ia para Vilar Formoso. Aliás, foi o então Presidente da Câmara, Abílio Curto, que, junto do Governo, conseguiu trazê-la para junto da cidade. O primeiro esboço TGV que houve, das muitas coisas que houve, também o primeiro esboço chegava a Celorico, o TGV, de Celorico ia para Vila Franca e Vilar Formoso e a Guarda ficava a ver passar o comboio. Eu acho que, lamentavelmente, acho que as ligações à Europa da rede transeuropeia já estão definidas. É por Caia e por Vigo. A Guarda, as obras estão a ser feitas na linha da Beira Alta é o que ficará. É o que ficará para o futuro. E, portanto, seguramente, ficaremos fora da linha transeuropeia. Agora, eu acho que é um perigo real que a Guarda tem. De facto, os engenheiros dizem que é muito difícil subir cá acima. Estar no alto, estar no cimo do mundo, pelos vistos,

devia ser uma vantagem, mas muitas vezes é um defeito. Mas nós continuaremos a achar que estamos no cimo do mundo e merecemos tudo. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava, então, esta moção à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela ferrovia da Guarda a curto e longo prazo** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Peço desculpa.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Votámos a favor porque somos, como sempre fomos, a favor da discriminação positiva para a Guarda. Dizer-vos que soubemos agora que o Presidente da Câmara da Covilhã está, neste momento, em conversações com o Ministro desta área, no sentido de que haja mais comboios entre a Covilhã e o Fundão. Tenho a certeza absoluta que o senhor Presidente da Câmara da Guarda está, neste momento, em conversações, também com esses Presidentes, no sentido de que hajam mais ligações (eu estou a fazer a minha declaração de voto) mais ligações entre a Covilhã e a Guarda. Tenho a certeza.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Terminámos as moções e as recomendações. Inscrições, contabilizando o tempo, é óbvio, portanto, o PPD-PSD tem 2 minutos e 42, mais 2. 4 e 42. O PS esgotou. O Bloco já não tem, também. O PG ultrapassou em 3.31. Tem cedências de tempo de Pera do Moço, Famalicão, Avelãs da Ribeira e Vila Franca do Deão, tem 30 segundos. Não sei se alguém quer falar. Está escrito o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa. Faça favor.” -----

- **Luís Prata Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa:** “Ora bem, bom dia a todos. Senhor Presidente, eu pedi tempo aos meus colegas de Sobral da Serra, do Alvendre, da Misarela e de Cavadoude. Se passar só um bocadinho dos 30 segundos, não me leve a mal. Ex.mo senhor Presidente da Mesa, na sua pessoa cumprimento todos os que participam e assistem a esta Assembleia. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia e de cidadão, não podia deixar de vir aqui destacar as atividades do fim de semana do Carnaval e dar os parabéns ao Executivo e todos os colaboradores do

Município que fizeram a folia voltar a acontecer na Guarda. Particpei ativamente em quase todas as atividades, desde a Fun Run, às Tabernas do Entrudo onde a minha associação de geminação esteve presente, ao Desfile das Freguesias onde Aldeia Viçosa, orgulhosamente, participa desde sempre e no Julgamento do Galo. Este evento tem vindo a ganhar uma amplitude nacional. Posso testemunhar isso mesmo com os meus amigos de Lisboa, que fazem sempre questão de vir ao Carnaval aqui à Guarda. Não tenho nenhuns números objetivos sobre a adesão deste ano, mas o *olhometro* permite-me dizer que houve muita, muita gente. Possivelmente terá sido a Guarda Folia mais participada desde que ela existe. A Praça Luís de Camões já parece pequena para este evento, tal como a tenda das Tabernas do Entrudo. É uma atividade que traz o mundo rural à urbe e que permite que as freguesias desfilem de crista em alta pelas ruas da cidade, numa simbiose perfeita entre o mundo rural e o mundo urbano. Mas é também mais um momento de convívio e de partilha entre as freguesias rurais e a urbana, obviamente, que eu acho sempre importante. Estiveram presentes trinta e duas das quarenta e duas freguesias rurais do concelho, mais a urbana. Parece-me um bom número. Esperamos que, na próxima edição, possam estar todas as freguesias do mundo rural. No caso de Aldeia Viçosa, a Junta de Freguesia dá sempre o trabalho e a receita à associação da geminação. É um pequeno presente envenenado, mas que eles adoram e que eles agradecem. Isto porque permite, também, com esses fundos, manter viva a geminação de Aldeia Viçosa com Saint Mars d'Egrenne. Quando tanto se tem falado em cultura e arte, não podia deixar de referir que estes eventos são também eles fundamentais para a preservação das tradições culturais do concelho. Senhor Presidente, deixe-me só deixar duas notas muito telegráficas de dois outros assuntos. A primeira tem a ver com o apoio ao associativismo. Numa semana em que muito se falou e discutiu de um regulamento de apoio às associações, eu venho pedir aos decisores da atribuição desses apoios, que haja muito rigor e muito critério. Já uma vez fiz uma intervenção nesta Assembleia nesse sentido, reitero essa intenção, porque, por vezes veem-se associações que nem sempre são muito transparentes. A segunda nota é para deixar uma palavra de congratulação, porque, finalmente, saiu, uma portaria que vem ajudar os pequenos agricultores e as famílias que tiveram prejuízos nos incêndios de agosto de 2022. Este é fruto de um trabalho de antecipação, de insistência, de persistência, tanto da Câmara da Guarda como das Juntas de Freguesia, como também

de DRAP centro. O apoio não é grande, serão cerca de 1.200, e uns pós, euros para cada um, mas vai ser uma grande ajuda e uma grande motivação para a reposição e para o tratamento dos nossos olivais, entre outras culturas. Portanto, são boas notícias. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Temos, agora, intervenções da parte do PSD. Portanto, contagem de tempo: 4.42. Estão escritos o Dr. João Correia, Dra. Dulcineia e José Rabaça. Façam favor, aproveitando o tempo.” -

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Ex.mo senhor Presidente, os meus cumprimentos e, na sua pessoa, vou cumprimentar todos os presentes e os que assistem através dos meios audiovisuais. Venho relembrar o artigo 65º da Constituição da República Portuguesa e, obviamente, falar novamente de habitação, que é um direito fundamental e um imperativo constitucional. Estranhamente ou não, todos falamos da carência de habitação. Contudo, Portugal é o país da OCDE com mais casas por mil habitantes, não fora algumas abandonadas, devolutas, degradadas, insalubres, outras sem conforto. Algumas são propriedades do Estado, nomeadamente também das Autarquias, outras de fundos, outras de privados. Então, este tema da habitação tem, na verdade, sido esquecido e não tem sido cumprido o artigo 65º, e dos obstáculos mais frequentemente invocados são a vontade política ou a falta dela e o dinheiro. Aparentemente, agora estão ultrapassados. Por um compromisso de Estado assumido pelo Primeiro-Ministro e por uma bazuca de dimensão histórica de que o mesmo Primeiro-Ministro é um dos promotores. A propósito do PRR, afirmou recentemente, que é necessário investimentos em infraestruturas, sistemas de saúde, conectividade. Contudo, sem intervenção na habitação, será muito difícil lutar contra o despovoamento dos territórios de baixa densidade. E estou a citar o nosso Primeiro-Ministro. Inclusivamente, foi criado o Ministério, dirigido por Marina Gonçalves, que, quando era Secretária de Estado, afirmou que a habitação é um problema que vai para lá das famílias com menores rendimentos e o programa primeiro direito, como já aqui foi mencionado e corrigida a intervenção de um outro senhor Deputado, o programa Primeiro Direito pretende-se que seja uma resposta de arrendamento acessível para a classe média e para os mais jovens. Neste programa, o Executivo da Guarda, em colaboração com o IHRU, conta investir 6,7 milhões, já assinou este contrato, em

habitação social para beneficiar cento e nove famílias. Tem por base a Estratégia Local de Habitação, aqui aprovada nesta Assembleia e já retificada. Para a assinatura deste acordo, o senhor Presidente considerou e passo a citar: «a verdadeira revolução no panorama habitacional da Guarda». Revolução, ambição e habitação têm tudo para dar certo e até rimou. Entretanto, aqui ao lado, a Câmara da Covilhã aprovou a Estratégia Local de Habitação, que representa um investimento global de 14,8 milhões de euros. Mais do dobro. Pretende esta Autarquia criar dinâmicas de reabilitação urbana e criar maior regulação no mercado de habitação. E, ainda, uma bolsa municipal de rendimentos acessível, com rendimentos intermédios e para estudantes. Mais revolução, mais ambição, mais regulação e mais habitação aqui ao lado. Viseu, aqui tão perto, segue na mesma direção e vai investir 45 milhões de euros em arrendamento acessível. Voltando aqui ao nosso concelho, que é isso que nos interessa e que integra a CIMBSE, no final de janeiro todos ouvimos e lemos o que não queríamos acreditar e que já foi aqui também apresentado: a assinatura de um protocolo com um investimento global de 82 milhões de euros, entre a Comunidade Intermunicipal e o IHRU, em que nos foi atribuído o segundo financiamento mais baixo do programa de apoio. Pouco mais de 480 mil euros. Já aqui foi dito, eu torno a repetir: pouco mais de 480 mil euros. Cerca de meio por cento do total atribuído à CIMBSE. Trata-se de um acordo de financiamento no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, outrora chamada bazuca. Bazuca pequenina para a Guarda, direi eu, que mais parece um morteiro da alvorada das festas. Comparemos. Ao Fundão - 30 milhões. E estou a falar de números aproximados. Seia - 9 milhões. Covilhã - 7 milhões. Almeida - 4 milhões. Muitos milhões. Gouveia - 3 milhões. Manteigas - 3 milhões. A tudo isto podemos acrescentar mais 400 a 500 mil euros a cada um deles. Percebo a vossa expressão de espanto. E o que é que disse o Presidente dos guardenses, que esperam ansiosamente o arrendamento acessível para a classe média, para os mais jovens, ou que o PRR permita lutar contra o despovoamento dos territórios da baixa densidade? Afinal, o que disse o senhor Presidente? Passo a citar: «foi o que era possível nesta altura, porque o município não tem propriedades próprias nem lotes para construção». Foi isto que foi afirmado. Quem governa estes concelhos beneficiados, não souberam ler os contratos? Luís Tadeu e Paulo Fernandes, nas suas Autarquias, serão detentores de lotes ou prédios que justifiquem as verbas atribuídas? Tal como o homem bala, provavelmente,

agarrados à bazuca, nem pestanejaram. Fecharam os olhos e lá foram. Foi o que era possível, disse-nos o nosso Presidente. Senhor Presidente, eu e muitos outros achamos que houve falta de planeamento e de visão estratégica. Perdeu uma oportunidade e pode ter hipotecado, mais uma vez, o futuro da Guarda, no que diz respeito à habitação. Oito vezes menos investimento, lá se foi a revolução, a ambição, a oportunidade de regulação, portanto, menos habitação. Continua a rimar, sim. Mas não é poesia para os nossos ouvidos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Dra. Dulcineia, José Rabaça, o tempo esvoou-se.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Certo. É verdade.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não. O tempo esvoou-se.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Não, desculpe. Ainda tinha dois minutos. É verdade. Portanto, aquilo é a tabela base, que eu tenho estado a acompanhar, senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Chegou ao zero e depois 2 minutos e 32.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Não deram os 2 minutos além, que eu não vi na tabela. Acrescentou? Não demos conta, sinceramente. Não, senhor Presidente, se tivesse dado conta não estaria aqui. Desculpe, não percebi. Senhor Presidente, autoriza-me a fazer a intervenção? O que tenho a dizer é que são questões que vou mesmo dirigir-me a si, senhor Presidente da Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ouça, não percebo o que é que quer dizer com isso. Se esgotou o tempo, o que é que quer que eu lhe diga?” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Eu estou-lhe a perguntar, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Esgotou o tempo!” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Pronto, então, se não quiser, fica ao seu critério. Mas, também, olho para a tabela...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Os senhores falam tanto no grupo, têm que se coordenar a gastar o tempo!” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Mas, olhe para a tabela, senhor Presidente, por favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, não é? Vou pedir apoio. Não ultrapassou já os 2 minutos concedidos? Então, o que é que quer que eu faça!” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Mas, ó senhor Presidente, face à exceção de outros grupos terem ultrapassado mais ainda, pergunto-lhe se é possível, havendo inscrição... porque, às vezes, estamos aqui é a perder tempo em discussões. Mas fica ao seu critério, senhor Presidente. Olhe, o senhor já nos tem estado a tentar silenciar, pelo que parece. Mas fica ao seu critério, senhor Presidente, naturalmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada, por amor de Deus! Quanto tempo pensa que vai demorar a ler todos esses documentos? Eu não admito que diga que eu estou a silenciar alguém...” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “É só um documento.” -----
Eu tenho que cumprir os tempos. Se os senhores não se coordenam, não acusem o Presidente da Assembleia de cortar a palavra.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “São muitos assuntos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, são muitos assuntos, então ocupem o...”

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Bem, senhor Presidente, então, permite-me? Eu não demoro mais do que dois minutos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “... e o que eu quero é pedir, então, esclarecimentos, e passo já, esclarecimentos, e é o grupo municipal do Partido Social Democrata que os solicita e faz esse apelo ao senhor Presidente da Assembleia que exortou o Executivo a apresentar a esta Assembleia, em relação aos procedimentos de consulta prévia, quais foram as entidades da Guarda que foram convidadas, admitindo, naturalmente, que foram convidadas a apresentar propostas empresas de cá. Refiro-me

a fornecimento de produtos de pastelaria para a as UAC e bar do Município, conceção e desenvolvimento do plano de marketing, plano de modernização tecnológica, consultoria técnica na área da comunicação e plano estratégico de comunicação e city marketing e, ainda, a elaboração de um plano estratégico de crescimento do ecossistema e do empreendedorismo e inovação. Só dizer-lhe que aqui há matéria que admitimos que é matéria contratual coincidente e, por esse motivo, muito nos apraz ter acesso aos esclarecimentos solicitados e mesmo à documentação, se for o caso. E respeitando, naturalmente, as regras da contratação pública. Ainda há uma questão que tem a ver com um procedimento de contratação que nos reserva dúvidas, que é a aquisição de serviços para a conceção do espetáculo Julgamento e Morte do Galo, em que a entidade adjudicatária tem o mesmo número de contribuinte da entidade concorrente. Admitimos, naturalmente, que será mero lapso administrativo. Mas, ainda assim, gostaríamos de saber quais foram as empresas convidadas. Aproveito, ainda, para questionar em relação às decisões, se já decidiram naquilo que são os cargos de direção intermédia de segundo grau, relativamente às unidades orgânicas de divisão financeira e de cultura. Em relação à Feira Ibérica de Turismo, eu só gostaria de saber e ter acesso aos cálculos que o senhor Presidente desta Autarquia fez para atingir a módica quantia de mais de 1 milhão de euros para a sua concretização. Nós sabemos que era uma verba que estava inscrita no orçamento. Foi previamente divulgado este certame, já tinha destino convidado, inscrições formalizadas. Até já tinha havido um procedimento de contratação. Mas, atingir essa módica quantia é o que nos espanta. E gostaríamos de saber, também, como é que tem o retorno daquilo que foi desbaratado na divulgação. Por questões de tempo, vamo-nos dispensar a comentar a forma como o senhor Presidente anunciou tudo isto. Mas, gostaríamos, também, de lembrar que aquele lema do: “acabe-se com o que os outros fizeram”, faz esquecer que muitos dos que agora rejeitam a Feira Ibérica de Turismo, outrora erguiam a bandeira da Feira Ibérica de Turismo e defendiam a importância para a Guarda. Mas parece que faltam os estudos que evidenciam o retorno deste certame ibérico. Mas olhe que faltarão os mesmos estudos que evidenciam as suas opções de eventos. O grupo municipal do PSD, apela, assim, a que a memória não seja curta, que não se extrapolem cálculos que merecem rigor e transparência e também alguma cautela quando se adjudicam planos e mais planos. Evocamos a transparência e o rigor como pilares basilares da gestão

autárquica. E, já agora, também só aquela chega de começarmos a apresentar os nossos projetos em restaurantes já soa mal. Porque, se todos os projetos forem apresentar, diga-me qual vai ser o próximo restaurante? Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, dada a crítica que há pouco me fez, de coartar a liberdade dos senhores Deputados, agradeço-lhe que olhe para o quadro e veja o que está a vermelho. Permito, permito. Faça favor.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Em primeiro lugar, eu não fiz crítica. Eu pedi que o senhor não silenciasse. Essa foi a questão. E até disse que iria fazer uma intervenção de apelo ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia que exortasse o Executivo a apresentar-nos esclarecimentos e documentação. Foi apenas o que eu fiz. E, ainda assim, venho aqui para que fique registado em ata e agradecer a disponibilidade que ofereceu ao grupo municipal do PSD para apresentar aqui esta intervenção. Muito obrigada. E a mim, em concreto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não havendo mais intervenções, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se desejar responder.” --

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Bom dia, ou quase boa tarde a todas e a todos. Cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, aos Funcionários da casa aqui presentes também, aos senhores Chefes de Divisão, à Comunicação Social e a todos aqueles que nos ouvem lá em casa, online, todo o Público que aqui assiste. Senhor Presidente da Assembleia, com tantas divisões de tempos, com tanto excedente de tempo, tentarei ser breve. Falar sobre a questão da escola C+S de São Miguel. Cita-se uma ata de março de 2021. Já lá vamos à ata. Ainda bem que existem as atas, porque assim não há dúvidas sobre o que quer que seja. Fala-se também na questão da Carta Educativa de 2018. Pasmem-se só, vejam só. A Carta de 2018, (nem eu sabia e só há pouco tempo é que soube disso) quando nós decidimos levar a efeito a revisão da Carta Educativa, quando fomos informados pela DGEstE que a Carta Educativa 2018 não existe. A única Carta Educativa que existe nesta casa é de 2008/2009 porque a de 2018 não foi concluída nos termos da lei. Foi simplesmente enfiada numa qualquer gaveta burocrática. Portanto, aquilo que

estamos a trabalhar hoje em dia é com a Carta Educativa de 2008/2009. E estamos a proceder à revisão dessa Carta Educativa. E, minhas senhoras e meus senhores, já tivemos as primeiras reuniões com o consultor, conhecido de todos, deve ser dos melhores consultores do país, que eu saiba, nessa matéria. O cenário é dantesco para todos nós. E não sei se haverá alguma varinha de condão ou não, para aquilo que já aconteceu nos últimos dez anos e aquilo que vai continuar a acontecer nos próximos dez anos. A tendência... ó senhor Presidente, há aqui um ruído de fundo que, de facto... eu estive calado as 3 horas e 18 minutos. Estive calado. E, portanto, agradecia também que não houvesse aqui muito ruído de fundo para não cortar a mensagem. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, só para apelar, mais uma vez, que tem sido recorrente isto nas anteriores Assembleias. Que eu saiba, o senhor Presidente da Câmara acabou de fazer uma afirmação que é correta. Esteve calado até agora. Se algum senhor Deputado ou Vereador, eu vou ser muito claro, não consegue estar calado, das duas uma, ou se cala... eu estou a falar para todos. Não pode, já lhe disse que não pode responder. Eu estou a falar para todos... Já usou, já se virou para mim há bocado. Portanto, não esteja a dizer porque eu também vejo. Se o senhor não consegue estar calado, tem que sair. Não há impossibilidade. Agora está a falar o Presidente da Câmara, por amor de Deus.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Posso continuar, senhor Presidente?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Falavam eu na Carta Educativa que está em revisão e que, nos próximos tempos, esperemos que seja encerrada essa análise técnica com os resultados. Mas o cenário é, de facto, assustador para aquilo que serão os números dos nossos alunos nos próximos dez anos. Mas, no que diz respeito à empreitada que já foi aqui referida, já foi referida tantas vezes, e vou tão só e simplesmente repetir aquilo que disse na reunião de Câmara. Infelizmente, na reunião de Câmara ouve-se uma coisa e, depois, cá fora, vem-se dizer outra. Nós recebemos, apesar de muitas insistências e tantas e tantas insistências quer da Câmara Municipal da Guarda, quer do Tribunal de Contas, que não deu o visto àquela obra por

uma razão muito simples. Não há financiamento no quadro comunitário 2020, que caminha para o seu término, para financiar 2,5 milhões de euros para a reabilitação daquela escola. Não existe. E, como não existe, o Município da Guarda não pode despende de 2,5 milhões de euros num projeto, cujo dinheiro tinha que sair integralmente da sua tesouraria. Esta é a questão fundamental da obra não ter seguido em frente. E nós propusemos, e foi aprovado na reunião de Câmara, anular esse concurso e foi isso que foi transmitido, em audiência prévia, à empresa concorrente. Para que não restem dúvidas. Esta é a verdade dos factos. Se não há dinheiro, se não há a perspectiva do seu financiamento, não se faz obra. E, no âmbito da revisão da Carta Educativa, vamos ver o que é que lá vai ser dito, sob o ponto de vista técnico. Porque, na Carta Educativa, os políticos pouco ou nada dizem. Depois há a questão financeira sobre as prioridades, depois, dos investimentos. Mas é aí que nós devemos ir beber toda a informação. No que diz respeito àquele ruído que também andou por aí muito, e já demos conta que está a ser usada parte da comunidade educativa para fazer política contra este Executivo, aquilo que existiu, num conjunto de edifícios aqui na nossa cidade, foi mesmo num conjunto grande de edifícios, num conjunto grande de espaços públicos, foi a visita de vários elementos ligados ao Ministério da Administração Interna que pediram para visitar esses espaços. Vários. Mais do que isto não existe, porque mais do que isto nós também não sabemos. Os falsos testemunhos que andam por aí a ser levantados, não tem qualquer fundamento, neste momento. O futuro a Deus pertence. Mas, para que conste, foi esta a verdade daquilo que aconteceu. Mas, já agora, já que falámos nas tais obras que naquela ata de março de 2021 se falaram, também se falou lá no acesso ao terminal rodoferroviário e à Estação da CP, a Avenida de São Miguel, a Rua da Treija, a Rua dos Caminhos de Ferro. Onde é que estão essas obras? Abriram-se nesta altura e passado alguns meses anularam-se os procedimentos. Também lá está. Mas disto não interessa falar. Mas há outra coisa também que lá é falada, que tem a ver com a segunda fase da Escola Secundária da Sé. Nós estamos a caminhar para a fase final da segunda fase. Mas, pasmem-se, minhas senhoras e meus senhores, a Escola Secundária da Sé carece, urgentemente, de uma terceira fase. Porquê? Vão continuar a existir espaços sem qualquer reabilitação, vão continuar a existir espaços cujos alunos não podem utilizar, vai continuar a existir a falta de um grande salão de convívio, por exemplo, naquela escola. As acessibilidades que não estão totalmente resolvidas, o

parque de estacionamento que os professores necessitam naquela escola, professores e funcionários. Afinal de contas, a segunda fase, que era para resolver todos os problemas, ficou coxa, permitam-me a expressão mais brejeira, mas, naturalmente, no bom sentido. O que é que nós vamos ter que fazer? Lá vamos ter que, na Carta Educativa, colocar lá a terceira fase da Escola Secundária da Sé para que possa existir o seu financiamento. -----

No que diz respeito, «Guarda Lago». Senhora Deputada, o espaço está fechado, sensivelmente, desde 2018. Sensivelmente, desde 2018. Estamos todos de acordo que há necessidade. Já aqui foi falado, há uns meses atrás, nesta Assembleia Municipal. Estamos todos de acordo. E por isso é que está a decorrer um processo interno com vista ao lançamento do concurso das obras dos arranjos necessários, para que depois possa ser reaberto, assim o mercado responda. -----

Os transportes urbanos, o Serviço de Transportes Urbanos da Guarda, STUG. Estamos a falar de um concurso, de um caderno de encargos lançado em 2020. Nada contra. Foi esta mesma Assembleia que o aprovou. Esta, a anterior, perdão. Mas foi este órgão. Mas com dados de 2016 e 2017. Com dados de quatro anos atrás. Não refletia, eu disse isto na reunião de Câmara, e alguns dos presentes também não sabiam, é normal. Há o trabalho político e há o trabalho técnico. Mas este concurso foi sujeito a duas condenações em tribunal, nos tribunais administrativos. Demorou um ano ou mais, todo este processo. E nós decidimos não insistir no erro e voltámos atrás. Se, ao fim do terceiro dia, não é conforme as escrituras, mas é conforme a vontade dos guardenses, se nós continuássemos a insistir no erro, aí, sim, aquilo seria uma grande asneira sob o ponto de vista político. Então, depois de nós ouvirmos centenas e centenas de reclamações de todos os cidadãos guardenses, nós iríamos continuar a insistir na mesma asneira? Não, voltámos atrás que era o menor de todos os males. Enquanto isso, está a ser feita a análise às modificações necessárias, com o necessário acompanhamento jurídico e com um inquérito à mobilidade, senhora Deputada, que tem que ser feito e que não foi feito na altura. Segundo a consultora, isto foi o que a consultora nos disse, tal como nos disse também que os dados eram de 2016 e 2017, quando nós os confrontámos com o trabalho que tinham feito, este concurso foi feito sem ouvir os estudantes, sem ouvir as escolas, sem ouvir os trabalhadores, sem ouvir as empresas.

Afinal de contas, como é que este concurso foi feito? Com linhas novas, havia uma linha, acho que era a linha vermelha, era assim, senhora Vereadora? Linha vermelha, que andava todo o dia de um lado para outro, na cidade, que não transportava uma pessoa. Foi isto que aconteceu durante três dias. Completamente vazia, contrastando com outras linhas totalmente sobrecarregadas em determinados horários. Nós tudo fizemos para salvaguardar as decisões dos tribunais, mas o serviço público não estava a ser acautelado. O verdadeiro serviço público. E nós estamos a assumir consequências de um trabalho mal feito e que poderá causar custos acrescidos ao Município, jurídicos e legais. E eu, a senhora Vereadora e a senhora Vice-Presidente, colocámos a cabeça no cepo, sob este ponto de vista, porque o que nós precisamos é que o serviço público seja perfeitamente acautelado. Nós decidimos ouvir os guardenses e decidimos pelo superior interesse da Guarda. No que diz respeito à questão de ser gratuito ou não, há dois programas, aqui trabalha-se muito com a CIM, que é o PROTransP e PART. Em nada resolvem os problemas dos transportes no interior do país. Neste momento, só servem para resolver os problemas da área metropolitana de Lisboa e da área metropolitana do Porto. É uma grande discussão que anda no país e com o Ministério das Infraestruturas e da Mobilidade. E por isso é que nós ambicionamos que surja rapidamente, e de uma vez por todas, um qualquer programa de um verdadeiro apoio à mobilidade urbana nas nossas cidades, nas cidades ditas mais raianas. Porque, quanto menor é a escala, maior é o custo. É esse caminho que nós estamos a fazer e é esta análise que está a ser feita também, conforme eu referia, com todo o acompanhamento jurídico e técnico desta consultora, para que, ao longo dos próximos meses, nós possamos fazer as alterações, as modificações, assim é que é o termo correto, as modificações necessárias à rede de transportes urbanos e, se necessário for, tal como nós sempre dissemos, rever os horários, rever as carreiras, rever o local das paragens de autocarro. -----

Sobre a habitação, vamos à verdade dos factos. A única coisa que existe, é mesmo a única coisa que existe neste momento, é um protocolo de cooperação. Não há nenhum contrato assinado, nem pela CIM, nem por nenhum dos Municípios. Não há nenhuma candidatura submetida ao que quer que seja. É apenas isto que existe, para que conste, assinado entre a CIM, em representação dos municípios, e assinado pela senhora Presidente do IHRU. E, como tal, como sendo um protocolo de colaboração, tem ainda

muitos passos pela frente. Ou seja, é um processo completamente aberto e dinâmico. E, quem disser o contrário, não está a dizer a verdade. O que é que é dito e foi dito nas reuniões? Isto porquê? Porque ainda não existe nada firmado. Não existe garantia do que quer que seja, neste momento. Estão a existir agora várias reuniões, ao nível técnico, para ver como é que agora se vai proceder, senhor Deputado José Valbom, ao início de todo este processo. Já passou um mês e nada aconteceu. O IHRU paga as obras. Sim, porque quem faz a candidatura ao aviso é o IHRU, não são os municípios. É o IHRU que vai fazer isso. O IHRU paga as obras, mas as câmaras municipais têm que assegurar as rendas para todos os fogosos, tenham ou não arrendatários. O custo da manutenção fica a cargo do Município. Os municípios têm de assegurar o custo dos projetos, da fiscalização, da gestão da obra, sem financiamento. E as propriedades ficam todas sobre a alçada do IHRU. Quem apresenta a candidatura ao aviso, é quem fica como proprietário das casas. Mas, continuando. Este estudo foi realizado, este estudo que deu origem a estes, salvo erro, 82 milhões de euros, foi realizado no início do verão de 2022. No início do verão de 2022. Onde a Câmara Municipal, à época, não tinha qualquer habitação própria para reabilitar habitações. Não tinha propriedades próprias prontas a iniciar a obra. Era isto que acontecia no início do verão de 2022. Posteriormente a isso, já viemos duas ou três vezes a reunião de Câmara e já adquirimos imóveis no centro histórico, no Bairro 25 de Abril e outros imóveis que poderão estar na calha. O futuro a Deus pertence. Mas vejam só. Alguns dos imóveis sinalizados, por nós sinalizados, pelos meus colegas Autarcas da região, até já foram vendidos a terceiros e outros já surgiram no mercado. Registem bem isto. Alguns dos imóveis. Sim, porque foram feitas umas fichas técnicas, que foram aqui sinalizados, em toda a região, e a Guarda não é exceção, alguns já foram vendidos. E, entretanto, já outros surgiram no mercado. Em toda a área da Comunidade Intermunicipal, onde a Guarda se inclui. E devemos ter muito cuidado com a especulação imobiliária. Então, de repente, nós vamos perguntar a um vizinho ou amigo, tens aí algum prédio para vender? É assim que isto se trata? Temos que ter muita cautela e muita lisura, muita transparência neste processo. E, por isso, aquilo que nós decidimos, pedimos aos técnicos do Município. De uma forma muito clara. Percorram a cidade e encontrem-nos prédios completos, não é frações autónomas, prédios completos que tenham placas à venda para ser devidamente sinalizados. Sem contactar com nenhuma imobiliária, sem contactar com nenhuma pessoa em particular. Porque,

neste processo, é preciso ter muito cuidado com a especulação imobiliária. E por aqui que fico. Acho que mais não devo dizer. Não se trata, por isso, de um projeto sem custos. Muito antes pelo contrário. E por isso é preciso estudar e é preciso falar a verdade. Este programa, devo dizer também, que não é para moradias isoladas. Porque existe um valor por metro quadrado, podem registar, 1260 euros por metro quadrado, mais ou menos, que é o valor limite para esta reabilitação. Tudo o que seja extrapolar estes montantes, onde se inclui a sua aquisição e a sua construção nova ou reabilitação, é simplesmente chumbado. Por isso é que tem que ser sempre prédios, com várias frações, para que o efeito escala possa ser possível na sua reabilitação. Não pode haver demagogia, por isso, em todo este processo. E é preciso saber também o que são rendas acessíveis. Tal como disse o senhor Deputado José Valbom, não são acessíveis a todos. Acima de um determinado vencimento, as pessoas não têm acesso a essas rendas, a essas habitações. E se não tiverem aquele rendimento dito mínimo, também não podem ter acesso às mesmas. Mas a Estratégia Local da Habitação, onde fomos beber toda a informação, era isto que previa. Mas esperemos que nos próximos meses poderemos estar aqui para rever a Estratégia Local da Habitação, porque tem que ser mesmo revista em alguns aspetos. Para quê? Para podermos ter mais abrangência nas candidaturas. Sendo este um processo dinâmico do PRR, só quando forem todos estes assuntos, que eu há pouco mencionei, devidamente esclarecidos, e alguns deles devidamente financiados, aí sim, equacionamos ir mais além neste programa. Enquanto não se for tudo devidamente esclarecido, nós não assinamos de cruz. Nós não assinamos cheques em branco. Mas, ó Deputado José Valbom, então e o que dizer do contrato assinado pelo Município da Guarda, que já foi aqui falado, dos 6,7 milhões de euros para habitação social? Então, este Executivo não fez nada? Estivemos a dormir à sombra da bananeira? Senhor Deputado, são, já agora, senhor Deputado João Correia, são cinquenta e duas habitações sociais e o resto são reabilitações. É o que está na Estratégia Local de Habitação. Não são construções. As únicas que são construções novas, são as cinquenta e duas dos bairros das Lameirinhas. Tudo o resto, quase tudo o resto, tirando o matadouro e as casetas, é tudo reabilitação. Não são habitações novas. Por isso é que nós temos a necessidade, por essa razão e por outra, de alterar a Estratégia Local de Habitação para podermos ir mais além. Ó senhor Deputado José Valbom, esta questão dos 6,7 milhões também já dava um folheto. Então e o chumbo da candidatura, já aqui

referida, do Instituto Politécnico da Guarda, para uma nova residência de estudantes? Para algumas centenas de estudantes. Quem é que não fez o trabalho de casa? Isto também era alvo de um folheto, provavelmente. Porque é que essa candidatura foi chumbada? Porque é que não abriram novos avisos para que o Politécnico da Guarda e também o de Castelo Branco e o de Faro, salvo erro, eu já aqui foi nisto, pudessem ir às candidaturas e fazerem as residências de estudantes? Porque é que nós fomos colocados para o fim de linha? Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o Município da Guarda está a preparar candidaturas próprias. Próprias. Para além de continuar a analisar este processo da CIM, estamos a tratar das candidaturas próprias, onde nós seremos todos os donos de obra, onde as propriedades serão da nossa posse, ficando a Câmara como proprietária, para a reabilitação dos prédios adquiridos no centro histórico, estes e outros, no Bairro 25 de Abril, seja por via do arrendamento acessível, seja por via da BNAUT. Sabem o que é a BNAUT? Eu explico o que é a BNAUT e qual é a diferença. Já há um caso de sucesso de uma candidatura de BNAUT aqui no nosso concelho, na nossa cidade. Enquanto que o arrendamento acessível... e são opções do PRR, o Estado recebe os fundos do PRR e depois aluga. No arrendamento acessível é assim que se executa. Na BNAUT, na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, o financiamento é a 100%. E por isso é que a Estratégia Local de Habitação tem também que ser, em parte, alterada, para permitir uma grande abrangência da BNAUT. É razão para questionar porque é que não é tudo com as mesmas regras do financiamento a 100%. Mas são as regras que temos. São àquelas regras que nós, naturalmente, temos que estar dispostos a ir. Este foi o caminho que nós traçámos. Este é o caminho que estamos a fazer, porque nós não somos muleta de apoio de nenhum Governo, nem seremos nunca bode expiatório de uma falha de qualquer Governo. Nós fomos eleitos para quatro anos. Nós fomos eleitos para quatro anos. O PRR vai até 2026, muito para além do mandato de todos nós. Deixem-nos trabalhar pela Guarda. No que diz respeito à habitação é também aqui que nós queremos afirmar a nossa posição. -----

Falando da cultura. Este processo de DGArtes, já conhecido por todos, eu volto a relembrar aquilo que disse já nos diversos fóruns. Só para relembrar. Aquilo que estava em cima da mesa era receber 200 mil euros por ano, em quatro anos, tendo a Câmara

Municipal da Guarda de investir 800 mil euros por ano. Para receber 200, números redondos, tinha que investir 800. Ou seja, para receber 800 mil euros em 4 anos, teria de investir 3,2 milhões de euros em 4 anos. Até violava o orçamento municipal, a própria candidatura. Numa candidatura que previa que a programação fosse a 85% com base no portfólio da DGArtes, onde o Município, através dos seus técnicos, teria uma liberdade de programação apenas de 15%. E, comparando com o melhor ano anterior, em número de espectadores, que foi 2019, os espectadores diminuíram, com base naquela programação, 40%. Já não falo na questão da bilheteira, porque aqui é mesmo de somenos importância. Mas referir também, que a declaração que o Presidente da Câmara (o Presidente da Câmara sou eu. Foi assim que o povo escolheu), a declaração que consta na candidatura, era que o Município da Guarda iria colocar no orçamento 400 mil euros por ano. Mas, depois, aparecem quase 800 mil. Devo dizer que esta candidatura, que foi absolutamente apresentada com uma atitude de boa-fé, vejam só, nós até levámos a avante uma ordem que tinha sido dada pelo anterior Executivo. E bem. E foi dada e bem. Foi uma candidatura cheia de boa fé. Mas tinha também ela erros e incoerências no seu conteúdo. E, por isso, tal como nós já dissemos mais do que uma vez, no próximo aviso que surja, apresentaremos nova candidatura. Mas mais realista, seja sob o ponto de vista financeiro, seja sob o ponto de vista da execução técnica. Isso mesmo já o afirmámos à tutela respetiva. E, por isso, continuaremos a fazer uma excelente programação. Mas não é feita pelos políticos. É pelos técnicos do TMG. Acho que são mesmo bons a fazer aquilo que fazem. E foi aquilo que foi comprovado nos últimos meses. Uma programação absolutamente eclética e plural. Bem como aquela agenda integrada, também já é um caso de sucesso, com bons resultados, a agenda integrada entre o TMG, a BMEL e o Museu e as entidades fora de portas, sintetizando, afinal de contas, tudo aquilo que se faz ao nível da cultura no nosso concelho. Uma agenda com programação cultural para todos, absolutamente diversificada. Com, vejam só, com um verdadeiro e grande apoio para as companhias de teatro locais. Ó Dr. Valbom, também é mais uma medida para o folheto. O apoio às escolas de música locais, o apoio às associações culturais do concelho. É, efetivamente, uma programação autónoma, mas sempre dentro dos limites definidos pelo orçamento municipal. É aquilo que os políticos têm que saber gerir. -----

Meu caro Deputado José Rodrigues, a questão do voluntariado há pouco referida. É um bom exemplo de ação cívica, essa recomendação que apresentou. Bem-haja por ela. Acho que todos nós temos que estar gratos. Seja o voluntariado nos Bombeiros Voluntários, seja nas IPSS, seja na área educativa, enfim, seja na recolha de bens, tão importante que é, conforme recentemente foi feita novamente. Tudo isto no apoio absoluto, sempre que necessário, aos mais necessitados. E isso torna-nos absolutamente mais seres humanos. E, muitas vezes, nós precisamos desses bons exemplos, que nos esquecemos, mas é importante também aquilo que o voluntariado tanto pode fazer pela nossa sociedade. -----

Sobre, Deputado José Valbom, as questões referidas da água, da agricultura, do ordenamento do território do concelho da Guarda. Bom, no final de 2021, foi assim, no final de 2021, nós elaboramos um estudo que teve que ser feito muito rapidamente, porque a consulta pública estava a terminar, a consulta pública dos regadios do país. E nós fomos a jogo. Ou seja, fizemos o trabalho de casa, Senhora Deputada. Fizemos mesmo o trabalho de casa. Fomos à consulta pública. E lá colocámos o Luzelo, o Adão, o Massueime 1, o Massueime 2, permitem-me a expressão, Cabras 1, Cabras 2, Ribeira das Cabras, diga-se. Mas colocamos lá também mais dois regadios muito importantes, sob o nosso ponto de vista. E acho que sob o ponto de vista de todos. A extensão do regadio da Cova da Beira às freguesias sul do concelho. É preciso votar a favor disto. Acho que todos devíamos ter votado a favor de tudo isto. O regadio da Cova da Beira, também na extensão das freguesias a sul. Mas também um novo regadio que possa existir no Vale do Mondego. Onde é que está, afinal de contas, a agricultura mais forte do nosso concelho? Claro, nós nunca iremos ambicionar sermos o melhor concelho do país na agricultura, sejamos realistas. Mas o maior potencial do nosso concelho está onde? Está na zona sul e está no vale do Mondego. É inquestionável, por força das temperaturas. Por via das temperaturas. E foi esse trabalho que nós fizemos. Já para não esquecer os regadios tradicionais, que tem também uma palavra muito importante na pequena agricultura e na agricultura de subsistência. Meu caro Deputado José Valbom, foi esse trabalho que nós fizemos, no final do ano de 2021. Mas há outro trabalho que nós estamos a iniciar, agora, também, em conjunto com os municípios do Parque Natural da Serra da Estrela, por um lado, e com os municípios que são abrangidos

pela Barragem do Sabugal, por outro. No caso concreto do Parque Natural da Serra da Estrela, o Plano de Avaliação dos Recursos Hídricos. Um trabalho que nunca foi feito. Um trabalho que nunca foi feito no país, nem na região. Avaliar, efetivamente... ó senhor Presidente, posso terminar? Eu, num minuto, em dois minutos, eu termino. Depois dos incêndios que tivemos em 2022, depois da seca que tivemos, importa verificarmos o impacto real na capacidade de residência dos nossos territórios. Já ninguém se lembra dos incêndios, já ninguém se lembra a seca. Pois bem, neste ano, meus senhores, se não vier a chover fortemente, nos próximos meses vamos ter outro ano de seca. É isso que vai acontecer. Portanto, preparem-se. Oxalá o São Pedro nos ouça para que possa existir mais pluviosidade. E por isso é que nós não podemos cruzar os braços. E os seis Municípios vão levar a cabo este plano de avaliação de recursos hídricos, seja sob o ponto de vista agrícola, seja sob o ponto de vista pecuário, seja sob o ponto de vista do abastecimento de água ou da produção de energia elétrica. Este estudo vai-se desenvolver ao longo dos próximos meses. E, no final, esperamos que este estudo possa ser absolutamente absorvido pelo Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. É assim que se faz o trabalho de casa, para que tenhamos a ambição desse grande plano de regadios daqui do nosso concelho, conforme bem disse o Deputado José Valbom. -----

Para terminar, meu caro Deputado Breia Lopes, vemos com muita preocupação essas incongruências do Plano Ferroviário Nacional. Mesmo com muita preocupação. E esses alertas, nos atrasos da obra da linha Beira Alta, que condicionam o início da operação do Porto Seco. Excelente moção, bem oportuna, aquela que foi aprovada na última Assembleia Municipal sobre o Porto Seco, onde nem todos votaram a favor, mas é só onde nós devemos ver o seu reflexo naquilo que a Comunidade Intermunicipal aprovou, em reunião plenária, do seu Conselho Intermunicipal, bem como a resposta da própria APDL. Vai absolutamente de encontro àquilo que foi a moção que os senhores apresentaram. E bem-hajam por ela, porque, desta forma, nós conseguimos que as entidades oficiais do país se comprometessem com prazos e com ações muito claras e inequívocas. No que diz respeito à localização do Porto Seco, já muito se falou sobre isso. Se alguém quiser o documento, nós também o damos. Também pode ir para o folheto, Dr. Valbom. É que, quando nós chegámos, o Porto Seco estava previsto ser

ampliado para cima das casas do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Era isso que estava escrito entre as entidades. E o que é que nós dissemos sempre? Porto Seco sim, no local adequado. Era mais ou menos assim. Não era, José António? Era mais ou menos assim. E é assim que nós vamos continuar a trabalhar. E, graças a essa moção, as entidades perceberam que o Porto Seco deve efetivamente começar a trabalhar, a funcionar, a operar ainda este ano, naquele local, enquanto se prepara o grande Porto Seco noutra localização, longe das zonas urbanas. Sobre essa matéria, não devo dizer mais do que isto, porque o diálogo permanente com as entidades obriga-me a este resguardo. Mas é preciso que se comece a operar o Porto Seco, para que as empresas possam criar os seus hábitos de importação, de exportação, através do Porto Seco. As empresas da Guarda e de toda a região. Até Castelo Branco, até Coimbra e até Viseu, se necessário for. -----

- Senhor Presidente, tudo aquilo que foi questionado, penso que respondi a tudo. Bem-haja pela atenção. Muito obrigado a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Não permito (...) com todo o respeito também por si (...) espere (...) está certo na mesma. Então, eu estive aqui, cuidadosamente, com o senhor Primeiro Secretário a ler. Artigo 40.º e 41.º. Como o senhor Vereador sabe, os meus amigos dizem-me que eu sou um rato a ler as leis. Defeito dos anos todos de notário. Mas tinha que ler as leis e as escrituras. Artigo 40.º, para que não fiquem dúvidas, para que eu não seja outra vez acusado de cercear a palavra a quem quer que seja... Não, estou agora a falar. «A palavra é concedida ao Presidente da Câmara Municipal, ou a quem ele designar para:» É melhor lerem a lei, antes de começarem a comentar. «a) prestar informações sobre a atividade municipal», fala o Presidente. Podem falar os outros se ele autorizar. «apresentar propostas de Posturas, de Regulamentos e de Deliberações; responder a perguntas de Deputados Municipais sobre quaisquer atos ou atividades da Câmara Municipal; pedir ou dar explicações ou esclarecimentos; interpelar a Mesa e exercer o direito de defesa e de resposta; invocar o Regimento e a Lei. Se o Presidente da Câmara pedir, pode ser concedida a palavra a quaisquer outros funcionários.» Artigo 41.º que o senhor Vereador invoca, o artigo 41.º não tem nada a ver com isto. É o 47.º «Sempre que um Deputado Municipal considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra

ou consideração pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a dois minutos, imediatamente após a intervenção que a tenha provocado. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a dois minutos. Os direitos consignados nos números anteriores» aos Deputados Municipais «também podem ser exercidos pela Direção de Bancada do respetivo Grupo Municipal.» Em nenhum artigo consta aqui a defesa da honra que não seja pelos Deputados ou pelo Grupo Parlamentar. Portanto, não lhe posso dar a palavra. (...) Qual é a lei que invoca, senhor Vereador? A 75 ou... A 169 tenho-a aqui. A 75, não me parece. A 169 acho que eu tenho aqui. Só um bocado. É que eu não vejo nada... Então, mas isso é o que está no Regimento, senhor Deputado. Senhor Vereador, em que é que entende que a honra foi ofendida para usar... dois minutos. Dois minutos.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quero dizer-lhe, desde já, que tenho o maior respeito pelas funções que o senhor exerce e os colegas que estão na Mesa, como a todos os elementos desta Assembleia. E quero-lhe dizer também, não foi nenhuma motivação especial que me leva, quando, de facto, sinto que há matérias que tenho um especial conhecimento, de trocar opiniões quer com o meu grupo parlamentar, quer com os meus colegas de Vereação. Mas isso, senhor Presidente, em nada vai beliscar a relação e o respeito que eu tenho com este Órgão. Mas vi, de facto, a sua reação, que respeito, mas quero-lhe transmitir que não tem nada a ver com falta de respeito nem ao Presidente da Câmara, nem ao Presidente da Assembleia Municipal, como todos aqui, também, no cumprimento total das suas funções. E, por isso, ainda considero que, no exercício da democracia, falar com os meus colegas ou com os meus colegas de bancada, não, reitero, belisca nada o respeito e a educação que temos que ter perante este Órgão. Em segundo lugar, relativamente a uma imputação que o senhor Presidente da Câmara aqui referiu, que não vou fazer debate político nenhum, mas, relativamente aos transportes, o senhor Presidente excedeu-se naquilo que é o respeito pelo trabalho de alguém que não liderava a equipa. Eu não era Presidente da Câmara em 2016 e em 2017, mas tinha especial responsabilidade no lançamento do novo concurso público internacional dos transportes urbanos da Guarda. Trabalho esse que foi realizado pela primeira vez no Município da Guarda e, muito provavelmente, na região centro. Não havia muita prática,

por parte dos Municípios, na realização deste trabalho. Mas quero-lhe dizer que, quer com o Presidente da altura, quer comigo, o responsável pelos transportes, tivemos o maior cuidado em dar uma resposta atual, porque sabíamos concretamente o que se passava com os transportes urbanos. E repare que a decisão de retomar a situação anterior, foi aquela que nós desenvolvemos, de 2016 para a frente, enquanto o processo não foi concluído. Mas foi nesse âmbito que nós contratámos uma empresa que fazia o trabalho da CIM também ao nível dos transportes. E quero-lhe dizer o seguinte...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Vereador, peço desculpa...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Sim, diga lá senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... aproveitando as palavras do Grupo Parlamentar do PSD, não sei onde é que está a defender a honra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Estou a defender a honra porque Carlos Monteiro, não só pessoa, mas Presidente da Câmara e Vereador, não mente à Guarda. Não fez um trabalho que...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Vereador, eu peço imensa desculpa...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Sim. Diga-me lá.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu peço imensa desculpa, mas vai-me obrigar a interromper a reunião.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Sim, senhor Presidente. Diga.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se o senhor chegasse aqui e dissesse assim: o senhor Presidente disse que eu sou um aldrabão ou que sou um mentiroso...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Foi o que disse...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... ou que fiz isto ou fiz aquilo, aí eu aceito que é defesa da honra...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Mas foi o que disse, senhor Presidente.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Porque, eu, daqui a pouco, também saio daqui para defender a minha honra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Não, senhor Presidente. Eu já concluo e não quero estender-me mais.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor de concluir, porque, senão, tenho que lhe retirar a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Aquilo que eu quero transmitir é que o trabalho foi um trabalho sério, com a empresa e com as pessoas que estavam à frente do setor dos transportes. E dizer que, ao longo desse tempo, o trabalho que foi realizado teve em conta as necessidades específicas das pessoas e não quis, de alguma forma, do ponto de vista técnico, ignorar aquilo que eram as necessidades do concelho. Chegámos a 2021 e não foram as ações judiciais que impediram a concretização deste processo. E o que impediu a concretização deste processo...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Vereador...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Sim? O trabalho... termino...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obriga-me a dar a reunião por finda...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “... o trabalho é sério e...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe imensa desculpa. A reunião está terminada e...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Certo. Então, duas frases só...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... recuperamos às 3 da tarde.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Vereador (PSD):** “Ok, muito bem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A reunião está terminada.” -----

Período da Ordem do Dia

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradecia que ocupassem os respetivos lugares, para podermos verificar se existe quorum. Estão presentes setenta e dois Membros da Assembleia Municipal. Temos quorum. Vamos passar ao período da ordem do dia.” -----

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “No ponto 2.1, por ordem de intervenção, é o Partido Social Democrata, o grupo municipal Pela Guarda, o Bloco de Esquerda e depois o Partido Socialista. Dou a palavra ao senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, sobre o tema «Guarda Hoje». Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Por uma questão de economia de tempo, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, bem como aqueles que assistem a esta Assembleia pelos meios digitais. Roger Scruton, filósofo e intelectual britânico, uma figura de fundo do conservadorismo moderno, considerado o mais bem-sucedido desde Edmond Burke, diz-nos que «as coisas boas são facilmente destruídas, mas não são facilmente criadas» e este pensamento aplica-se, como uma luva, ao que tem vindo a suceder à Guarda. Efetivamente, durante os dois mandatos do PSD à frente dos destinos desta edilidade, este concelho desenvolveu-se, criou emprego, foi referência cultural em todo o país, chegou a ser um caso de estudo pela boa gestão e recuperação financeira da autarquia. Tinha um rumo, uma estratégia. Não pretendo canonizar o passado, mas tão-só conservar o muito de bom que foi feito por forma a assegurar o futuro. No entanto, de repente, tudo isto acabou. O Executivo que tomou posse a 18 de outubro de 2021, por inépcia, falta de vontade, desconhecimento, ou então por um revanchismo bacoco que não encontra lugar na sociedade democrática evoluída, tem levado a Guarda em direção à decadência, ao acaso, ao abismo, destruindo e delapidando o legado que lhe foi deixado pelos seus antecessores. E não, não sou daqueles que ficam contentes com o infortúnio ou o insucesso alheio, muito menos quando se trata da cidade onde nasci, resido, constituí família e desenvolvo a atividade profissional. Independentemente da força política que atualmente governa os destinos da autarquia ser diferente daquela que eu perfilo e milito, gostava muito, como cidadão, que este Executivo tivesse um comportamento e postura diferentes, que fosse mais pró-ativo, mais evoluído, e, dentro da legitimidade

da sua atuação, que pelo menos mantivesse o nível de desenvolvimento que vinha sendo percorrido. É esta a Guarda de hoje. Uma Guarda com excelentes vias de comunicação, mas a perder cada vez mais população e, paulatinamente, a regredir, quer económica, quer culturalmente. Uma Guarda com excelentes quadros e recursos humanos, mas a deixar que estes, por falta de oportunidades, procurem outros lugares para se instalar e começar ou recomeçar a vida. Uma Guarda com um portentoso património histórico, cultural, gastronómico, paisagístico, mas sem capacidade de gizar uma estratégia de turismo que consiga casar, de forma integrada e harmoniosa, todas as qualidades atrás elencadas. Uma Guarda com pouca habitação disponível e reduzido interesse em aumentar significativamente o parque habitacional, onde, muitas vezes, o gosto arquitetónico duvidoso, não acompanha de forma alguma o valor dos imóveis. Uma Guarda parada no tempo, mais amiga do Rouxinol Faduncho do que dos Coldplay, a preferir uma frigideira de ouro em detrimento de uma Web Summit e mais empenhada no tremoço do que na FIT. Uma Guarda ruralizada, não obstante a sua génese rural, mas incapaz de equilibrar a sua ancestralidade rústica, que muito prezo e respeito, com o génio inovador da modernidade. Uma Guarda que não se importa de vir a encerrar escolas, que prescinde de subsídios para a cultura, incapaz de definir uma rede de transportes urbanos que atenda às necessidades da maioria dos seus utentes e que anda, há cinco ou seis anos, a tentar arranjar um local para a instalação da Unidade Especial de Proteção e Socorro, é, de certeza, uma terra que não se quer afirmar no futuro. Uma Guarda onde se dá prioridade a obras que necessitam de pouca ou nenhuma intervenção, em detrimento de operações urgentes em muitas outras artérias da cidade. Uma Guarda onde, de forma inovadora, mas saloia, se faz a apresentação de um projeto num restaurante, deixando antever que, por este andar, muito provavelmente, num futuro próximo e sem qualquer ponta de dignidade, teremos esta Assembleia reunida numa esplanada e as reuniões do Executivo a ter lugar na taberna da esquina, entremeando, os pontos a discutir, com uma mini ou um pires de tremoços. Não, meus caros amigos e cidadãos desta terra. Não é esta a Guarda que eu quero, que o PSD quer, que todos nós queremos. Nem tão pouco representa aquela Guarda que imaginámos para 2023. A Guarda de hoje é uma sombra de ontem e uma miragem de amanhã. Triste sorte a nossa. E, já agora, aproveito também para questionar o seguinte, senhor Presidente. Os Municípios, há mais de quinze dias que conhecem o veredicto do

Tribunal Arbitral sobre diferendo que os opunha às Águas do Zêzere e Côa, hoje Águas do Vale do Tejo. Decorrido este tempo, o senhor Presidente usou do recato, que já lhe conhecemos, mas não se impunha que o senhor, atenta à importância deste assunto, tivesse dado essa informação à Guarda? E pergunto-lhe, já agora, qual é o valor que está em dívida, nos termos do acórdão do Tribunal Arbitral, às Águas do Vale do Tejo? Como é que vai pagar essa dívida? Designadamente, vai usar o dinheiro que foi transferido do SMAS para a Câmara em 2018? E quando vai pagar esse valor em dívida? Muito obrigado a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra, agora, sobre o tema «Promessas», o senhor Deputado Júlio Santos.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Mesa, permita-me cumprimentá-lo e que, na sua pessoa, se sintam todos cumprimentados. Uma das questões que nos preocupa, relativamente a este Executivo, é das promessas, da palavra dada. Uma evidência que vem de trás, desde a campanha eleitoral. Isto, para não recuarmos mais no tempo e na história. E, se muitos dos apoiantes do Movimento Independente já viraram costas e deixaram de acreditar, é exatamente por causa disto. Sentem goradas as expectativas que criaram pelas promessas ouvidas e que agora não veem concretizadas. Foi elaborado um programa eleitoral pelo Movimento Independente, no nosso entender, inexecutável, e que, aliás, até já eliminou da própria página da internet. Nós, temo-lo guardado. Onde, por exemplo, se propunha a plantar um milhão de árvores no concelho. Isso dá seiscentas e oitenta e cinco árvores, por dia, em quatro anos. O que significa que, à data de hoje, já vai com cerca de trezentas e sessenta mil árvores de atraso. Isto é apenas um pequeno exemplo de um extenso rol de promessas que não eram exequíveis, feitas à imagem de pequenos partidos que, sabendo que nunca irão ganhar eleições, se atrevem a propor coisas pelas quais nunca serão responsabilizados. Esta é também, no nosso entender, a demonstração cabal de que não se candidataram para governar a autarquia, mas sim para continuar a fazer aquele ruído. Outro exemplo é que, segundo consta, ainda em campanha, a candidata Diana Monteiro foi, por diversas vezes, apresentada, como futura Vice-Presidente. O que tinha a sua lógica, dado número de pessoas que galvanizava e galvaniza. Eis que, passado pouco tempo, a preteriu, dando a Vice-

Presidência à terceira da lista. Estamos seguros que o clímax da vitória inesperada foi diminuto, quando se aperceberam da dimensão da responsabilidade que arcaram. Na nossa opinião, não se candidataram com o intuito de ganhar, nem esperavam que tal sucedesse. Mas ganharam, como infelizmente aconteceu, e ficaram literalmente à toa e com o menino nas mãos, como diz o povo. Foram eleitos pelo povo e para governar por quatro anos. Frase que não se cansam de repetir. Mas não foram eleitos para desgovernar. E a prova está à vista. Não estão a saber governar, no nosso entender. Verbas que estão a deixar fugir a cada dia que passa. Usem os argumentos que quiserem, porque o povo sabe ver que para concelhos do distrito vão os milhões e que para a Guarda vêm apenas tostões. Eventos que parecem não saber organizar. E quando o fazem é de uma forma estranha. Por exemplo, quem ganhou o concurso para aquisição de serviços de aluguer, som, para a Guarda Folia 2023, foi a empresa Righth Connection Lda., que depois, segundo consta, subcontratou à empresa que perdeu este mesmo concurso. Outra situação, e ainda referente a eventos, é a da empresa à qual adjudicou a concessão...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Tem mais um tema, o PSD. O Tempo está esgotado...” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Vou acelerar. Vou acelerar, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “...portanto, não há mais tempo para ninguém.”

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Sim, senhor. Outra situação, e ainda referente a eventos, é a empresa à qual se adjudicou a concessão do espetáculo da Morte do Galo. A empresa vencedora foi a One Hundred Stages, que tem exatamente o mesmo número de contribuinte da empresa que perdeu. Há também um descontentamento generalizado por parte dos funcionários da autarquia, uma profunda apatia da população, descrença dos empresários e da sociedade. Isto tudo é, no nosso entender, demonstrativo da má governação. Por outro lado, juntou-se ao Movimento Independente, gente idónea da nossa terra que deu a cara e a palavra, quer pessoalmente, quer em folhetos e outdoors, quer erguendo bandeiras. Sinceramente, espero que não venham a ser acusados de falta de palavra, quando descobrirem que o Executivo não é capaz de honrar a credibilidade que lhe aportaram ao Movimento

Independente. Para terminar, quero deixar um apelo ao Executivo para ser mais humilde; para ter consciência que deveriam estar a gerir uma capital de Distrito; para auscultar a sociedade; para perceber que o nosso concelho não pode parar e muito menos dar-se ao luxo de perder verbas fundamentais; para entender que os funcionários da autarquia devem vir trabalhar diariamente com alegria; humildade para perceberem que há eventos relevantes que alavancam o nome e a cidade, aportando visibilidade e atratividade. E agora que, segundo se ouve por aí, já colocaram muitos dos apoiantes do movimento integrantes das listas em cargos de direção desta autarquia, podem, por exemplo, contratar como assessores ex-autarcas de outros concelhos para ajudarem a pensar um concelho a sério e a governar esta capital de distrito. Fica a ideia. Reitero, ainda, a solicitação feita pela Deputada de Dulcineia à Mesa. Estamos atentos. Muito obrigado a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, o grupo do PSD, por arredondamento para cima, tinha oito minutos, porque que a distribuição dos tempos não chegava a oito minutos. Já ultrapassou dois minutos e três segundos. Tenho muita pena, o senhor Deputado Luciano Calheiros não vai intervir. Como? Não percebi, peço desculpa.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Então, é assim. Estou a ler uma mensagem do Partido Socialista, com a qual nós nos revemos e concordamos, que tem a ver com um pedido excecional (e, veja bem, sou eu que lhe estou a fazer este pedido excecional, senhor Presidente), que era dividir o tempo do CHEGA e do CDS entre os partidos. Sou eu, senhor Presidente, já sei que vai dizer que não. Mas, olhe, de qualquer das maneiras, eu vinha cá. E muito obrigada por me ouvir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Aqui, no ponto 2.1, não. O CHEGA e o CDS não se inscreveram para este ponto. Este ponto 2.1, é bom que os senhores Deputados percebam que o ponto 2.1 não diz que há. Diz que pode haver, apesar dos senhores se lembrarem bem das minhas reticências legais sobre o ponto. Pode haver. Não há, paciência! Tem a palavra o grupo municipal Pela Guarda, «Guarda, destino turístico».” -

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Relva, cumprimento todos os presentes e

quem nos segue. E passo ao tema. Com esta breve e sintética intervenção, em representação do nosso Movimento Pela Guarda, dirijo-me a todas e a todos, ao Ex.mo Executivo Municipal e, em particular, ao Ex.mo senhor Presidente da Câmara, Eng.º Sérgio Costa, para lhe transmitir, aqui e agora, de uma forma frontal e sincera, que acreditamos em si e na sua política de desenvolvimento turístico para a nossa cidade e região. Não importa muito estarmos aqui a alongarmo-nos quanto à importância do setor do turismo enquanto atividade económica, pois é sobejamente conhecido de todos o seu forte peso relativo no PIB, que é da ordem dos 12%, e emprega cerca de quinhentas mil pessoas no país. Bem sabemos que o peso do setor do turismo para a Guarda e região não é comparável com o peso do turismo para outras regiões do nosso país, mas não podemos, de forma alguma, descurar as nossas oportunidades e são elas boas e muitas. Queremos e desejamos que se acolha um novo turismo cada vez mais procurado, que se quer sustentável, não selvagem, que integre e se relacione com as comunidades e territórios. O setor é já relevante para a nossa economia local e muito importante para o emprego, pelos postos de trabalho criados e a criar na nossa região. A Guarda tem a suas próprias potencialidades para esse desejável turismo mais sustentável e não selvagem. Potencialidades naturais: ar puro, frio, Serra da Estrela. Potencialidades geográficas: proximidade a Espanha, ponto de passagem de vias rodoviárias principais e, no futuro, também ferroviárias. Muitos atrativos: a Sé catedral, a proximidade às aldeias, a gastronomia ímpar. Já agora, não foi por acaso que a Essência do Vinho, Revista de Vinhos, distinguiu, na sua edição de 2023, a Guarda, como destino gastronómico do ano. E, neste ponto, permitam-me um parêntese para fazer um justo e merecido reconhecimento a todos os restaurantes do concelho, aos seus profissionais da restauração, porque, com o seu árduo trabalho diário, elevam e valorizam o nome da Guarda, as suas raízes e produtos endógenos. Não nos podemos esquecer, também, dos passadiços, que são já uma referência nacional e uma marca da nossa cidade e região com forte adesão de visitantes. Senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Vereadores, senhor Presidente, os passadiços são, de facto, uma aposta ganha e, por isso, o nosso obrigado a todos quanto contribuíram para que fossem uma realidade. Mas, de forma alguma podemos descurar a instalação de algumas infraestruturas de apoio, ainda em falta mas em curso, a continuação da sua promoção e a sua manutenção e vigilância. Para a nossa cidade e região, a política de desenvolvimento turístico deste

Executivo segue no bom caminho e as provas são do domínio público. Notícia, Jornal da Guarda: Carnaval esgota unidades hoteleiras da região da Guarda. O último Carnaval da Guarda foi um sucesso. A adesão das pessoas às diferentes iniciativas foi enorme e o público deseja-o e procura-o pela sua tradição genuína e autêntica. Foi evidente a massa humana no espetáculo do Julgamento e Morte do Galo, com muita participação de guardenses, quer no público, quer enquanto artistas. Mas muito há a fazer para que o turismo, na nossa cidade e região, continue a crescer rumo a um futuro auspicioso. As diferentes entidades e diferentes promotores turísticos, devem trabalhar em perfeita articulação e devem ser chamadas a dar o seu contributo. Neste âmbito, o Executivo poderá, por exemplo, promover a elaboração de roteiros de fim de semana ou short breaks na região e, nesses roteiros, articular iniciativas típicas de diferentes juntas de freguesia, hábitos antigos, jogos tradicionais, hábitos culturais, etc. Como é evidente, o Hotel Turismo será sempre um pilar importante do turismo para a Guarda, cuja solução foi anunciada nesta mesma sala. É, sem dúvida, um novo fator que pode alavancar ainda mais o turismo da região e cuja concretização todos aguardamos com muita expectativa. Mas estamos a falar de turismo e de desenvolvimento turístico e muitos podem questionar: e a FIT? A FIT implicava um orçamento muito avultado num período de incerteza económica e aumento do custo de vida. O Executivo optou por garantir e reforçar condições estruturais para a implementação de um projeto turístico consolidado e canalizar verbas para ações essenciais à qualidade de vida da população guardense, como se vê pelo programa Viver a Guarda recentemente lançado pelo executivo. Senhoras e senhores Deputados, o movimento Pela Guarda acredita neste Executivo e está ao seu lado. Em qualquer política governativa, deve olhar-se para o futuro, para o médio prazo e próximas gerações, que é o que este Executivo tem feito regularmente no seu exercício político. Em conclusão, a Guarda, que tem desde tempos imemoriáveis condições naturais que podem atrair turistas, apresenta hoje um ecossistema de atividades e ofertas que potenciam essas condições. Como tal, salientando positivamente a ação Executiva nesta área, apelamos a que se continue a investir com roteiros inovadores, divulgação da nossa gastronomia tão especial, apoio à preservação viva da memória de tradições culturais únicas e promoção regional, nacional e internacional eficaz, sempre com princípios norteadores do tipo de turismo que queremos para a região e sem desvirtuar a autenticidade e características exclusivas

do mesmo. Acreditar é a palavra. É esta a minha forma de estar nesta Assembleia, sem azedumes, sem bota-abaxismo, sempre em prol da Guarda, contando com o contributo construtivo de todos, independentemente do seu quadrante político. Pela Guarda, muito obrigado pela oportunidade e por me ouvirem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Segundo título do grupo... Acho que este tema não.... Não tenho tempo. Já ultrapassaram dois minutos e três. É que, daqui a pouco, eu tenho que dar o mesmo tempo ao PG, ao Bloco e ao PS e, à meia-noite, vamos estar aqui com os pedidos de esclarecimento.” -----

- **Dulcineia Catarina Moura, Deputada (PSD):** “Senhor Presidente, é tão somente um pedido de esclarecimento ao senhor Deputado Oliveira, por quem tenho uma estima muito grande, e, pessoal, inclusivamente, e gostei da intervenção. Só perguntar-lhe se tem o cálculo do montante avultado da organização da FIT, porque eu gostava de ter acesso a esse cálculo. Já o tinha pedido hoje de manhã e não tive acesso. Se o senhor Deputado Oliveira tivesse, que me transmitisse qual é o cálculo, por favor. Senhor Presidente, muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “De nada.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Eu vou responder ali à estimada Deputada Dulcineia, dizendo o seguinte. Não tenho, exatamente, ao detalhe, as contas da FIT. Agora, é sobejamente conhecido e foi público, por exemplo, isso li eu, o senhor Presidente vai, com certeza, explicar muito bem, mas é público, por aquilo que eu li, que só a cobertura custava 1 milhão e 50 mil euros. Portanto, isso, li eu na imprensa. Pronto, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O grupo PG tem agora um tema, «O caminho da Guarda». Senhor Deputado, tem, do tempo normal, quarenta e oito segundos. Como a Mesa já concedeu ao PSD dois minutos e três, portanto, soma, aos quarenta e oito, os dois e três, tem dois minutos e cinquenta e um. Agradeço-lhe...” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Então, vou tentar em alta velocidade, e que chegue à Guarda também. Cumprimento todos os presentes e, como outros, hoje venho aqui falar do caminho para a Guarda. Um caminho pressupõe um trajeto a percorrer, mas implica também um percurso que já foi percorrido e que nos trouxe ao espaço e ao

momento em que estamos, sem esquecer que, durante largos períodos, estiveram outros a conduzir. Pressuponho que ao longo do caminho haja bifurcações e nessas bifurcações têm de se tomar decisões. Tal como numa corrida, muitos veem de fora e comentam que fariam x ou y, num lirismo destrutivo. É, sem dúvida, muito mais fácil. Mas a verdade é que não foram esses os escolhidos para estar ao volante no momento soberano das urnas e no pleno funcionamento da democracia. Valem os factos, perante as expressões carregadas. O povo elege líderes e equipas em que reconhece competência, integridade e capacidade de executar. Para além disso, elege a quem reconhece coragem, virtude aristotélica que permite enfrentar riscos, isto é, decisões que podem ser impopulares, por algo melhor que valha a pena e em que se acredita. E essa coragem, caros Deputados, o nosso Presidente tem de sobra. É também por isso que acreditamos no caminho que estamos a seguir, independentemente dos obstáculos que enfrentamos e do ruído que gravita em torno da ação política. É um caminho pela Guarda. É um caminho pela Guarda que é amplo, atuante em várias dimensões, pujante, participado e com todos, independentemente da origem, do extrato, do género ou de gostos. Mas, acima de tudo, é um caminho que tem que ter um rumo. E tem um rumo na economia, como ficou patente no Dia da Cidade de 2022. Tem um rumo na área florestal, com inclusão no orçamento da nova mata municipal, do regulamento de apoio à aquisição de árvores e com a plantação de novecentas e cinquenta árvores. Tem um rumo para o turismo, como aqui já foi evidenciado pela intervenção do António Oliveira. Tem um rumo para a igualdade, Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação que vamos discutir a seguir. E esse rumo tem de começar aqui, onde, nesta mesma sala, dois terços somos homens e apenas um terço são mulheres. Tem um para a cultura, eclética e de qualidade, diversificada e de amplo espectro, de âmbito nacional, sem deixar de integrar as tradições culturais e os atores regionais. Uma cultura com muitas cores que não se cinge a um tom da paleta do artista. E tem um rumo para a juventude, com o funcionamento regular e frequente do Conselho Municipal da Juventude e com a recente aprovação da lista de admitidos às Bolsas do Ensino Superior. Cinquenta, o número máximo definido, sendo que houve oitenta e cinco candidatos. Este é o caminho que esperamos que se torne ainda mais acessível, para todos, no futuro. É assim, construtivamente, que se garante o futuro das próximas gerações. E tem um rumo para a fruição e qualidade de vida. Quiçá, o ponto mais deficitário do concelho, que os

cidadãos mais exigiam na campanha eleitoral e que agora exigem aos seus governantes. Com o programa Viver a Guarda que está no terreno, dar-se-ão respostas, neste âmbito, nos próximos tempos. Mas a Guarda aguarda, passo o pleonasma, por um rumo na saúde, enquanto aguardamos a resposta da ULS à moção da última Assembleia Municipal. E aguarda também pela linha da beira alta...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “... condição fundamental para o Porto Seco que pode ser revolucionário para o concelho. Finalmente, vou mesmo terminar. Pronto, temos trinta segundos. Vinte segundos. Para além de um rumo, temos que ter um horizonte, uma visão coletiva a longo prazo. E, por isso, a Agenda 2040, que foi lançada e que será construída de baixo para cima, não a partir de um documento hermético construído em torres de marfim, permitirá uma democracia participativa a funcionar em pleno. E como é bonito poder dizer isso na casa da democracia do nosso concelho. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra a senhora Deputada do Bloco de Esquerda.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos, novamente. Eu trago aqui três questões que gostava de ver esclarecidas e de forma direta, por favor. A primeira prende-se com a habitação, que é um tema que tem aqui sido debatido. Já foram apresentadas as razões, concordemos ou não com elas, para que a Guarda não se candidatasse a mais do que onze fogos no protocolo com o IHRU e a CIM. Também sabemos, sim, e também já foi abordado que, no âmbito do 1.º Direito, foi anunciada a construção de novas habitações e reabilitação. Foi dito, de manhã, também, que seria ideia do Executivo concorrer ao programa de alojamento de emergência e temporário. A nossa questão é: é diferente resolver a questão da habitação social na Guarda, de resolver a questão da habitação em geral. Ou seja, nem o programa de acesso à habitação ao 1.º Direito com o IHRU, nem a ideia que o município falou de manhã, de concorrer ao BNAUT, são soluções efetivas. Como é que o Executivo pretende resolver a questão da habitação na Guarda? Também já foi dito aqui que não há Engenheiros, mas é segunda vez que ouvimos o Eng.º Aragão, que o ouvimos e vimos aqui na Assembleia Municipal a falar do mesmo problema, que é o departamento de obras.

Portanto, parece-me é que existem muitos Engenheiros que querem trabalhar e não conseguem. Portanto, Engenheiros não é problema. Os protocolos, o município diz que tanto passa para o Governo central de que não existe dinheiro, como, quando existe, ele é negado. Tem as suas razões, vamos confiar nelas, apesar de haver aqui uma série de incongruências. No entanto, a minha pergunta é muito direta: como é que se vai resolver a habitação na Guarda, sem ser a habitação acessível e a remodelação, que obviamente é necessária dos Bairros onde habitam pessoas sem qualquer qualidade. A segunda questão tem a ver com a Escola de São Miguel. Também já foi aqui abordado. Eu não considero, como já foi dito aqui e também já foi descrito em atas, que sejam rumores para espicaçar o Executivo. De todo. Eu acho que o que estamos aqui a falar são preocupações reais de pais e mães que têm que ter uma resposta, e que a merecem, mas que não têm tido. Sublinho que é, obviamente, importante que o Comando se instale na Guarda. Ninguém duvida desse ponto. Mas, como já foi dito de manhã, é possível que haja interesse por aquele local. Caso haja interesse, este Executivo pondera instalar os Comandos na Escola de São Miguel, ou, caso exista essa vontade da tutela, vai negar em prol da Escola? Segunda questão: que requalificações, então, estão previstas para a Escola de São Miguel? E faz parte da vontade do Executivo e do plano mantê-lo em funcionamento? Novamente, achamos que é importante que haja uma resposta direta para os pais e para as mães, porque têm, obviamente, sendo redundante, o direito de ter uma resposta que seja esclarecedora e não continuarem na dúvida de quando a tutela disser o que quer, nós ponderamos aquilo que são as necessidades da população. Por fim, em termos de transportes, foi aqui aprovada uma moção e nós temos algumas dúvidas. A primeira, e vai ser a única que vou deixar, o inquérito à mobilidade como é que vai funcionar? Porque, para nós, não nos faz absolutamente sentido nenhum haverem algumas rotas e alguns autocarros com acesso a pessoas com mobilidade ou outras dificuldades, sejam visuais ou auditivas. Faz-nos sentido que todos os transportes estejam adaptados, para não ocorrer, como ocorre, por exemplo, nos comboios de Portugal, em que é necessário, às vezes, haver um pré-aviso de que a pessoa vai viajar. Inclusão e dignidade vê-se nestes pequenos aspetos em que, se eu não tenho que planear a minha vida para apanhar um autocarro, não posso obrigar a que uma pessoa que tenha uma dificuldade, repetindo, seja motora, visual ou auditiva, de planear a vida com antecedência, simplesmente porque o poder local não

considera estas pessoas dentro dos seus planos. Estas são as questões que eu gostava de ver esclarecidas. E queria deixar, também, aqui, um comentário, que na última Assembleia nós vimos aprovada a moção do 25 de Abril, foi convocada uma reunião de líderes para abordar este tópico. O que saiu da reunião de líderes foi que nós tínhamos uma resposta - foi uma proposta da Mesa esta reunião de líderes - foi que nós tínhamos informação acerca de qual é que é a ideia do Executivo e que, provavelmente, viria para a Assembleia a discussão de como é que vão ser as celebrações do 25 de Abril. Recordo que há uma moção aprovada para realização de uma Assembleia Municipal neste dia. Foram colocadas algumas objeções, nesta reunião, por parte da Mesa, que se prendiam com horários, com espaços, com as atividades do próprio Executivo. Tendo em conta que os líderes não voltaram a ser chamados, tendo em conta que não foi marcado nenhum ponto nesta Assembleia, eu considero, então, que a moção que foi aprovada vai ser cumprida e que o Executivo, obviamente, não irá colocar obstáculos àquilo que é uma decisão da própria Assembleia Municipal. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. A moção que foi aqui aprovada, e peço-lhe imensa desculpa, nós não somos, nenhum de nós, profissionais da política. Espere, agora tem que me ouvir. Eu ganho apenas as senhas de presença, como qualquer um de vós. A reunião foi dia 15 à noite. Hoje é dia 28. O 25 de Abril é daqui a dois meses. Por amor de Deus! Não queira uma resposta hoje... desculpe, agora estou a falar. O Dr. João Correia, honra lhe seja feita, o que foi aqui aprovado, como foi aprovado, é haver uma Assembleia... é que é preciso que, quando nós aprovamos uma moção, percebamos perfeitamente o que é que estamos a aprovar. Foi aprovada uma reunião da Assembleia Municipal para o dia 25 de Abril. E aquilo que eu disse foi isto: só se for às seis da tarde, ou à noite. Mas é preciso que o Executivo possa, porque tem que estar presente na reunião. E o que nós falámos foi que eu iria propor, a reunião foi dia 15, eu iria propor ao Executivo que os grupos falassem cinco minutos, mas chamámos à atenção porque há catorze independentes e é preciso perguntar-lhes a eles. Têm o mesmo direito que a senhora Deputada tem de poderem falar. E se eles quiserem, os catorze, falar (catorze e seis, vinte) diga-me onde é que metemos cinco minutos para cada um? Aquilo que está combinado, e que eu hoje iria fazer, era perguntar aos senhores Deputados Independentes se, por acaso, se querem juntar num,

e mandatarem um para falar. Agora, vir, do dia 15 para hoje, para aqui, dia 28, já reclamar, alto e para o baile. Dê tempo ao tempo que até os garotos demoram nove meses para nascer. Não, senhora Deputada, isto é muito lindo chegar aqui e atirar as farpas. Mas eu também me sinto e a Mesa sente-se. Pode fazer a declaração.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, esta esta moção foi votada há uma série de meses e foi aprovada nesta Assembleia. Se a reunião dos líderes parlamentares foi apenas há estes dias, foi porque foi convocada, apenas neste dia, pela Mesa. Eu peço imensa desculpa, mas nunca a Assembleia se pode responsabilizar por um trabalho que é externo. Eu trouxe esta questão, aqui, hoje, exatamente porque é a última Assembleia que temos antes do 25 de Abril. Portanto, a minha questão é: a moção que foi aprovada aqui vai ser conversada com os restantes Deputados, ou o Executivo vai-se sobrepor àquilo que foi uma decisão da Assembleia? Porque, caso não seja debatida aqui, é o que vai acontecer. A menos que, obviamente, se cumpra a moção e se realize. Obviamente, tal como o senhor Presidente da Mesa sabe, e os Presidentes de Junta que estiveram presentes também, nunca foi uma questão para nenhum dos líderes parlamentares os independentes falarem. Muito pelo contrário, foi logo colocada essa hipótese e foi aceite por todos os líderes parlamentares que todos os independentes tivessem tempo. Porque, como foi referido, a democracia é assim feita. Os independentes têm direito, os grupos parlamentares também. E volto a referir, é uma moção que foi aprovada na Assembleia Municipal quanto à realização de uma Assembleia Municipal extraordinária do 25 de Abril. Na minha perspetiva, e considero que será a mais correta, para voltar atrás, devia ter sido trazida aqui. Os dias não podem ser impedimento, porque a Assembleia Municipal já foi há um bom par de meses e esta moção devia ter sido tratada com a urgência e dignidade que merecia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Respeito a sua opinião. Não é a minha. Não é a minha. Não ser que a senhora Deputada, como eu há bocado disse, arranje um dia 25 de Abril com 48 horas e depois nós viremos cá. Pronto... Ó senhor Deputada, ao longo da história, e eu já lhe disse isto na reunião, desde o 25 de Abril, já passou por aqui o PS e o PSD e agora é que se levantou o problema. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades... Senhora Deputada... mudam-se as vontades, está correto. Pronto, mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. Não vou convocar nenhuma Assembleia

extraordinária que custa 7 mil euros. Não vou gastar 7 mil euros ao erário público com uma Assembleia extraordinária para comemorar o 25 de Abril. Não vou. Assumo que não vou. Senhor Deputado, faça favor. Não vou gastar 7 mil euros ao erário público para uns discursos. Não vou, com todo respeito. Se há alguém que respeita o 25 de Abril, e que ansiou por ele, fui eu. A senhora, provavelmente nem era nascida, e ainda bem. Portanto, não recebo lições do 25 de Abril. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Olá, boa tarde. Bem, dizer-vos uma coisa, quer dizer... tentar pôr só assim um bocadinho de ordem à Mesa. É assim, eu próprio também pensava que antes da reunião de hoje, e penso que todos os líderes que aqui estão, tivéssemos alguma resposta relativamente a isso. Porque, na realidade, nós fomos chamados a uma reunião para tratar de um assunto que, para mim, não era assunto. Porque, na realidade, fomos nós que aprovámos uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal no 25 de Abril. Fomos nós. E, portanto, o senhor Presidente quando diz que não convoca, não. O senhor Presidente, se nós quisermos, o senhor Presidente convoca. Ponto! Ponto! É isto. É isto, senhor Presidente. É isto. Se não, alguém se substituirá a si para convocar uma reunião para o 25 de Abril. Porque foi aprovada e o senhor só tem que respeitar a decisão desta Assembleia. Nós, aquilo que quisemos com essa reunião em que todos estivemos presentes, foi tentar resolver uma situação de 6 mil e 700 euros que custa uma Assembleia Municipal, no sentido (e tanto eu como o líder parlamentar do PSD fizemos algumas alternativas e que o senhor Presidente ficou de falar com o Executivo e de falar com os Deputados Independentes), no sentido de hoje, ou antes do dia de hoje, ou seja, no dia exatamente anterior a uma próxima Assembleia Municipal, esta situação ficasse resolvida. Mas a verdade é assim, senhor Presidente, eu digo-lhe uma coisa, que o Executivo não aceite aquilo que aqui é decidido, é uma coisa. O senhor é mandatado por nós, desculpe! O senhor faz parte deste órgão e, a partir do momento que é defendida aqui uma moção, onde a Assembleia Municipal é responsável, o senhor tem que cumprir.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça favor. Desculpe lá, estava aqui a falar com o Secretário. Desculpe lá.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Muito obrigado. Eu concordo com esta realização desta Assembleia Municipal extraordinária e compreendo o que o senhor Presidente da

Assembleia Municipal disse e, como tal, eu despenderei da minha senha de presença para que essa Assembleia Municipal se possa realizar sem despesas para o erário público. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não foi, ó senhora Deputada, segundo eu me lembro, posso estar enganado, não foi fixado um prazo para hoje definirmos isso. Não. Ó Miguel, eu peço imensa desculpa. Então, eu peço desculpa, o que ficou combinado foi falar-se com os Independentes e, estando eles hoje aqui, aquilo que nós pensámos foi falar hoje com eles, no fim da reunião, estando hoje aqui todos. Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, eu, aqui, não quero estar, neste momento, porque tenho a certeza absoluta... é assim, tenho a certeza absoluta que o senhor Presidente, quando está a dizer que não foi marcado para antes do dia de hoje, tem essa convicção. Eu próprio, eu próprio, digo-lhe assim, eu tenho uma convicção contrária. Eu não estou a dizer que um de nós esteja a mentir. Não é isso que eu estou a dizer. Eu tenho uma convicção completamente contrária à sua. Porque aquilo que ficou foi, havendo hoje uma reunião, não haveria depois, a seguir, tempo... porque a verdade é hoje. Se hoje não tomássemos uma decisão... por exemplo, suponha que realmente chegava aqui à conclusão que não haveria e que isto teria que ser colocado à votação. Nós já não teríamos outro tempo, quer dizer. E, portanto, claramente foi isto que eu fiquei com a ideia. Não sei se outro líder poderá ter outra ideia. Também acho que já estamos é a perder muito tempo com isto. Sinceramente, foi votada numa Assembleia. E, também, já agora dizer, tenho a certeza absoluta que quer os Deputados do Partido Socialista, quer os Presidentes de Junta do Partido Socialista, também disponibilizarão as senhas de presença para poderem estar na reunião do 25 de Abril.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já lhe dou palavra. Dr. Valbom faça favor. Depois já dou a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, boa tarde a todos, outra vez. Sempre que há duas margens, tem que se fazer uma ponte. Eu penso que é importante que o 25 de Abril, que é o Dia da Liberdade, seja dado, de qualquer forma, a voz aos representantes da pluralidade do Concelho. Este é um ponto. Como é que se pode fazer isto? Pode-se fazer numa Assembleia como se votou, ou pode-se fazer de uma outra forma. Eu penso que

tinha dignidade (não fui à reunião porque o dermatologista, eu tinha aqui uma lesão pré-maligna no nariz e ele disse-me que ia fazer isso. E eu, porque fui para o gabinete dele, esqueci-me da reunião. Peço desculpa. E não estive nesta reunião) mas eu penso que se pode consensualizar perfeitamente o seguinte: na reunião do 25 de Abril, (e eu penso que só foi feito uma vez isso e poder-se-ia fazer agora, e, na minha opinião, era bom que até ficasse como lastro para o futuro) todos os líderes de bancada, todos os grupos tinham acesso a tempo para se pronunciarem no Dia da Democracia. É feito assim em vários Concelhos. Temos um problema na Guarda, que não é um problema, é a sua pluralidade, temos vários Presidentes que são independentes. E esses Presidentes, se calhar, também não têm interesse em falar todos cinco minutos. Podem-se juntar e, de certa maneira, eles carregam informação. Reúnem-se e, de certa maneira, dão o contributo deles. Até porque são todos, normalmente, profissionais da mesma área, são Autarcas, são Presidentes de Junta. E assim consegue-se resolver este assunto, em vez de estarmos aqui a extremar posições. Somos tão poucos e não devemos chegar a acordo? A democracia é feita de consensos. E o Bloco de Esquerda irá falar, o PG também irá falar, vão falar todos. Os independentes que quiserem, entre todos, acordam e falam um. Eu penso que isto não vai atrasar de uma forma desmesurada a reunião. Temos, obviamente, que todos cumprir os tempos, porque, senão, irá dar uma manhã como a de hoje que, efetivamente, com convidados, não pode ser. E o Executivo também tem, obviamente, uma dinâmica própria, pode ter cá convidados de fora, não sei se tem nem se não tem, não faço ideia do programa, e também não pode expor as pessoas até às três da tarde como hoje, ou duas. Mas, consensualizando, todos, acho que se resolve isto. Parece-me claro. Não sei.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Presidente, eu peço imensa desculpa. E dirijo-me, especialmente, ao Dr. João Correia, ao Eng.º Miguel Borges e à Bárbara. Pronto. Eu, na minha opinião, posso estar errado, Miguel, o que eu entendi daquela reunião é que a hipótese de se fazer uma Assembleia extraordinária no dia 25 de Abril, corrijam-me se eu estiver mal, ficou afastada. Espere... Ficou afastada... Desculpe lá... Ficou afastada. E o que ficou combinado foi que iríamos reunir com os independentes. E o que é que eu pensei? Humildemente, provavelmente, erradamente, estando eles hoje aqui na Assembleia, seria o dia ideal para os termos aqui todos, até

porque cada um deles tem a sua vida. É bom que a gente não se esqueça que eles têm a sua vida. E era hoje, que eu estava a pensar, no fim, chamá-los aqui e dizer assim: passa-se isto, podemos ou não podemos fazer isto? Passaram treze dias. Eu, no meu entender, não ficou definido para ser hoje. Se eu estou errado, peço imensa desculpa, não foi o meu entendimento. Faça favor.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):**

“Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos. Boa tarde. Eu também estive presente na reunião e um dos pontos que ficou assente foi a possibilidade dos líderes falarem durante a Sessão Solene do 25 de Abril, que é para dar voz e palco a toda a gente, que é justo, a Democracia do 25 de Abril. Mas, na minha opinião, eu disse na reunião, não é justo fazer uma Assembleia, porque nós, e falo por mim, Freguesias, também temos o direito que o Presidente e o Executivo vá às Freguesias. Como vocês têm direito, como líderes parlamentares, para falar aqui e têm palco, os nossos cidadãos das freguesias também têm direito que o Presidente vá às freguesias nesse dia, que é importante. E todos os Presidentes sabem que esse dia é para inaugurações, a questão da toponímia, várias situações. E não é justo marcarmos duas reuniões seguidas em Abril. Não é justo. Podemos falar num ponto da próxima sessão de Abril, termos um ponto próprio para o 25 de Abril, para toda a gente falar. Acho que era o mais justo. É a minha opinião. Mas foi aprovada em Assembleia, fica à consideração de cada um. Obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:**

“Dr. João Correia, eu já lhe dou palavra. Nesta reunião estiveram presentes o senhor Presidente da Junta que acabou de falar e creio que o Presidente da Junta de Aldeia Viçosa. E não sei se se recordam, não sei se foi um se foram os dois, que disseram que também têm atividades na sua freguesia nesse dia, nomeadamente inaugurações. Ao convocar uma Assembleia extraordinária para esse dia, corremos o risco, e isto foi lá falado, de não termos quórum. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):**

“Senhor Presidente, eu, na verdade, não contava estarmos tanto tempo a debater este assunto. Eu não me recordo minimamente de termos marcado data. Mas também compreendo aquilo que o Miguel está a dizer e a Bárbara. É que, na verdade, esta é a última Assembleia antes da Assembleia que teremos

em Abril e das festividades das comemorações do 25 de Abril. E, portanto, se calhar, por isso ficámos todos com a ideia de que hoje isso seria esclarecido. E por uma razão simples, é uma razão legal. Houve uma moção que foi votada e que teve a maioria e é preciso aqui desmontá-la e é preciso aqui criar as alternativas. Nós tivemos a reunião de líderes para dar ideias. Mas eu contava também que aqui o Senhor Presidente notificasse a Assembleia do que é que tínhamos combinado e, a partir daqui, íamos debater o que é que podíamos fazer. Sinceramente, não me recordo nada, e tem razão, de terem ficado datas, deadlines. Mas faz sentido ser aqui hoje a discussão e o debate da modificação da moção, se assim a Assembleia o entender. Porque, repare, nós somos líderes de grupos, mas esta é uma moção que teve a maioria dos votos e é aqui que tem que ser discutida de novo se faz sentido ou não. Estamos todos distraídos? Se calhar, estávamos, quem votou a favor, porque não percebemos o alcance da medida e da moção. Ok. Mas somos humanos e, portanto, podemos debater tal e qual como debatemos na reunião de líderes. E aqui eu considero que as propostas que fizemos na reunião de líderes também são válidas e também dão palco, digamos assim, aos grupos que estão aqui representados na Assembleia. Agora, é verdade que hoje seria a deadline, posto as coisas desta maneira, porque não temos outra Assembleia para desmontar, chamemos-lhe assim, a moção, não é? Ou para a dissecar. Mas, se calhar, devíamos ter. E para a próxima temos que dizer mesmo: a data é esta. Se calhar, não dissemos. Entretanto eu também saí, vocês ficaram lá e, portanto... eu não venho aqui comprometer-me com datas. Fiquei com a ideia..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Dr. João Correia, não fixámos data." -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** "Não, não. Acredito que não se tenha. Mas percebe, o Presidente, que esta, se calhar, era a data certa. Era a deadline porque é a última vez que estamos todos juntos, que Assembleia se reúne. E, por isso, acho que todos temos razão. Não houve deadline, mas seria, à partida, esta a deadline." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Temos todos razão e ninguém tem razão." ---

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** "Então, na reunião foram postas várias soluções. A questão é essa, é que elas tinham que ser debatidas aqui. Uma das propostas foi, sim, haver uma sessão solene. Nunca saiu de lá aprovada. Das últimas coisas que eu referi, e

recordo e peço que voltem a puxar pela vossa memória, porque eu disse isso duas ou três vezes de propósito, que foi: não fica aqui afirmado que há uma sessão solene e não cai nenhuma moção até nós termos uma decisão e uma resposta por parte do Executivo. Portanto, nunca houve espaço para nenhuma tomada de decisão naquela reunião. Eu repeti esta frase várias vezes para que isto não acontecesse. Não ficou nada decidido e esta é a única Assembleia em que é possível votar ou decidir uma alteração. A minha questão é mesmo essa, como é que nós vamos resolver? Porque se ali, na reunião, todos nós falámos abertamente, propusemos soluções, ficámos à espera de resposta, nós não a obtivemos. E, também concordo, é uma moção definida pela Assembleia. Nenhum líder parlamentar pode definir que não vai acontecer. E espero que a Mesa também não tome essa opção, sinceramente. Quanto às questões que foram postas. Em termos de valores, foi proposto, também, nesta nossa reunião, que os Deputados e as Deputadas que assim entendessem pudessem abdicar da senha e solicitámos que fosse feita esta conversação com cada um deles. Em termos de tempo, eu preciso que me expliquem qual é a diferença entre uma Sessão Solene e uma Assembleia, porque se a Sessão Solene vai ocupar a manhã toda e vai ter a apresentação dos partidos, então, em termos de tempo, não vai fazer diferença. Porque esta Assembleia Municipal é específica para o 25 de Abril, não vai ter outros pontos. Como já foi referido, irá existir uma Assembleia no dia 25 de Abril. Portanto, tempo de realização de uma Assembleia extraordinária de Homenagem ao 25 de Abril será provavelmente igual ou menor do que uma Sessão Solene onde haverá convidados. O senhor Presidente tem tempo para falar, exatamente como numa Assembleia Municipal e como teria na Sessão Solene. Em termos de espaço, coloca-se a mesma questão. Qual é a diferença se o espaço vai estar a ser utilizado, se as pessoas vão estar na Sessão Solene e se há uma boa parte dos Deputados e das Deputadas que está disponível a abdicar do dinheiro. Estes esclarecimentos têm que ser mais diretos e transparentes, para nós conseguirmos entender. Reforçar, novamente... gostava que estivessem a ouvir, não é? Mas reforçar novamente que não se pode voltar atrás numa moção que foi aprovada da Assembleia numa reunião de líderes. Ou, se o fizermos, também a ética fica aqui um bocadinho aquém, não é? Eu, enquanto líder parlamentar, não o faria. Mas, obviamente, eu sou Deputada única, não tenho essa questão.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, aqui numa conversa muito rápida com o Eng.º Miguel Borges, com o Dr. Valbom e com o Dr. João Correia, eu alvitrei aqui uma hipótese, se concorda com ela, que é: como estão aqui os senhores Deputados Independentes, em vez de estarmos a falar no fim sobre isto, eu dirigia-me diretamente aos senhores Deputados Independentes. Se concordam em nomear um, porque, no fundo, são todos Presidentes de Junta, como já foi aqui dito, e bem, acho que foi pelo Dr. João Correia, se concordam em nomear um que venha intervir em nome de todos. E, assim, teríamos os seis grupos parlamentares mais um, e faríamos as intervenções no decurso da Sessão Solene do 25 de Abril. (...) Sim. É essa proposta que eu estou a fazer. Ó senhora Deputada, a que horas é que... ouviu o Presidente de Junta? A que horas é que fazemos a sessão? Que diabo pá... Não entendo qual é (...) Ó senhora Deputada, eu peço imensa desculpa. Agora está em discussão a proposta da Mesa. (...) Estou e depois já ponho à votação, porque, se quiserem os catorze falar, o filme, a história já é outra. Não, estou a perguntar, eu estou-me a dirigir aos senhores Deputados independentes. (...) Então, pronto. Então, eu vou... Faça favor, faça favor.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, nós estamos a falar, portanto, de uma sessão que aqui está previsto, não é? De uma sessão alusiva ao 25 de Abril...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “É uma sessão igual à dos outros anos.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “... que faz todo o sentido. Que faz todo sentido. No entanto, foi aprovada aqui uma moção, não foi? Portanto. Eu não sei. Vamos lá ver uma coisa. Se a senhora Deputada não se importasse, nós podíamos voltar aqui à primeira forma. Porque eu compreendo também a posição dos senhores Presidentes de Junta todos, porque eles também querem fazer as suas iniciativas nas freguesias. Eu até gostava de ir a uma freguesia, como certamente outros os membros da Assembleia, também participar. A freguesias que não conheço, por exemplo, não me importava nada. Tinha todo o gosto em fazer isso...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “E gostam de nos ver lá.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “E para o ano, nós para o ano temos uma sessão, temos os cinquenta anos, não é? E, portanto, eu acho que se a senhora Deputada

não se importasse, voltávamos aqui à primeira forma e fazia-se uma sessão alusiva ao 25 de Abril e os senhores Presidentes de Junta, depois, teriam todo o tempo. Eu acho que é...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu acho que é o melhor...” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “... acho que é a melhor solução, mas é preciso que ela abdique, não é? Como é evidente. Porque, senão, temos aqui um problema.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se não abdicar, vou ter que pôr à votação, em alternativa.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Para mim faz sentido. Isto é a minha posição pessoal, não é a do PSD, senhor Presidente. Atenção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradeço-lhe imenso. Senhor Deputado, agradeço-lhe imenso, acho que é uma opinião ponderada e que resolve o problema. (...) Senhores Deputados, peço o favor de se sentarem. Peço o favor de se sentarem. (...) Senhores Deputados, peço o favor de se sentarem. Ó senhora Deputada e senhor Presidente de Junta... A Mesa faz um último apelo à senhora Deputada Bárbara Xavier, se efetivamente concorda que a moção seja alterada no sentido de no ato comemorativo do 25 de Abril, que é na sequência do que foi feito ao longo destes anos todos, poderem intervir os seis representantes dos grupos parlamentares, tendo eu já o assentimento do grupo dos Presidentes de Junta Independentes que indicarão um para vir falar. E o prazo seria sensivelmente cinco minutos, que daria trinta e cinco minutos, quarenta minutos, quarenta e cinco minutos. Faça-lhe esse apelo, a perguntar-lhe se concorda que seja assim. Se me disser que não, então a Mesa assume colocar à votação da Assembleia se fazemos mesmo a Moção como foi aprovada e temos que arranjar uma Sessão Solene da Assembleia no dia 25 de Abril. No dia 25 de Abril, não sei a que horas e com quem. Ou, então, faríamos esta solução de, na Sessão Solene, intervirem e falarem sobre o 25 de Abril que também merece. O 25 de Abril também merece. Faça-lhe esse apelo.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, é assim. A política está uma desgraça, quer dizer... A nível nacional, a nível local, os políticos cada vez estão a ser

menos vistos e hoje acho que nós não estamos aqui a fazer um bem pela política e não estamos aqui a fazer um bem pela Guarda. Deixai-me dizer-vos uma coisa, nós vamos obrigatoriamente que ter uma reunião em abril. É por lei. Eu peço ao senhor Presidente da Câmara que conjuntamente com o senhor Presidente da Assembleia Municipal para que essa reunião possa ser antes do 25 de Abril, no sentido de podermos discutir esse assunto como deve ser e não estarmos agora a qui a dar uma imagem má. Quer dizer, porque, no fundo, nós votámos. E votámos uma coisa e neste momento eu sinto-me muito mal porque eu li a moção, eu conheço a moção e quando a votei, votei-a, como tudo aquilo que voto nesta Assembleia... não, votei-a a pensar, claramente. Por acaso acredito que haja alguns que votam sem pensar. Tenho a certeza. Não tem a ver comigo e acho que me conhecem. Mas, agora, dizer-vos assim. Acho que, se calhar, se o senhor Presidente de Câmara... pedia mesmo ao senhor Presidente de Câmara no sentido da reunião de Abril poder ser antes do 25 de Abril, que é uma possibilidade que a lei dá, no sentido de todos nós podermos ter a reunião que se previa, de forma a poder trazer uma solução à Assembleia Municipal que seja bom para todos. Acho que não fica bem estarmos a discutir isto agora, neste momento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu estou a olhar para o calendário e temos as reuniões de Câmara, segundo a ordem que está estabelecida pelo Executivo, que é dia 10 e dia 24 de Abril. O problema é que não podemos marcar uma reunião para 20 ou 21 porque depois não temos tempo para preparar isto. Portanto, em teoria a sua solução era boa, na prática não me parece que seja plausível realizar porque depois não temos tempo. Portanto, a Mesa mantém, para isso é que a Mesa aqui está. Ou a senhora Deputada, enfim, reconsidera agora e vamos todos intervir na sessão solene do dia 25 de Abril, ou a Mesa ouvirá o plenário, como é democrático, se entenderem que é assim temos que ver como é que se vai fazer porque eu não vejo solução. Ou então proponho, a Mesa altera para que todos na sessão solene possamos falar, os seis grupos e um representante dos independentes. Fica à sua consideração, agora.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, eu não considero que tenha autoridade para decidir algo que foi decidido e aprovado em plenário. Portanto, obviamente não vou aceitar essa solução. Para esta moção ir abaixo terá que ser mesmo decisão da Assembleia que a aprovou.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ok, muito obrigado. Então, vou por em alternativa duas moções. Ou melhor, está uma moção aprovada e eu vou propor que esta moção seja revogada e seja aprovada uma moção no sentido e que não haja uma Assembleia extraordinária no dia 25 de Abril, mas os grupos parlamentares e um representante dos independentes possam falar na Sessão Solene da Câmara. Portanto, a moção é esta. Se é aprovado ou não que no dia 25 de Abril, na Sessão Solene, intervenham os grupos parlamentares e um deputado em representação dos independentes e não se realize a Assembleia como estava aprovada. Vou pôr à votação. Creio que está tudo entendido. Vou pôr à votação. Quem vota contra esta alteração? Quem vota contra esta alteração? Quem vota contra esta moção, vota a favor da que está aprovada. Portanto, quem vota contra a moção que a Mesa agora propôs? Não. Quem vota contra esta moção, mantém a da Bárbara... Não. Vamos lá ver uma coisa... está explicado? Portanto, eu agora vou pôr à votação quem vota contra a moção da Mesa, o que significa que, quem votar contra a moção da Mesa, apoia a de Bárbara. Primeira fila, quem vota contra a moção da Mesa?... Não vamos perder mais tempo. Diga? Então, tem que ser assim! Tem que ser assim, então como é que querem fazer?”

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ó senhor Presidente, eu torno, mais uma vez, a apelar à boa compreensão do senhor Presidente. Isto que aqui está a acontecer, sinceramente. Eu acho que há muitos anos de Assembleia Municipal e não vi nunca uma coisa destas. Deixe-me dizer uma coisa, a moção não é da Bárbara. A moção foi uma moção aprovada neste órgão...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Podemos alterar! Ou não podemos alterar?” -

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Desculpe! Foi aprovada neste órgão. E agora deixe-me dizer uma coisa... olhe, peço, por favor...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Diga.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Peço, por favor... olhe, como diria o senhor Presidente de Câmara, olhe, eu respeitei sempre quem estava a falar. Só falarei depois de... posso? Bem. Relativamente a esta questão, é assim, estamos a dar uma imagem para Guarda, quer dizer... É assim, que o Executivo não aceite as moções que aqui são trazidas e que não as aplique, é uma coisa. Que a Assembleia Municipal não as aplique... e eu

compreendo. Veja, eu compreendo. Eu compreendo que deve ser difícil. Eu próprio tentei, conjuntamente com o líder do PSD, arranjar soluções para isto. Fui eu que propus que na Sessão Solene estivessem os líderes do Partido Socialista, do PSD, do PG, dos Independentes, para não ser um ad hoc da Câmara a convidar os jovens que quer, da maneira que quer, aqueles que conhece, aqueles que são amigos, aqueles... E foi isto. Foi isto aqui que foi dito na reunião de preparação. Ó senhor Presidente, deixe-me dizer uma coisa, a culpa disto estar a acontecer é da Mesa. Só da Mesa. Porque a situação, fomos nós que fomos chamados, exatamente como a Bárbara disse, no dia 14. E eu pensava que nós tivéssemos sido chamados porque na última Assembleia Municipal nos disseram que iríamos ser chamados no sentido de perceber se o Regimento estava ou não estava a correr bem. E dizer-vos, isto aqui, a culpa não é de nenhum grupo, não é do PG, não é do PS, não é do PSD. Aqui, tem uma questão que tem a ver com a Mesa. E eu peço-lhe, senhor Presidente, por favor, não me diga que não há tempo. É assim, tem que ser em Abril. Tem que ser em Abril. Faça a reunião no dia 10 de Abril. Agora, depois, a seguir, é assim, a Câmara tem que trabalhar mais? Claro que sim. Mas é a vida, quer dizer. Agora, por favor! Eu digo-lhe uma coisa, eu não vou votar. Eu digo-lhe uma coisa, eu não vou votar. Porque é assim, eu votei uma coisa num dia, eu votei uma coisa num dia e acho que fica mal a qualquer pessoa que está. Porque assim, nós estamos a representar eleitores. Esses eleitores, quando votaram, votaram em consciência e em responsabilidade. E nós todos, quando votamos, nesta Assembleia, votamos em consciência e em responsabilidade. E, portanto, dizer-vos uma coisa. Compreendendo a situação, compreendendo a situação, eu não irei votar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado. Tem toda a razão. Mas também é humano votarmos. E como já disse na reunião e disse aqui, com toda a honestidade, o Dr. João Correia, também nos podemos enganar nas votações. Já que o senhor atribui culpas desta situação à Mesa, já que o senhor atribui culpas desta situação à Mesa, então, a Mesa mantém, já que é a culpada, mantém que vai pôr a alteração da moção à votação. E os senhores Deputados são livres de decidirem como quiserem. Na certeza de que, durante o dia, até ao cair da noite, se se mantiver a votação, não há hipótese fazê-la. Olhe, fá-la-emos à noite. Pronto, tudo bem. Portanto, a moção é esta. A moção da Mesa esta, é alterar a moção aprovada... acho muito

estranho que a gente não possa alterar moções, como entendeu agora o senhor Deputado Miguel Borges. Não entendo como é que não se pode alterar moções. E, portanto, a moção é esta: a moção que a Mesa propõe é alterar-se aquela moção, no sentido de os grupos parlamentares e um representante dos independentes falarem na Sessão Solene. É óbvio que, quem votar contra esta moção, concorda com a outra. Quem votar a favor desta, altera a outra. Portanto...” -----

- **Hugo Fernandes, Deputado (PSD):** “Boa tarde a todos. Eu peço desculpa de vir aqui, mas eu queria perceber. Vamos votar aqui qualquer coisa, ao abrigo de quê, no Regimento, visto que estamos no ponto 2.1. Eu não estou a entender o que é que vamos votar e ao abrigo de quê. A nível regimental, como não sou de direito, gostaria de ser esclarecido porque é que vai haver aqui uma votação. Ainda por cima de uma moção que foi aprovada neste órgão. Vamos contrariar uma votação ou discutir... vamos votar contra ou a favor de uma moção que já está aprovada? Eu não consigo entender, peço desculpa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Afinal de contas, não é só na Assembleia da República a questão de o Lula falar ou não. Aqui também é igual. Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Eu faço um apelo a todos para que tenhamos bom senso. E peço, por favor, que me escutem, vou ser muito breve. Eu peço-vos a todos que tenhamos bom senso. Eu compreendo perfeitamente a questão invocada pela Mesa e dou-lhe razão. Efetivamente, se calhar, houve aqui alguma precipitação aquando da aprovação da moção, porque o dia 25 de Abril, como todos nós sabemos, é um dia carregado de eventos, em que as pessoas não têm a disponibilidade que teriam noutro dia normal. Portanto, é preciso também ter isso em atenção. No entanto, não nos podemos esquecer que nós votamos aqui uma moção e, ao fazer aquilo que agora o senhor Presidente se propõe fazer, estaríamos a abrir um precedente que depois, para o futuro, podia trazer consequências muito graves. Portanto, é preciso medirmos muito bem o alcance destas nossas ações. Daí que eu sugeria ao senhor Presidente... pergunto-lhe eu, é possível uma Assembleia Municipal ter um ponto único? Ter um ponto único? É possível ou não?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Só tem que ser uma Assembleia Municipal extraordinária.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Pronto. Então, é assim. Eu proponho aqui que para a Sessão Solene do dia 25 de Abril, se proponha uma Assembleia Extraordinária com o ponto único, portanto, que seriam as intervenções, concordando aqui todos os Deputados que, para não onerar a Câmara, prescindiríamos todos da senha de presença. Portanto, é esta a sugestão que eu faço.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, essa questão foi debatida nessa tal reunião. E não nos pareceu legal obrigar os senhores Deputados a prescindirem da senha de presença. Se depois quiserem receber, não posso dizer que não. Uma outra sugestão foi dada, não sei se foi pelo Dr. João Correia... Faça favor.” -----

- **José António Pereira, Deputado (PG):** “Muito boa tarde a todos. Eu não era para levantar a questão aqui. Mas como não tenho formação jurídica, há uma questão que é: o que é uma moção? Que eu conheça, do que eu já pesquisei, só há moção de censura, moção de confiança e moção de rejeição. Aquilo que me parece que este órgão de há longa data faz, é votar recomendações às quais chama de moções. Se não, alguém, peço desculpa pela minha não formação jurídica, mas alguém me esclareça o que é uma moção. Se eu estiver enganado, esclareçam-me, por favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, na minha ótica, eu não queria entrar por esse caminho, mas tem inteira razão. Nós já provámos aqui moções para que o Governo faça isto ou faça aquilo, ou a entidade tal faça aquilo. E que eu saiba, até hoje, tirando a questão do Hotel Turismo, mais ou menos, nenhuma moção, nem ninguém é obrigado a cumprir moções. Portanto, a Mesa assume, se for necessário assume e os senhores se entenderem que está mal façam como entenderem, no dia 25 de Abril, então, eu proponho a sessão às dez da noite. Não sei se o Executivo, a essa hora, já estará disponível. Porque o Executivo tem que estar presente. Ó Bárbara, é assim, o dia tem vinte e quatro horas. Os presidentes de Junta têm... aqui há a Sessão Solene de manhã. A Bárbara não aceita que se fale, mantém que tem que ser uma Sessão extraordinária. A Mesa assume que não a convoca. Acabou. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, primeiro para esclarecer. Nunca foi dito que não iam falar. Eu nem percebo de onde é que veio agora... eu neguei alguém falar na Sessão Solene? Não, isso nunca aconteceu. Disse-me agora que eu neguei falarem na sessão solene? Não. O que eu neguei foi, eu, enquanto Deputada, ir contra uma decisão de uma Assembleia inteira. Esclarecer duas coisas. Primeiro, aquilo que a Mesa referiu foi, diretamente, vou dificultar a vida à Assembleia, porque acabou de dizer: então marco para as dez da noite, que é um horário em que ninguém pode, está resolvido.” --

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Mas a que horas é que quer que eu faça?!” ---

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então era essa mesma resposta...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Venha para aqui... ó Bárbara, desculpe lá, quando a gente não quer entender...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Importa-se que eu termine de falar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... desculpe lá, deixe-me interrompê-la. Quando a gente não quer entender...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Eu preferia continuar e depois dizia-me, por favor.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... não entende. E eu creio que a senhora Deputada não está a querer entender. Diga-me a que horas é que, com a Sessão Solene...” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “É o que estou a tentar fazer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... deixe-me só dizer... que vem desde o dia 25 de Abril, e já lá vão quarenta e tal anos, a que horas é que a senhora propõe que eu convoque a Assembleia?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “É exatamente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Diga-me, a que horas?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... era exatamente essa a continuidade do discurso, antes de ter interrompido. E seria, se nós vamos estar aqui para a Sessão Solene. Vamos imaginar, das 09h00 às 11h00 estamos aqui para a Sessão Solene. Porque é que

estaremos aqui... não serão 11h00, claro que não... Das 09h00 às 13h00 estamos aqui para a Sessão Solene. Isso é possível. Mas, estarmos aqui, das 09h00 às 13h00, para a Assembleia Municipal, não é. Alguém que me explique esta questão. Porque estão-me a dizer que não há tempo para a Assembleia Municipal que vai demorar, provavelmente, o mesmo tempo que a Sessão Solene. Portanto, qual é o motivo, além de não se querer realizar a Assembleia Municipal? Quanto aos Presidentes... Aqui, o que foi proposto, foi uma moção da Assembleia. Uma moção da Assembleia extraordinária quanto ao 25 de Abril. Eu não tenho, que é uma questão que parece que está aqui a surgir muito, que é perguntarem-me o que é que eu quero. E eu volto a repetir algo que disse de manhã, que é: nós, todos e todas, fomos eleitos e eleitas para cumprir uma função. Eu não tenho que querer. Eu propus à Assembleia uma moção que foi aprovada. Eu não vou ficar com a responsabilidade, porque não acho que tenho essa autoridade, de ir contra uma Assembleia inteira. Acho que a Mesa também não o deveria fazer. Portanto, não aceito uma proposta que é ir contra a decisão que foi aqui feita. Preciso mesmo que me esclareçam qual é a diferença de tempos de uma Assembleia ou de uma Sessão Solene, tendo em conta que a Assembleia terá um único ponto que é os grupos parlamentares falarem. Se for dado cinco minutos a cada um, os cinco minutos serão iguais, chame-se Assembleia ou Sessão Solene. Portanto, aquilo que existe é uma negação da Assembleia e ser o Executivo a criar a atividade?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Ó senhora Deputada... ó senhor Dr., eu já lhe dou a palavra. Ó senhora Deputada eu..." -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** "Peço desculpa, só uma coisa. Estas questões foram faladas em reunião, sim. E nós, enquanto líderes parlamentares, ficámos de ter uma resposta. Inclusivamente, quanto às senhas, não foi dito que era ilegal. Foi dito que se ia ver se seria ou não legal. Obviamente, se isto não foi feito, eu, como pessoa eleita pelos cidadãos, tenho que trazer aqui a questão. Porque não há outro espaço que tenha sido fornecido para haver este debate. Se não há outra Assembleia antes, que foi o que nos foi dito, diretamente, na reunião, tinha que vir para aqui. Tenho muita pena, acreditem, estar a ocupar este tempo. Mas este tempo tem a ver... Este tempo tem a ver com algo que todos vocês e todas vocês votaram..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Ó senhora Deputada, à meia noite..." -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “... e há aqui um desrespeito muito grande àquilo que foi votado na Assembleia.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... vamos estar a discutir o 25 de Abril.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Há meses que poderia ter sido planeado e não foi por falta de vontade.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Estávamos ali a trocar umas impressões com a liderança de bancada...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Faça o favor. Todos os contributos são bons.”

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “Estávamos ali a trocar umas impressões. É assim. Pronto. Já se viu que há aqui um problema relativamente a uma moção que foi votada. Eu não estava cá, confesso. Nessa altura ainda não tinha tomado posse. Mas percebi perfeitamente o que se está a passar. Obviamente que há aqui um problema e, portanto, podíamos talvez fazer, se fosse possível, se isso for exequível, uma Assembleia Municipal reduzida, seguida de uma Sessão. Isto, durante a manhã. Ou seja, fazíamos uma Assembleia, tínhamos que assumir o compromisso que ia ser muito reduzida. Fazíamos, pronto. E depois, é no mesmo espaço físico, seguia-se a cerimónia alusiva ao 25 de Abril que tem convidados. Porque, se não tivesse convidados, podíamos perfeitamente fazer exatamente a Assembleia, não é? Portanto, assumíamos aqui um compromisso. Isto para facilitar a vida aos senhores Presidentes de Junta também e ao Executivo Municipal, como é evidente. Portanto, não sei se isso é possível. Tínhamos que assumir isso. A questão das senhas também acho que é ultrapassável. Eu acho que é ultrapassável. Mas isso depende também da vontade de todos, não é? Mas, a fazer uma Assembleia reduzida, eu acho que é possível. Ou não? Uma Assembleia de uma hora, por exemplo. Para quê? Porque foi aprovada. Foi aprovada. O problema está aí. E, portanto, se abirmos aqui o tal precedente... Eu acho que tem que haver aqui bom senso, porque, senão, não passamos daqui. Não é só o problema da senhora Deputada não abdicar. É o problema que foi a Assembleia que votou. Portanto, estamos aqui nesta situação. Tem que haver uma Assembleia Municipal.” -----

- **Jorge Escalera, Secretário da Junta de Freguesia de Pousade e Albardo (PG):** “Boa tarde, senhor Presidente da Mesa. Boa tarde, senhores Deputados. Acho que se está

aqui, há cerca de duas horas, a discutir o sexo dos Anjos e não se resolve rigorosamente nada. Está aqui perder, toda a gente, tempo, com uma coisa que não tem pés nem cabeça. Já vi que os senhores Deputados, eu não estava cá, não votei nesta moção, que será recomendação, não sei. Já vi que toda a gente votou mal ou não pensou no que votou e agora está toda a gente: Ai, Ai, Ai, Ai, Ai! A minha proposta será que, quem terá intervenção nesta situação, que vote se dia 25 quer cá estar ou não quer cá estar. Seja os presidentes dos grupos parlamentares e os independentes. Votem se querem cá estar, se não querem cá estar. Como isto é democracia, a maioria penso que vence. Agora, acho que vocês devem votar e acabar com esta discussão do sexo dos Anjos, que isto não tem pés nem cabeça e é vergonhoso para quem aqui está. Está bem? Com licença, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Há aqui uma questão, Dr. Luciano Calheiros, há aqui uma questão logística. Ontem, houve aqui uma reunião às 17h00 da tarde, que acabou eram quase 21h00 horas. Olhe, foi à hora que eu lhe liguei, 08h45. E depois é preciso mudar toda a sala. Portanto, para fazermos uma Assembleia às 09h00 da manhã. É preciso que das 09h00 às 10h00 depois se altere toda a estrutura da sala, porque há convidados. Eu não entendo, sinceramente que não entendo como é que uma moção não pode ser alterada por ter sido aprovada uma moção. Ó senhora Deputada, nunca, na Assembleia da República, se altera uma lei, no seu entendimento, que deve ser um entendimento extremista. Não é o meu entendimento que é legalista. E agora vou ser muito direto consigo. Vai ler a Lei 169, que ainda há bocado o Dr. Carlos Chaves Monteiro invocou, está a maior parte dela revogada. Ou seja, alteram-se as leis, não percebo como é que não se altera uma moção! É que eu, sinceramente, não entendo. Agora, se a senhora estiver, peço-lhe desculpa, populista, que tem que ser assim, que tem que ser assim, a Mesa não vai convocar nenhuma Assembleia. E os senhores, depois, tomem a atitude que quiserem com a Mesa. A minha proposta é muito simples: aquela moção fica sem efeito e, durante a Sessão Solene (fui perguntar agora ao senhor Presidente da Câmara) que começará às 10h00, 10h00 e pico, os grupos parlamentares e um representante falam. Esta é a minha proposta. Se não for aceite, não há Assembleia no dia 25 de Abril. A Mesa assume todas as consequências. É para isso que a Mesa foi eleita. É para isso que a Mesa assume as

consequências. Totais. E digo-lhe, não tenho problemas nenhuns de me ir embora. Depois, a senhora vem para cá. A senhora, depois, vem para cá. Se acha que faz melhor, tem toda a razão, venha para cá. Não, eu também não percebo! Eu não percebo como é que a senhora vem aqui invocar que uma moção não pode ser alterada, se até as leis são alteradas.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “É pá, eu peço imensa desculpa. Mas não é possível para mim ficar no lugar e ouvir coisas que eu nunca disse. Eu nunca afirmei aqui que a moção não poderia ser debatida. O que eu disse foi: eu não me sinto na autoridade de ir contra toda a Assembleia Municipal. Se querem votar a moção novamente, ok. Eu nunca disse que a moção não poderia ser votada. O que eu digo é: eu, eu enquanto Deputada, não vou contra uma decisão que foi feita na Assembleia Municipal. E a questão é toda essa. Porque é que não foi feito a tempo dos Deputados e as Deputadas poderem dar a sua opinião quanto ao que foi votado? Porque não haveria nenhuma desta questão se tivesse sido cumprido o tempo e toda a gente tivesse sido ouvida. Volto a repetir, agradeço que a Mesa não coloque palavras na minha boca.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, nunca foi minha intenção colocar palavras na sua boca. Agora, a senhora Deputada também não me impede, não me impede de eu fazer a interpretação que eu entendo que é justa das suas intervenções. Ai, isso aí, também escusa de estar com essa conversa. Senhor Deputado, faz favor. Senhor Deputado José Valbom, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, boa tarde. Ponto um, não sei se uma moção se pode anular ou não. Não sei. Sei que hoje esta Assembleia pode dizer que o próximo 25 de Abril vai decorrer desta forma ou de outra. A que eu proponho, a que eu voto é: vamos todos falar na Sessão Solene do 25 de Abril, segundo a metodologia que está aqui em discussão. Acho que já é um avanço em relação ao que se costumava fazer, expeto uma vez que o Dr. Álvaro também fez isto parecido. E, em relação à moção, a Mesa pede um parecer de como é que, juridicamente, vamos resolver o problema da sua moção. Aceitam que isso vá a votação? E resolvemos o problema do 25 de Abril de 2023 e, o 25 de Abril de 2024, fica em aberto pela sua moção. Perguntamos se se pode votar outra vez, se alguém, algum grupo pode outra vez levantar este problema. Isto, juridicamente, há de se resolver. A CCDR sabe. E resolvemos o problema do 25 de Abril. Senão, estamos

aqui até a meia-noite, hoje. Concordam? E depois vemos o que é que se faz à sua moção. Eu não estou a desrespeitar a sua moção. A sua, minha, de toda a gente. De toda a gente. Mas... mas aceita essa proposta? Aceita essa proposta? Pronto, então vamos fazer isto. Resolvemos o problema do 25 de Abril de 2023. O problema do 25 de Abril de 2024, 2025 e seguintes vamos resolvê-los com um parecer jurídico e está o assunto resolvido. Certo?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhores Deputados... senhores Deputados... senhores Deputados, eu vou propor... eu vou propor... Eu vou propor à Assembleia, eu vou propor à Assembleia, se concorda... então, agora é diferente. Eu vou propor à Assembleia, e a seguir vou pedir um parecer à CCDR, eu vou propor à Assembleia se concorda, e vou pôr à votação, se concorda que na Sessão Solene do dia 25 de Abril tenham intervenção os seis grupos e um representante dos independentes, como eles já concordaram. O que eu proponho é isto. A proposta é esta: se o plenário concorda que as intervenções sejam feitas na Sessão Solene do dia 25 de Abril. E eu, a seguir, vou pedir à CCDRC... Mas vou pedir outros pareceres também... Ó senhor Deputado, espere lá, já me tinha pedido ali a palavra e eu já me estava a esquecer. Peço-lhe desculpa. Estas duas intervenções e depois pomos à votação.” -----

- **José Carlos Alexandre, Deputado (PSD):** “boa tarde a todos, é muito rápido. É mesmo só uma questão, uma dúvida jurídica. A mim parece-me evidente que se pode, obviamente, voltar atrás numa decisão. Não há nada Eterno. E se a maioria entende que tomou uma decisão errada, obviamente que a pode corrigir. Isso, a mim, parece-me óbvio. Mas também já foi aqui levantada uma questão que é: há uma ordem do dia que está definida, não é? Se queremos votar este assunto, não tem que se propor, primeiro, senhor Presidente, alteração da ordem do dia? Ah, porque é assim, ou seja, não se pode introduzir este ponto... pronto, era só essa a questão, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... de qualquer modo, agradeço a vossa opinião, são todas sempre... até porque me podia esquecer e não me teria esquecido. Pronto. Mas era nesse sentido. Portanto, duas propostas. Alterar a ordem do dia no sentido de se poder votar a moção que a Mesa apresenta de os grupos parlamentares, os seis, e um independente intervirem na Sessão Solene. Esta é a votação para alterar a ordem do dia... Ó Miguel, ó engenheiro, desculpe lá. Ou para dentro ou para fora. Muito

obrigado (...) Temos que contar as filas (...) Não. Agora é a alteração da ordem do dia. Ó senhora Deputada! Ó senhora Deputada, faça-me um favor, sente-se. Desculpe lá. (...) Temos que contar agora, saiu muita gente. (...) Ó senhores Deputados... ó Zé António, por favor! Não houve nenhum voto contra, não houve nenhuma abstenção. Como não sabemos quantos Deputados estão na sala, tenho que pedir os votos a favor, que é óbvio.” -----

- **Resultado da votação de alteração à Ordem do Dia.** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e cinco votos. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agora, aprovada a ordem, então a proposta é: na Sessão Solene do dia 25 de Abril haver intervenções dos seis grupos e de um representante dos deputados independentes.” -----

- **Resultado da votação da Proposta da Mesa.** -----

- Aprovada, por maioria, com trinta votos a favor, vinte e três abstenções e dois votos contra. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declarações de voto. Rapidamente, senhor Deputado.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Muito rápido, que este assunto já satura todos os presentes. Mas só relembrar que nesta moção, também fui eu que vim fazer a declaração de voto do PG. Nós votámos, na maioria do grupo, contra a moção inicial, precisamente pelos moldes de implementação da mesma, que deviam ser melhor pensados e definidos em consenso. O tempo deu-nos razão. E aqui estamos hoje a tomar esta decisão, que demorou mais tempo do que era suposto. Obrigado.” -----

- **Luciano Calheiros Gomes, Deputado (PSD):** “A declaração de voto é minha, é pessoal, pelo facto de eu não ter estado nessa... eu não estava cá ainda nessa Assembleia em que foi votada essa Moção e acho que foi votada prematuramente. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Só um bocadinho. Dr. João Correia, quer fazer uma declaração? Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, eu tenho que fazer uma declaração de voto, até porque estivemos envolvidos, eu, como líder da bancada, tivemos envolvidos, de alguma forma, numa tentativa de resolver a situação de forma mais célere do que aquilo que aconteceu nesta tarde. Mas tivemos que nos abster, porque eu tenho algumas dúvidas, do ponto de vista legal, da decisão que, neste momento, tomamos aqui, atendendo a que estamos a abrir um precedente. Obviamente que cada moção pode ser sempre a anulada por outra moção que venha a ser votada. Mas aqui acho que foi, de forma prematura, anulada uma moção que aqui decidimos. Mal ou bem foi decidida. E, portanto, tenho essa dúvida legal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradeço as suas palavras. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Hugo Fernandes, Deputado (PSD):** “Em nome da bancada, o nosso voto foi abster-se, uma vez que a decisão já estava tomada, porque o senhor Presidente tinha dito que, passasse ou não, não ia convocá-la. Portanto, era escusada esta votação. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor. Peço desculpa, já me estava a esquecer.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Boa tarde a todos. Considera-se cumprimentados por economia de tempo. A minha declaração de voto, a título pessoal, eu abster-me na votação. Quando votámos a moção anterior, eu acreditei nela e acreditei na importância que tem a realização de uma Sessão Extraordinária na Assembleia Municipal no dia 25 de Abril. Pelos vistos, nem todos entendem assim. Nem todos acham que é importante haver uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal no 25 de Abril, ou porque desvalorizam o órgão, ou seja lá pelo que for, por incapacidade da sua realização. E, portanto, a abstenção serviu, no fundo, para a salvar a situação, uma vez que todos já percebemos, conforme já aqui disse o Deputado que me antecedeu, que, de qualquer das maneiras, não iria acontecer. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Declaração de voto? Não, não. Colocar questões agora não.” -----

- **Helena Barroso Saraiva, Deputada (PSD):** “Uma questão legal...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Neste momento é só declaração de voto.” ----

- **Helena Barroso Saraiva, Deputada (PSD):** “Senhor Presidente, a alteração à ordem do dia pode ser feita depois de começar a reunião? É a minha pergunta.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Acho que sim, em qualquer altura. Não vejo nenhum problema.” -----

- **Helena Barroso Saraiva, Deputada (PSD):** “De acordo com o Código do Procedimento Administrativo, não. É antes do início da reunião. Portanto, eu deixo essa questão para aclararem e aprofundarem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ok. De qualquer maneira, agradeço. Passamos aos três temas do Partido Socialista. Ó senhor Deputado, «Qual o futuro da Guarda» quem é que intervém neste tema? Senhor Deputado João Vaz, faz favor.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Novamente, boa tarde a todos. Venho aqui hoje falar sobre qual é o futuro da Guarda. O futuro da Guarda, como o de qualquer outro concelho, são os seus jovens. Hoje já ouvimos falar de vários problemas que têm afetado os jovens do nosso concelho em particular, desde a habitação até aos transportes. Se um jovem estiver preso em casa dos pais, se não conseguir adquirir casa própria, se não se puder emancipar na Guarda, então, qual o futuro da Guarda? Se um jovem quiser vir estudar para a Guarda, mas não conseguir uma habitação com condições condignas e a um preço acessível, então, qual é o futuro da Guarda? Se um jovem não tiver a garantia, nos transportes públicos da nossa cidade, que chegará a tempo ao trabalho ou que chegará a tempo uma aula ou que chegará a tempo a um teste, então, qual é que é o futuro da Guarda? Mas o problema começa a montante e está espalhado pelas várias escolas da nossa cidade. Ouvimos aqui de manhã que tanto as obras da escola de S. Miguel, como da Sé, não avançam por falta de financiamento, no tradicional dito e desdito, e a Bárbara perguntou e eu também gostava de ver esclarecido, qual é que é então a opinião do senhor Presidente em relação à Escola de S. Miguel. Se a UEPS quiser instalar lá a sede,

vai ou não vai ceder a escola para a UEPS instalar lá a sede? É uma pergunta de sim ou não. É simples. Continuando, na Escola Secundária Afonso de Albuquerque, felizmente o Executivo teve em atenção a chamada de atenção do Partido Socialista e, num ato de já habitual show-off, rapidamente fez uma limpeza à cozinha, dotou a cantina de assistentes operacionais dos serviços e chamou a comunicação social para mostrar o excelente serviço que era prestado aos alunos naquela escola. Acontece que, passado uns meses, hoje em dia, e utilizando uma expressão que o senhor Presidente tanto gosta, estando o cozinheiro, pasmem-se, em teletrabalho, a qualidade da comida voltou a diminuir drasticamente. O cozinheiro não tem só por função cozinhar os alimentos, também tem que garantir a qualidade dos mesmos alimentos, a higiene dos equipamentos e a coordenação dos restantes assistentes operacionais. A ausência do cozinheiro fez com que a situação da higiene daquela cozinha se degradasse tanto ao ponto de, durante dias, as refeições serem confecionadas na cozinha do município e serem servidas aos estudantes daquela cantina em pratos descartáveis e em talheres descartáveis. Afinal, quinhentas refeições servidas diariamente não merecem a contratação de um cozinheiro? E o resultado positivo que a cantina dá, que antes era utilizado na gestão da escola pela Direção, e que agora é da Câmara, não seria dinheiro que poderia ser utilizado para a contratação de um cozinheiro? Passemos, agora, então, à Santa Clara. Temos conhecimento de vários constrangimentos que tem havido na Santa Clara, quer a nível da segurança das crianças, quer a nível dos próprios serviços que são disponibilizados às crianças. Pelo que sabemos atualmente, há nove assistentes operacionais alocados a esta escola. Estão acima do rácio legal. Sim, é verdade. Mas façamos este exercício. Com a cantina, se colocarmos lá três ou quatro assistentes operacionais, pusermos mais um no bar, mais um na portaria, um na papelaria, um na biblioteca, quem é que fica a cuidar das crianças? E os funcionários não têm direito a férias? Parece-me a mim que claramente faltam assistentes operacionais nesta escola. E não nos podemos esconder atrás da questão dos rácios. Os rácios são mínimos, nada impede de ter números acima dos rácios. E, claramente, isto tem sido algo que tem sido necessário. Os encarregados de educação têm reivindicado e acho que era importante ser dada a essa atenção. Afinal, o Município quer ou não quer uma escola pública de qualidade? Para isso não chega a distribuição de cheques pelos encarregados de educação, comprar fichas de atividades, fazer umas festas de diplomas de mérito. É

preciso haver algo mais concreto. É preciso responder às necessidades que há. Se um jovem não puder ter a garantia da sua própria educação e da educação dos seus futuros filhos, então, qual o futuro da Guarda? Os jovens da Guarda têm vigor, são resilientes, têm um enorme carinho pela nossa cidade, mas também se cansam. Se não podemos contar com o Executivo, qual o futuro da Guarda?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado pela sua intervenção. O ponto dois, senhor Eng.º Miguel Borges, é «Que caminhos para a Guarda». Senhor Deputado, peço-lhe a sua capacidade de síntese. Muito obrigado.” ---

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Sim. Renovo, então, os meus cumprimentos. Que caminhos para a Guarda? Já todos ouvimos dizer que o caminho faz-se caminhando, estando implícito que não existem caminhos feitos, pré-definidos. Somos nós que os fazemos com a nossa vontade de ir para outro lugar. Esta conceção é também aplicável às opções políticas. Não existem escolhas disponíveis num cardápio, nem opções pré-existentes. Os caminhos, também na política, fazem-se caminhando. Fazem-se pelas opções dos atores. Mas os caminhos também podem ser feitos a diversos ritmos, mais devagar, com cautela, ou mais depressa, com mais riscos ou, às vezes, mesmo, recuando. Ora, no nosso concelho, parece mesmo que, com esta Câmara, o caminho se tem feito mais de recuos do que de avanços. No caso da cultura, a Câmara escolheu o caminho, ou seja, um plano plurianual de atividades que deveria ter resultado de um diagnóstico e uma opção política. E candidatou esse plano para ser objeto de apoio pela DG Artes. Mas, na altura de contratualizar o apoio e dar corpo às intenções, passando-as a compromisso firme, eis que resolve recuar. Podia ser um recuo isolado, daqueles de que, às vezes, também se fazem os caminhos. Mas depois vieram os transportes. Depois de mais de um ano com o dossier em mãos, depois de anúncios na empresa e de comunicações sobre o novíssimo e revolucionário STUG, Serviço de Transportes Urbanos da Guarda, ao fim de alguns dias a Câmara decide um recuo. Porque, afinal, o STUG não serve as necessidades da população que reclamou dos horários desadequados, da falta de informação fiável, das rotas que não são adequadas. Enfim, de um caminho que não vai a lado nenhum. Entretanto, de recuo em recuo, ficámos também a saber qual o caminho para a FIT. E, assim, a feira, que meses antes era, e cito o senhor Presidente de Câmara, “uma marca e uma referência nacional e ibérica no

turismo de interior”, vê o seu caminho redundar num recuo. Como recuo foi aquilo a que assistimos com a divulgação dos resultados das candidaturas das autarquias aos apoios do Estado central, para aquisição e reabilitação de imóveis para arrendamento acessível. Quando o diagnóstico do país nos dá conta que o mercado de arrendamento tem falta de casas para as necessidades atuais dos portugueses; quando os operadores imobiliários nos dizem que a Guarda tem falta de casas para arrendar, o que se traduz numa barreira à vinda de quadros técnicos e de estudantes para o concelho; quando a Covilhã se candidata a 7 milhões de euros para o arrendamento acessível, o Fundão a 30 milhões e Viseu a 45 milhões, a Guarda recua e candidata uns magros 485 mil euros. E, assim, de recuo em recuo, se vai comprometendo a credibilidade e as opções estratégicas da Guarda. Porque candidatar-se a um apoio e depois recusá-lo, descredibiliza o Município. Agendar um evento e desmarcá-lo a três meses da data da realização, gera aquilo a que os operadores económicos mais aversão têm: instabilidade. E porque deixar passar ao lado uma oportunidade de requalificar e revitalizar, nem que fosse uma parte do Centro Histórico, frustra as expectativas de muitos guardenses que assistem, com enorme tristeza e sensação de impotência, à degradação daquela zona da cidade. Queremos que a Guarda dê oportunidades aos que cá vivem e seja atrativa para que outros venham. Mas, para que tal aconteça, temos de nos pôr ao caminho, com os olhos bem levantados e postos no ponto para onde queremos ir. Mesmo uma grande caminhada começa com um primeiro passo. Queremos, precisamos ver a Guarda dar esse passo. De preferência, em frente. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Miguel Borges, ultrapassaram em um minuto e cinquenta e oito. De qualquer modo, o Bloco ultrapassou em dois e cinco, o PSD em dois e três, e, o PG, em dois e trinta e seis. Se quiser aproveitar, para o último tema, «Guarda hoje»... Prescindem? Pronto, muito obrigado. De qualquer maneira, havia tempo. Passamos, então, ao Ponto 2... Peço desculpa.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Boa tarde a todas e a todos, uma vez mais. E, em si, senhor Presidente, cumprimento toda a sala. Muito telegraficamente. Até porque, durante a parte da manhã, já não tive tempo para agradecer as palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa. De

facto, o Carnaval só teve o sucesso que teve graças ao envolvimento de tanta e tanta gente. E agradecer, uma vez mais, às Juntas de Freguesia, às Associações, à comunidade educativa, aos funcionários do Município. Estamos a falar em mais de cinco mil pessoas envolvidas durante todos aqueles dias. Só dessa forma é que nós conseguimos fazer um grande evento. O Julgamento do Galo, essa grande marca que já é da Guarda. Uma tradição com vinte e dois anos. Honra a quem, à época, ousou pensar e criar esta grande iniciativa e que culminou, este ano, com cerca de dez mil pessoas no desfile e no Julgamento do Galo. É, de facto, uma marca, um evento que tem muitas pernas para andar. Afinal de contas, é afirmar a nossa cultura, a nossa cultura mais tradicional, seja de Famalicão da Serra, seja de Pousade. Foi aí que, ao que me dizem, à época, foram beber todas aquelas boas tradições. Este é, de facto, um dos bons caminhos também da cultura na nossa cidade. E é caso para dizer que estamos efetivamente no bom caminho. Falou também na questão da Portaria da ajuda à agricultura. Sei bem aquilo que falei com alguns membros do Governo, sei bem aquilo que falei para alguma comunicação social nacional e regional também, tal como alguns dos meus colegas do Parque Natural da Serra da Estrela e dos outros oito municípios de todo o país que sofreram com o flagelo dos incêndios. E, felizmente, veio essa boa notícia esta semana. Foi-me transmitida, na passada semana, pelo telefone, de facto, para que esses apoios possam agora ser distribuídos. Mas aquilo que pedimos é que haja menos burocracia. Porque, se todas aquelas centenas e centenas de pessoas, que tiveram que carregar os dados, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia são testemunhas disso, tiveram que carregar aqueles dados todos, à pressa, lá no portal, que não me recordo agora o nome, e agora vão ter que carregar outra vez. Aquilo que nós pedimos é que sejam as coisas perfeitamente agilizadas e que se diminua a burocracia. Porque, senão, então, os apoios de facto vão ser muito, muito poucos. Sobre... bom, continuamos a ouvir aqui a política do bota-abaixo, a profecia da desgraça. Enfim, é o costume, aquilo a que já estamos habituados. Bom, mas há aqui um assunto que eu devo falar, naturalmente que sim. Águas do Vale do Tejo. Já se falou aqui no dinheiro do SMAS. Eu era o Presidente do SMAS, durante quatro anos. Deixei lá 8 milhões de euros. Só restaram 6 milhões e meio. Da noite para o dia, como eu já disse aqui várias vezes, a Câmara da Guarda perdeu 1 milhão e meio de euros, daquele dinheiro que o SMAS amealhou, à época, por causa de não ter respondido a um processo em tribunal dentro dos prazos. Esta é a verdade dos

factos. Bom, mas... senhor Presidente, volto a ser interrompido outra vez? É mais do mesmo. É a recorrência. É mais forte. É mais forte. Mas, dizia eu, no que diz respeito à dívida. A dívida, à época, senhor Deputado, não está calculada. Olhe, se fosse para se pagar tudo aquilo que as Águas exigem nos tribunais, já estaríamos bem acima dos 40, se calhar já a caminho dos 45 milhões de euros. Desde janeiro de 2018 que esta casa paga, religiosamente, as faturas da água na íntegra e 80% das faturas do saneamento. É assim que acontece. E, portanto, eu recorde-me que, em 2019, sensivelmente, no final de 2019, início 2020, a possível dívida, aquilo que era exigido pelas Águas, mas que o município da Guarda nunca assumiu, nem nunca assumirá, estaríamos próximos dos 35 milhões de euros. Bom, fazendo as contas de lá para cá, tantos milhões de euros, entre os juros vencidos, os juros vincendos, a pequena parte do capital... Ah, outra questão, é que, quando nós chegámos, em outubro de 2021, os 20% do saneamento que não eram pagos, estavam perdidos. E houve uma ordem que nós demos aos técnicos, e bem hajam por terem feito isso desde a primeira hora, aqueles 20% que não são pagos, são consignados numa conta à parte. Porque, efetivamente, eles podem ou não ser devidos, em função das decisões em tribunal. Bom, mas houve uma primeira decisão no Tribunal Arbitral, houve uma segunda decisão do Tribunal Arbitral. Neste momento, correm termos para um pedido de anulação da decisão do Tribunal Arbitral e, portanto, é completamente extemporâneo estarmos a falar aqui, no que quer que seja, sobre essas decisões. Está marcada, para breve, uma reunião com a tutela governamental, para se questionar como é que isto se vai resolver, se é efetivamente nos Tribunais Arbitrais ou nos Administrativos. E corremos o risco de andarmos, desculpem o termo, mas acho que é bem apropriado, de andarmos todos de bengala, com o devido respeito por todos, naturalmente, e o processo ainda não estar concluído. Veremos os próximos tempos o que é que ditarão sobre essa matéria. Meu caro Deputado António Oliveira, há pouco falou na questão dos custos da FIT. Eu, muito telegraficamente, falarei exatamente aquilo que disse na reunião de Câmara seguinte, depois de, na anterior, termos auscultado os senhores Vereadores de ambos os partidos. Estamos a falar num valor, calculado no início do ano, de 1 milhão, 124 mil, 487 euros e 80 cêntimos. Foram estes os valores que os técnicos nos fizeram chegar. Ou seja, claramente a caminho de 1,2 milhões de euros para a realização da Feira Ibérica de Turismo. É claro que nós queríamos fazer a Feira Ibérica de Turismo! Que ninguém tenha dúvidas. Mas não por

estes montantes. Há outras prioridades, como nós bem referimos, que nós, neste momento, pretendemos levar a efeito, que não gastar 1,2 milhões de euros na Feira Ibérica de Turismo, sem qualquer financiamento. Sem qualquer financiamento. E, resumidamente, estamos a falar do quê? Estruturas, limpeza, segurança, bilhética, comunicação, reposição da relva e dos arranjos do piso do Polis, eletricidade, combustível, extintores, horas extraordinárias, refeições, brindes, montagem e desmontagem dos stands do Município, grupos e artistas. 1 milhão e 124 mil euros. É a informação que os técnicos bem nos fizeram chegar e que nos levou a tomar aquela decisão. Bom, sobre... já falamos durante a parte da manhã, eu não vou voltar-me a repetir sobre habitação, transportes, C+S de São Miguel. Enfim, já falei sobre tudo isso. Só clarificar aqui uma coisa. O cozinheiro da Afonso Albuquerque não estava em teletrabalho. Estava em casa. Pediu autorização para poder, a partir de casa, por razões de saúde, continuar a fazer a coordenação geral dos refeitórios. Por isso é que é o Coordenador Técnico dos Refeitórios de todo o Município. Na cantina da Escola Afonso Albuquerque trabalham oito pessoas. E sabem qual é que foi o problema? A fossa entupiu. Entupiu porque a Parque Escolar, que não depende do Município, não a desentupiu atempadamente. E, por isso, aquilo que foi feito foi, verdade, senhora Vice-Presidente? Da manhã para a tarde, ou da tarde para a noite, foi tomada uma decisão de forma a que os alunos não ficassem sem as refeições. Isso é que é tomar decisões. É para isso que nós fomos eleitos e não andarmos agora aqui, de repente, a mandar bitaites para o ar, que é para ver se alguém os apanha. No que diz respeito à Santa Clara, que grande obra, senhora Vice-Presidente, estamos a fazer nos balneários. Há quantos anos os alunos da escola de Santa Clara, os Professores, o Conselho Geral do Agrupamento, reivindicava a realização de obras, para que, simplesmente, os alunos tivessem água quente. Vejam só, há tantos e tantos anos. Pois bem, essa obra está em curso. E no que diz respeito à questão dos funcionários, os problemas da descentralização. Os rácios, sim. Os Municípios não podem ultrapassar os rácios. Sabem porquê? Porque sai do bolso. Por isso é que nós dizemos que não percebemos ainda bem se isto foi a descentralização ou se foi de desresponsabilização do Estado central perante as Autarquias, para passarmos a ser tarefeiros, seja na educação, seja na sua ação social, seja em outras matérias. E, no futuro, a ver vamos. Mas, já aqui muito se falou de caminho. Este é, efetivamente, o nosso caminho. O caminho da economia, com

aquilo que já aqui foi bem referido. A inauguração do espaço tecnológico no centro histórico, no dia 27 de novembro último, no Dia da Cidade. A instalação da J3LP, aquela empresa de polimentos, de mão-de-obra mais indiferenciada, contrastando com o espaço tecnológico que é mão de obra altamente qualificada, com a Air Liquide, com a TRH, com a NTT Data. E os contratos que nós firmamos, (verdade, senhora Vereadora?) com as empresas cervejeiras na Plataforma Logística, que pagaram os seus investimentos, os lotes, e estão a fazer o caminho do projeto e dos seus financiamentos. Mas a nova unidade Remarkable da Plataforma Logística, que também lá foi inaugurada no Dia da Cidade. E aquele parque empresarial da Quinta Nova? Foi mesmo das primeiras decisões, na Estação, aquele parque empresarial. Não sei se alguns já lá foram comer a alguns restaurantes. Olhe, eu já lá fui. E gosto tanto de ir aos restaurantes todos da cidade. Os mais caros - aí menos, e os mais baratos - aí mais. Mas gosto tanto de os percorrer a todos. Mas foi das primeiras iniciativas que nós tomámos, foi pôr em marcha o licenciamento da obra daquele loteamento empresarial na Quinta Nova. E a nova unidade que nós negociámos com a Coficab, para fazer uma nova unidade com um produto característico único no mundo e que eles estão disponíveis para fornecer a todo o seu grupo e a todas as outras empresas congéneres da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos. Já para não falar no Porto Seco, que já aqui muito hoje se falou. E as IPSS's do concelho? É o caminho da área social também. Vejam só, desde que nós fomos eleitos, já apoiámos dezoito IPSS's, de uma forma efetiva, na elaboração dos projetos para poderem ir aos tais fundos do PRR. Porquê? Porque essas instituições não tinham fundos próprios para poder ambicionar fazer, seja a ampliação do seu CACI, seja do Centro de Dia, ou seja do seu Lar de Idosos. É assim que se deve trabalhar. Ouvir as pessoas e tomar decisões. 700 mil euros foi aquilo que nós não gastámos e investimos nas nossas IPSS's. 700 mil euros dava para fazer uma grande obra na nossa cidade e no nosso concelho. Mas nós decidimos o quê? Investir na nossa área social, nas nossas IPSS's, com a possível alavancagem de cerca de 20 milhões de euros de investimento. É aquele investimento com as empresas de cá. E se não forem com as de cá, que sejam algumas de fora. É isto que nós ambicionamos, que possam ser aprovados todos estes dezoito projetos para ambicionarmos ter estes 20 milhões de euros de investimento do PRR, podendo alavancar também duzentos e cinquenta postos de trabalho. Este é que é o caminho que nós devemos continuar a fazer. E o caminho do turismo? Os Passadiços do Mondego

que todos nós adoramos, que todos nós gostamos, sem exceção, naturalmente. Se ainda nem todos os visitantes visitaram, façam o favor de visitar, porque, de facto, é um excelente passeio de fim de semana. E aquela promoção que nós fizemos que, naturalmente, veio alavancar e muito. Não foi barata. Não. Custou algum dinheiro, mas foi um dinheiro bem empregue. Foi um investimento muito importante na promoção da marca Guarda, na marca dos Passadiços do Mondego e da nossa Serra da Estrela. E nós devemos, cada vez mais, e foi isso que nós começámos a fazer e continuaremos assim a fazer também, é a afirmação e a aposta nos trilhos, no pedestrianismo, nos miradouros, enfim, no turismo de natureza do nosso concelho. É isso que cada vez mais os turistas procuram. Turismo de qualidade, com boas condições e é isso que nós vamos continuar a fazer. Tal como os eventos culturais e os festivais anuais. Todos eles. Todos eles são importantes para os mais diversos setores da sociedade. Seja na Guarda, seja da região, seja do país ou aqui de Espanha, aqui bem ao lado. E essa grande marca, que já aqui hoje foi falada, senhor Deputado Oliveira, do destino gastronómico do ano. Bem-haja a toda a restauração. A mais cara, a mais barata, a mais antiga, a mais recente. Obrigado a toda a restauração do nosso concelho, mas não só, de toda a região, que levou a que, de facto, perante uma plateia de mil pessoas na Alfândega do Porto, fosse anunciado que a Guarda ganhou, efetivamente, esse prémio. Não é um prémio para os políticos. Não. É um prémio para a Guarda, para a formação da autoestima e que, de facto, vale a pena continuar a investir e a ter as casas abertas para podermos acolher, na nossa restauração, as pessoas que nos querem visitar. E, dizer, também, a afirmação daqueles espaços museológicos. Esse projeto que nós estamos a preparar com algumas Juntas de Freguesia. Os espaços museológicos não só da cidade e do mundo rural. Afinal de contas, passámos a ter uma verdadeira rede de museus no nosso concelho, aproveitando as boas práticas que já existem em algumas freguesias e catapultando, com a nossa ajuda, esses pontos de visitação. E no que dizer do caminho do desporto? Essa ambição, que nós estamos a trabalhar para isso, para podermos projetar a cidade desportiva. Mas, a cidade desportiva, devo dizer que não há um cêntimo de financiamento, no país, para a cidade desportiva. Por enquanto, o futuro a Deus pertence. Mas, continuaremos, certamente, a fazer o caminho. Mas, enquanto o caminho não está todo feito, vamos investir na melhoria das qualidades dos equipamentos desportivos da cidade e do nosso concelho. E por isso aprovámos, na última reunião de Câmara, a requalificação do

campo de Casal de Cinza, onde vamos executar um campo sintético. E sabe-se lá se, na cidade, não pode surgir exatamente a mesma coisa? E a requalificação dos outros equipamentos desportivos? O pavilhão de São Miguel? O estádio Municipal? As Piscinas Municipais? O campo do Zambito? Que já precisam, efetivamente, de uma grande recuperação. Se bem se recordam, há uns meses atrás, eu falava em 5 milhões de euros. Financiamento, até agora, não há. Temos que continuar a fazer esse caminho, sem baixar os braços. Mas há aqui uma coisa que nós gostaríamos de anunciar, aqui, hoje. Ó Dr. Valbom, pode ser mais uma medida para o folheto. Guarda, Cidade Europeia do Desporto. Temos essa ambição de que, com todas estas requalificações, podemos projetar a Guarda para que, até 2030, vejam só, será nos próximos dois Executivos à frente, mas temos essa responsabilidade hoje de começarmos a fazer esse caminho, de podermos projetar a Guarda, Cidade Europeia do Desporto, até 2030. Há um caminho muito grande a fazer. Há muita obra a fazer. Há uma reestruturação grande que tem que ser feita, mas temos que ser ambiciosos para que, ao longo dos próximos sete anos, seja possível, a Guarda ambicionar esta velha máxima, ou seja, que a Guarda se transforme, efetivamente, numa cidade do desporto tantas vezes ambicionada. Mas podemos falar também nos pavilhões que devem ser cobertos, ou os polidesportivos que devem ser cobertos, como é o caso de Gonçalo, como é o caso do Porto da Carne. E sabe-se lá se outros na cidade ou não, no futuro. Tudo isto é a nossa política, é o nosso caminho do desporto para os próximos anos. Ao nível do ambiente, tanto se pode falar do ambiente. Mas citamos apenas três fatores muito importantes. O parque biológico da Quinta da Maunça, que estamos a trabalhar nessa matéria com alguns parceiros, com o ICNF, com outras entidades. O senhor Chefe de Divisão está a trabalhar nessa matéria, para podermos alavancar os investimentos necessários, com fundos comunitários, para começarmos o caminho. E o caminho, faz-se mesmo caminhando. Nós não vamos conseguir fazer um parque biológico na Quinta da Maunça, aproveitando as boas infraestruturas que lá foram edificadas há alguns anos atrás, não é de um momento para o outro. É um caminho que se vai fazendo ao longo de anos. Mas é preciso começar a fazer esse caminho. E a reflorestação do concelho? Nós, aqui, hoje, vamos votar um ponto muito importante na ordem do dia. Já para não falar na arborização da cidade, já hoje falada também, até ao próximo dia 21 de março, plantarmos cerca de novecentas e cinquenta árvores na nossa cidade. É assim que se faz muito, também, o caminho do

ambiente. E o que diz respeito à requalificação urbana e rural? A requalificação das ruas do centro da cidade. Nós estamos a terminar obras deste quadro comunitário. E este quadro comunitário de apoio não dá nem mais um cêntimo para qualquer obra de reabilitação. É preciso acabar as que estão em curso. Mas, ao mesmo tempo, já temos perspectivas daquilo que pode ser os eixos de atuação, os eixos que podem ser apoiados no próximo quadro comunitário de apoio, no Portugal 2030. E é para isso que nós estamos a trabalhar, a requalificar as ruas degradadas dos bairros da cidade. Como as ruas do Bairro do Torrão, que lançámos, na última reunião de Câmara, cujo concurso já está a decorrer. E a requalificação dos acessos ao terminal rodoviário? Ó Dr. Valbom, mais uma para o folheto. A Rua da Treija, no Bairro da Sequeira, a Rua dos Caminhos-de-ferro, na transição entre o Bairro da Sequeira e o Bairro Nossa Senhora de Fátima, e um troço, também, da Rua do Rosmaninhal. É este caminho que nós queremos fazer na reabilitação urbana, ao mesmo tempo que continuamos a terminar as obras de requalificação, seja nos Galegos, seja em Alfarazes. E uma grande parte da cidade entra assim em obras. É um estaleiro, é verdade. Pedimos essa compreensão. Mas é o futuro que nós queremos continuar a desenhar e a a trilhar até ao fim do nosso mandato. E coisas que nos passam despercebidas, a todos nós, diariamente. A reconstrução dos muros do concelho. Os senhores Presidentes de Junta são testemunhas disso. Tantos e tantos muros que, nas últimas intempéries, ruíram no concelho. Sabem quanto é que nós recebemos de financiamento até agora, para a reconstrução dos muros ou a recuperação de caminhos por força das intempéries? Zero. A única coisa que nós estamos a conseguir fazer, e algumas intervenções já estão a ser feitas, tem a ver com as intervenções nos incêndios. O ICNF já está em curso. A APA está o projeto a terminar. O Fundo de Emergência Municipal, que só temos financiamento para 50% dos 3 milhões de euros. Mas, tudo o resto, bem se recordam do que eu aqui falei, que eram 8 milhões de euros necessários. Aquilo que nos disseram a todos os Municípios, meus senhores, a nível nacional, o FEM só pode ter 6 milhões de euros. E nós tivemos que reduzir. Pois bem, vieram as cheias de Lisboa e do Porto. Sabem quanto é que o Estado central vai atribuir às cheias de Lisboa e do Porto? 96 milhões. É esta a comparação que nós temos dos incêndios face às cheias. É bom que isto se diga e é bom que se fale a verdade de todos os factos. Mas continuaremos a lutar para que, nesses avisos das cheias, nesses avisos das intempéries, aos Presidentes de Junta de Freguesia lhes possam ser atribuídas

as verbas necessárias para recuperar os caminhos que foram destruídos nas intempéries, bem como estes muros que nós já lançámos o concurso para fazer a sua reconstrução. E a estrada da Senhora da Alagoa? Uma obra tão importante, tão necessária. Já era das poucas estradas, para não dizer a única, de ligação ao concelho vizinho, que estava num estado perfeitamente calamitoso. Parecia, efetivamente, um cenário de guerra. Não era só de agora, era desde há muitos anos. Mas nós ousámos lançar a obra e ousamos reconstruir ou reabilitar aquela estrada, cuja consignação foi assinada no passado fim de semana. E os parques infantis? Recordam-se das multas da ASAE? Mais de 100 mil euros que os nossos juristas lá estão a fazer a análise possível para ver se, como, infelizmente, algumas das Juntas de Freguesia, para ver se não pagamos as multas, se aceitam as nossas justificações. Mas tivemos que lançar mão de um concurso para reabilitar os primeiros quatro parques infantis da cidade, num montante de cerca de 300 mil euros. É este o caminho da reabilitação que nós estamos a fazer. E tantas e tantas outras estradas e tantos e tantos outros caminhos que há para pavimentar, para requalificar, seja na cidade, ou seja no nosso concelho. Já para não falar em dois aspetos ou três muito importantes. A variante da “Ti Joaquina”, continuamos a trabalhar no assunto. Em breve falaremos, certamente, sobre tudo isso. A revisão do PDM, em que os técnicos, diariamente, estão nas reuniões com as entidades, nas concertações necessárias para que isso possa ser uma realidade no curto prazo. E a Avenida de São Miguel e o Bonfim, para o qual estamos também a trabalhar essa necessidade, seja na cidade alta, seja na cidade baixa? Eu passo lá todos os dias e, de facto, é mais do que evidente. Mas, para isso, é preciso fazer o projeto e lançar a obra. E nós, é esse o caminho que nós continuaremos a fazer. E aquilo que nós chamamos, e que nós chamaremos, o Plano de Revitalização do Centro Histórico? Esse plano é tão simples ou tão complexo que está em curso, desde a última reunião de Câmara, a elaboração de um regulamento para o apoio à reabilitação dos edificados nos núcleos históricos da nossa cidade e dos aglomerados rurais também, para as coberturas e para as fechadas. Esta é uma dessas medidas do Plano de Revitalização do nosso Centro Histórico. Tal como os novos projetos para a reabilitação dos edifícios públicos municipais. Já existiam alguns, adquirimos alguns mais ao longo do último ano. E é para isso que nós estamos a continuar a trabalhar para este Plano de Revitalização do Centro Histórico. Tal como os novos projetos, já aqui hoje falamos, da habitação, seja pública,

seja da iniciativa privada e que nós podemos ajudar a alavancar. É desta forma que nós, certamente, ao longo dos próximos anos, iremos conseguir alavancar este Plano de Revitalização do Centro Histórico, a vários níveis, com políticas públicas e com políticas privadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Dois minutos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dois minutos, é isso mesmo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Tal como dizer, também, dos novos regulamentos que estão em estudo. Sem regulamentos, há muitas políticas municipais que não podem ser implementadas. E este é um passo, verdadeiramente, para a democratização de alguns setores. Estou a falar concretamente do Conselho Municipal do Desporto, do Conselho Municipal da Cultura, onde nós queremos sentar à mesma mesa todas as associações, em razão do setor respetivo, para ali se poder dialogar e definir as verdadeiras políticas públicas setoriais do nosso município. Sem tabus. Mas queremos ouvir todas as pessoas, seja na área do desporto, seja na área da cultura. E o mesmo dizer à revisão, já aqui hoje foi falado desse assunto também, a revisão do apoio às associações culturais, desportivas e juvenis. Há um regulamento de apoio às associações culturais e desportivas, que já existe desde 2014. Pois bem, passados nove anos, é altura de fazer essa revisão. Já está maduro o regulamento. E depois de nós ouvirmos algumas considerações de muitas pessoas, de muitas pessoas da sociedade civil e de muitas associações, está na altura de ser revisto e incorporar, neste regulamento, aquele outro processo. Existe um outro regulamento de apoio às associações juvenis, que existe nesta casa desde 2012, mas nunca foi aplicado. Nunca foi aplicado. Pois bem, decorre, neste momento, um processo, para fusão destes dois regulamentos, para que todas estas associações, com a máxima equidade, em razão da sua matéria específica, possam ser apoiadas. E, no que diz respeito à educação, é aquilo que nós já falámos e que está no nosso orçamento e que está no nosso programa eleitoral. É a reabilitação, a aposta firme na reabilitação das escolas do primeiro ciclo que estão em funcionamento. São as tais cinquenta bolsas de estudo. Posso-vos dizer que, na região, não há nenhuma Câmara Municipal que o tenha feito. E no país há muito

poucas que tenham tido esta ambição de investir 160 mil euros na sua juventude, na sua educação, atribuindo estas cinquenta bolsas que, de uma forma efetiva, agora sim, esses cinquenta alunos podem ter aqui uma grande ajuda para concretizar os seus estudos no ensino superior. Já para não falar no mobiliário da escola da Sé, que tivemos que lançar um concurso de meio milhão de euros para apetrechar a escola com esse investimento. E a creche de Gonçalo, que a primeira candidatura, foi chumbada, do PRR. Vejam só, o PRR não aprova tudo. A primeira candidatura foi chumbada. Mas já lá está a segunda e esperemos que seja aprovada. Enfim, um conjunto de intervenções, porque algumas delas não estão sinalizadas, algumas outras não estão sinalizadas como prioritárias pelo Ministério da Educação, pela DGEstE. É esse caminho que nós estamos a continuar a fazer. Porque foram daquelas coisas que, na centralização de competências, se perderam num ápice, simplesmente por uma decisão de um qualquer escritório público, seja em Coimbra, seja em Lisboa, ou seja no Porto. Veremos os próximos tempos o que é que ditarão, no que diz respeito a apoio para a reabilitação das nossas escolas, sejam aquelas que nós já tínhamos a cargo já há alguns anos, sejam as restantes que vieram agora com a descentralização de competências. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Passamos, agora, aos pontos da ordem do dia.” -----

Ponto 2.2 - Alteração orçamental modificativa - primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2023 - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja falar? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “. Boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes nesta Assembleia. Neste ponto, o que está em causa, efetivamente, é a necessidade de proceder a uma alteração orçamental que resulta da incorporação do saldo de gerência, resultante da execução orçamental de 2022, no valor de 11 milhões, 824 mil e 216 euros e 43 cêntimos, exatamente. Este resultado traduz a correção e sensatez das decisões do Executivo e das boas práticas de

gestão dos fundos públicos, abstendo-se, como aqui foi demonstrado com a intervenção do senhor Presidente de Câmara, de aventuras e despesismos desnecessários. A par da preocupação com esta gestão financeira, eficiente e equilibrada, estamos absolutamente convictos de que este Executivo tem presente que toda a cidade e o concelho necessitam efetivamente de requalificações, de novas infraestruturas, em suma, necessitam de investimento, sem nunca perder de vista a preocupação com o reforço da atratividade dos nossos territórios. Todos sabemos ser importante atrair mais pessoas e mais empresas. Com esta folga orçamental e considerando a conjuntura económica atual imprevisível, serão importantes boas decisões. Importa investir este excedente, mas, acima de tudo, investi-lo bem. E algumas das decisões já foram também aqui elencadas pelo senhor Presidente. De maneira que, para concluir, é só manifestar que o grupo municipal do Movimento pela Guarda está absolutamente convicto de que este Executivo mobilizará esforços, como tem feito até aqui, para continuar a zelar pela melhoria das condições de vida e pelo futuro das nossas populações. Muito obrigada.”

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Ricardo.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde. Peço à Mesa que me dispense dos cumprimentos protocolares. Bem, este documento que nós aqui temos, ao fim e ao cabo, decorre da lei, a integração do saldo de gerência. Quanto a isso, não há nada a dizer. No entanto, acho que este Executivo perdeu uma boa oportunidade de cair na realidade. Senão vejamos. O orçamento anterior era, sensivelmente e de grosso modo, de 68 milhões de euros. Mais 12 do saldo de gerência, perfaz um total aproximado dos 80 milhões de euros. Se a memória não me traiçoa, este terá sido o segundo maior orçamento desde que o regime democrático impera em Portugal, desde o 25 de Abril que hoje tanta celeuma aqui deu nesta sala. Ou seja, este é o segundo maior orçamento que nós temos em democracia. E todos nós sabemos aquilo que aconteceu com esses orçamentos inflacionados que o Partido Socialista tinha no passado, é que as taxas de execução eram muito baixas. Mas, sendo assim, este Executivo acredita que, entre as receitas que vêm da tutela, mais as receitas próprias das taxas e outras situações semelhantes, portanto, pode acomodar 80 milhões de euros. Ou seja, tem 80 milhões de euros disponíveis para investir, para gastar neste

concelho. Bem, sendo assim, não sei por quê tanta preocupação e tanto foco na aprovação de projetos ou em haver verbas para projetos. Porque isto, senhor Presidente, de gerir, é tomar opções, é correr riscos. Nós não podemos fazer depender a nossa estratégia da aprovação ou não de um projeto. Se uma obra é estruturante, se é necessária, se é estratégica, faça-se. Se depois tem ou não cabimento ou pode ser acomodada num determinado projeto e pode ser financiada, excelente, ótimo. Agora, se não for, a obra tem de prosseguir. E por isso não pode fazer depender (isto é a minha sugestão, fará como bem entender), mas entendo eu e entende a bancada do PSD que não pode fazer depender, o exercício das suas funções, da aprovação ou não de verbas para financiar esses projetos. O que demonstra que não há estratégia. Porque isto é como as empresas. Havendo estratégia, o dinheiro tem que ser investido. Depois, se há ou não financiamento, isso já é a cereja no topo do bolo. Ou então estamos aqui a trabalhar para o folheto, como o senhor Dr. Valbom hoje tantas vezes foi interpelado, é a política do folheto. Ou seja, a da propaganda. O que me leva a crer que nada do que aqui está é verdade, porque estão aqui quase 12 milhões de euros com as suas respetivas, enfim, dotações orçamentais, para as rubricas que o Executivo bem entendeu, mas, fazendo fé naquilo que tem sido o passado recente, olhe, a FIT estavam lá 1 milhão de euros, ou cerca disso, não se fez. Para a Escola de São Miguel, estavam lá 500 mil euros, não se fez. Portanto, eu, sinceramente, não sei se acredito neste documento. Mas, como é da lei a integração do saldo de gerência, a bancada do PSD vai votar a favor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Algum senhor Deputado deseja intervir? Peço desculpa, não estava a ver.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Renovando os cumprimentos. Rapidamente, para dizer que a esta modificação que vamos agora aqui aprovar decorre da lei. Trata-se da integração do saldo de gerência anterior e, portanto, a bancada do Partido Socialista vai aprovar esta passagem. Dar nota, acrescentando àquilo que disse o Deputado que me antecedeu, o Deputado Ricardo Neves, que, atendendo ao valor do orçamento do ano anterior que tínhamos aqui aprovado em dezembro de 2021, estes 11 milhões e mais qualquer coisa que vamos aprovar, representam 18,6% do orçamento do ano anterior. E, portanto, este é o número que eu deixo aqui para todos refletirmos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se. Penso que não. Dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se entender falar. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito rapidamente. Estamos a falar num montante que se aproxima já dos 12 milhões de euros. Já aqui se falou, gerir é tomar decisões. É verdade. Decidimos tomar a decisão de fazer boa gestão. Desculpem lá se isto é crime, fazer boa gestão. Foi aquilo que nós fizemos ao longo deste ano, todo o Executivo e todos os técnicos e todos os chefes de divisão desta casa. E ouvimos aqui dizer que não se pode deixar de fazer intervenções, mesmo se não houver dinheiro. Ainda bem que diz isso senhor Deputado. Esperemos, nos próximos tempos, se houver a necessidade de virmos aqui contrair um qualquer empréstimo para fazer uma grande obra de grande envergadura, certamente já temos aqui o voto a favor de toda a bancada do Partido Social Democrata. Mas, aquilo que nós fizemos este ano, foi tomar as prioridades ou assumir prioridades para o investimento deste ano. A exponencial de preços, conforme nós aqui dissemos aquando da aprovação do orçamento, a inflação, os tais 3 milhões de euros de aumento de custos de primeira necessidade, a energia elétrica, os combustíveis, a alimentação dos nossos sete refeitórios. Só para essa via estão consignados 3 milhões de euros. E por isso temos que ter os pés bem assentes no chão, perante um cenário que vai acontecer ao longo deste ano. Certamente que, no final deste ano, não teremos este saldo orçamental. Digo já, de antemão. Será muito mais reduzido. Seja por esta via, seja por via das intervenções que nós estamos a fazer no pós incêndio, onde nós temos que investir, no mínimo, 1,5 milhões de euros para reparar infraestruturas municipais danificadas. Nos tais 6 milhões que o FEM deu para os incêndios, mas que depois, a mesma entidade, deu 96 para as cheias de Lisboa e do Porto. A diferença é tão só esta. Tal como o bom amealhar que foi os recebimentos que conseguimos fazer durante este ano dos fundos comunitários. E aquilo que nós lançámos há poucos dias, que é o início do programa Viver a Guarda. É aquele programa que nós queremos reabilitar a cidade e o mundo rural. Já muitas coisas foram feitas ao longo de anos e anos. Mas haverá sempre tantas e tantas coisas para executar, tantas e tantas obras para fazer, seja na cidade, seja no nosso concelho, em todas as freguesias rurais. E nós temos que estar bem preparados, porque os fundos

comunitários não dão dinheiros adiantados. Temos que fazer as obras, e, depois, o dinheiro lá virá, se nós conseguirmos fazer o trabalho bem feito. E com este orçamento, com esta integração desse saldo orçamental, estamos efetivamente preparados para o embate do início do próximo quadro comunitário de apoio, o 2030, seja também para as primeiras medidas do PRR, seja, também, para o esforço financeiro que este Município vai ter que fazer por força da inflação. Muito obrigado, senhor Presidente.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, este ponto, à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.2 - Alteração orçamental modificativa - primeira revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2023 - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedem-me os serviços de apoio que hoje proceda com outra metodologia. A Mesa tem adotado a metodologia de, no fim da sessão, da reunião, pedir aos senhores Deputados se aprovam a deliberação em minuta. Como há aqui alguma premência, porque este documento ainda tem que sair hoje, eu proponha, hoje, no fim das votações, por também à votação se aprovam a deliberação em minuta. Se não houver nenhum voto em contrário, a Mesa entende que é aprovada em minuta. Muito obrigado.” -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

Ponto 2.3 - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se algum senhor Deputado ou senhora Deputada desejar intervir, faça favor, tem a palavra. Faça favor, senhora Deputada.” ---

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. Vamos aprovar o plano, obviamente. Queremos congratular porque, finalmente, existe este plano na cidade da Guarda. Achamos apenas que as metas são pouco ambiciosas. No entanto, temos esperança que isto também tenha a ver com o facto de ser um projeto financiado e que,

na realidade, a aplicação dele seja muito mais ambiciosa do que aquilo que está planeado. Enquanto políticas LGBTIQ+, também podemos considerar que não estão bem previstas, tendo em conta que, sim, existe uma consideração, quanto a estas comunidades, em todos os objetivos, praticamente. No entanto, não há práticas direcionadas, ou seja, sim, estão lá colocados como comunidades e questões que devem ser trabalhadas, mas não são diretamente abordadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhor Deputado José Rodrigues, faz favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Boa tarde. Vou tentar ser breve. Acompanho a intervenção da Deputada Bárbara. É muito bom que o Município tenha um plano destes. Fiquei um bocado estupefato quando ainda há diferenças salariais entre homens e mulheres do Município. Acho que é uma coisa que tem de ser mesmo combatida. E, para além disso, também é de salientar o trabalho. O documento é extenso, é longo, mas está muito bem realizado, tem metas, objetivos para concluir e depois avaliar. Portanto, é parabenizar a Vice-Presidente que trouxe o trabalho, os técnicos que trabalharam no mesmo e agora é esperar que, depois de aprovado, seja realmente cumprido. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado Ribeiro, faça favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Boa tarde. Dar nota que saudamos a existência deste plano, embora tardiamente, vem no seguimento de uma lei que já é de 2013, e, portanto, só agora é que o estamos aqui a aprovar. Enfim, melhor tarde do que nunca, como é óbvio. Também há uma questão. O plano, genericamente, não nos levanta grandes dúvidas. Há uma questão que fica por esclarecer, se a Câmara afetou verbas específicas para promover a igualdade. Não vimos isso no plano. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Ana Rita Brissos, Deputada (PSD):** “Boa tarde a todos, mais uma vez. A bancada do PSD irá votar favoravelmente esta proposta, pois é totalmente a favor da integração e não discriminação em todas as suas vertentes. Felicitamos o Executivo Municipal por

pretender que este plano e, passo a citar, «tenha como objetivo transformar a Guarda num concelho de referência para a promoção de práticas inovadoras de combate à discriminação, agindo como motor de uma mudança positiva em direção à igualdade e equidade. Estamos convictos de que todos os envolvidos têm a noção da complexidade do que nos propomos fazer, pois se fazer protocolos e planos já tem a sua complexidade, implementá-los é muito mais exigente. Mais ainda se torna numa área desta natureza que, na verdade, não tem uma área. Portanto, todo ele é vasto em todas as áreas. É uma forma de atuar orientada pela liberdade, respeito e por toda aquela gestão das nossas opiniões, de acordo com as dos outros. Reforçamos a importância de um Município de proximidade, para conseguir implementar um plano à medida das reais necessidades do concelho da Guarda e reforçamos ainda que a bancada do PSD, votando a favor, pretende não só manifestar a sua concordância com o proposto, mas também disponibilizar-se para colaborar nesta meta, que é de todos.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Presumo que não haja mais nenhuma intervenção. Senhor Presidente da Câmara, não sei se deseja... Muito obrigado. Então, colocava esta proposta, aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.3 - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

Ponto 2.4 - Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor. Tem a palavra.”

- **Ricardo Neves de Sousa, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde. Obrigado, senhor Presidente. Este é um documento que agora se torna obrigatório. O Conselho para a Prevenção da Corrupção já desde 2012, se a memória não me traiçoa, que vem aconselhando todas as instituições públicas para terem um plano de gestão de riscos de corrupção e de infrações conexas, porque, efetivamente, a questão da corrupção é

muito importante e é um problema premente em Portugal. E, portanto, é importantíssimo que as instituições públicas tenham um documento desta natureza para fazer face aos riscos que possam advir dessa natureza. E desde já dou os parabéns ao técnico que elaborou o documento, o Arq.º Costa Gomes, porque, efetivamente, o documento está bem feito. Eu reconheço a complexidade que é fazer um documento desta natureza, até porque eu próprio, fui eu, sozinho, que fiz este documento para a ULS da Guarda e, portanto, sei o trabalho que está aqui vertido. No entanto, queria apenas fazer um pequeno reparo que é o seguinte. Para uma estrutura tão grande e tão complexa como é a Câmara da Guarda, que tem dez divisões e depois toda a estrutura organizacional que decresce daí, serem apenas apontadas cinco áreas de risco, parece-me que é, neste caso, manifestamente insuficiente. Tudo bem que no documento está aqui também plasmado que sofrerá revisões periódicas, no sentido de o melhorar cada vez mais. Mas, portanto, eu acho que, neste momento, fazia todo o sentido rever um pouco estas áreas de risco e incrementá-las, porque a Câmara da Guarda é uma entidade e uma estrutura muito complexa. Tem dez divisões e, portanto, é necessário aumentar de modo a sermos mais eficazes no nosso combate ao desperdício e também no combate à corrupção. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, deseja? Não deseja usar da palavra. Então, colocava também à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.4 - Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município da Guarda - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e oito votos a favor. -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

Ponto 2.5 - Caducidade da aprovação da “Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano Consolidado da Cidade da Guarda e Área Envolvente” - nova pronúncia - discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se alguma senhora Deputada... senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Boa tarde, mais uma vez. Sobre este assunto, eu fui sublinhando aqui algumas situações que gostaria de partilhar convosco. Antes de mais, temos aqui o que é o conceito de Área de Reabilitação Urbana como sendo uma área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, solidez, segurança, estética, ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana. Vulgo ORU. Ou seja, aqui temos uma situação onde as verbas do PRR, que estivemos a discutir de manhã, poderiam ser utilizadas. E poderiam ser utilizadas porque, ao contrário daquilo que de manhã nos disse o senhor Presidente, as candidaturas a esse programa podem ser através de reabilitação, construção ou aquisição, incluindo, neste caso, a subsequente construção ou reabilitação de imóveis para arrendamento acessível. Eu posso-vos deixar. Este é o aviso do arrendamento acessível. Por outro lado, também para o Centro Histórico da Guarda, poderíamos, de acordo com o plano, as despesas que são elegíveis são: o preço das aquisições ou de empreitadas; os trabalhos e fornecimento necessários às soluções de acessibilidades e de sustentabilidade ambiental; (vejam bem) as prestações de serviços conexas com as empreitadas, em especial relacionadas com projetos, fiscalizações e segurança de obra; os encargos com a publicitação do financiamento do PRR. Depois, dizer-vos, também, quem é que poderia ser candidato, no nosso Centro Histórico e nesta ARU, a poder candidatar-se à habitação com preços acessíveis. Se for um titular, estamos a falar de pessoas que tenham rendimentos até 35 mil euros por ano. Se forem dois titulares, estamos a falar de pessoas que tenham rendimento até, duas pessoas, até 45 mil euros por ano. É que, é bom que isto fique claro. Que é para depois, a seguir, não estarmos aqui a discutir coisas sem sabermos o que é que estamos a discutir. E, portanto, está aqui o aviso, está aqui a lei. A lei diz também que estes montantes podem ser para subarrendamento habitacional de: prédios urbanos, de partes urbanas de prédios mistos e de porções autónomas. Prédios urbanos podem ser casas em aldeias. Mas, neste momento, estamos a falar da ARU do Centro Histórico da Guarda. E, depois, diz assim também no programa: proporcionar respostas para as necessidades de mobilidade habitacional por razões familiares, profissionais ou de estudo e de mobilidade para territórios do interior. Vejam bem, está escrito no plano. Melhorar o

parque edificado existente. Também está escrito no plano. E depois alguém diria que não pode ser para estudantes. Na lei diz: os contratos de arrendamento no âmbito do programa de arrendamento acessível, podem ter a finalidade de residência permanente ou de residência temporária de estudantes do ensino superior. Está escrito na lei. Portanto, neste momento, é aquilo que eu vos queria dizer relativamente... peço desculpa, vou fazer..." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, deixe o senhor Deputado terminar." -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** "Pronto. Era isso que eu queria dizer. Mas depois, dizer-vos também, relativamente a esta ARU, isto aqui vem desde 2015. E desde 2015 que vai caducando. E vai caducando porque não existe uma ORU. Ou seja, não se operacionaliza nada. Fez-se aqui um texto muito bonito, eu vi, tem aqui umas coisas de história acerca do Centro Histórico. Mas, depois, a seguir, operacionalizar que é bonito, nada é feito. Gostaria de vos lembrar... por acaso não trouxe, deixei-o ali. Gostaria de vos lembrar a moção trazida a esta casa no início do ano passado (no início do ano passado, não. Foi na altura do verão, porque eu lembro-me do senhor Presidente ter dito que os funcionários da Câmara também tinham que ter férias) acerca do Centro Histórico, trazida pela Luísa Campos, onde nós dizíamos claramente o que é que tinha que ser feito no Centro Histórico, onde nós queríamos que o Centro Histórico começasse a ser reabilitado e a ser planificado. E, se calhar, se nessa altura nos tivessem ouvido, neste momento, com programas do PRR, se calhar a Câmara estava preparada. Infelizmente, a Câmara não ouve os Deputados, já sabemos disso. Essa moção até foi votada contra, na altura, porque não se podia pôr prazos. Era complicado pôr prazos. E, neste momento, já passou tanto tempo. E, estamos aqui, neste momento, a votar a caducidade, ou seja, a aprovar que isto seja novamente renovado. Porquê? Porque caducou o prazo para fazerem a operacionalização daquilo que deviam ter feito. E é aquilo que eu vos digo, sinceramente, é isto que nós estamos aqui a votar. Mas, atenção, isto aqui é desde 2015. Portanto, eu não estou a culpabilizar apenas este Executivo. Em 2015 fez-se isto muito bonito, mas depois, a seguir, não se fez mais nada. E neste momento, e bem, nós iremos votar favoravelmente, de forma a manter as taxas reduzidas para quem quiser construir no centro histórico, mas a parte que me interessa

a mim e que interessa a todos aguardentes é ter o centro histórico reabilitado, ter o centro histórico para viver. E, a propósito disso, deixem-me dizer-vos, não ficaria bem com a minha consciência. Ouvei, aqui há uns tempos, numa rádio desta terra, um técnico deste Município, que emite opiniões acerca de urbanismo, dizendo que o centro histórico da Guarda não dava para viver porque não tinha estacionamento; que o centro histórico da Guarda deveria servir para serviços e para comércio. Senhor Presidente, espero que não concorde com os técnicos desta Câmara. Há coisas assim, cada um tem a sua opinião. Mas isto é uma visão retrógrada do que é uma cidade. Os centros históricos são para ser vividos. Os centros históricos são para ser vividos e os automóveis são para ser retirados dos centros históricos, mas com os habitantes a habitar no centro histórico. E terão que as entidades arranjar maneira de mobilidade de forma a que os cidadãos habitem o centro histórico. E todos os serviços e comércios que existem no centro histórico serão para servir aqueles que lá vivem. Assim são as sociedades modernas, senhor Presidente. Espero, claramente eu ouvi isto, é a opinião de uma pessoa e tenho a certeza absoluta que o senhor Presidente não concordará com isto e tratará de, rapidamente, reabilitar o centro histórico e as habitações do centro histórico. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora ou senhor Deputado deseja intervir. Se não houver, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se deseja intervir. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado, não confunda ARU com PRR. Se até as siglas são tão diferentes! Não confunda as pessoas. Não venha aqui confundir as pessoas. Porque, de facto, o senhor fez essa tentativa. Eu sei bem onde é que o senhor quis chegar. Mas isso não leva a lado nenhum. No que diz respeito a PRR e avisos da habitação acessível, que foi o que o senhor esteve aí a explicar, são os promotores. Isso é para cada um dos promotores. Seja ARU, seja Câmara ou seja os particulares. E aquilo que eu referi de manhã, e volto a frisar aquilo que eu disse de manhã, que no protocolo de colaboração com a CIM, quem é o promotor é o IHRU. E não está trancado aquilo que os Municípios são responsáveis por pagar. Se e quando isso estiver trancado, então, nós, equacionamos ir mais além no contrato. Porque isto é um mero protocolo de colaboração, para além de apresentarmos, nós

próprios, com propriedades nossas, as candidaturas a esse aviso. E por aqui nos ficamos. Só para recordar aquilo que eu disse de manhã. No que diz respeito à ARU. Isto da ARU não tem nada a ver com PRR. Sabe para é que serve uma ARU, senhor Deputado? A ARU serve para duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, para permitir que hajam incentivos fiscais aos promotores das habitações, do comércio, dos serviços, do que for. E não é só no centro histórico. É no centro urbano consolidado. Não confundamos as áreas. E esse centro urbano consolidado vai até próximo da rotunda da “Ti Joaquina”, da rotunda dos F’s. É muito para além do centro histórico. É um centro urbano consolidado. E foi a primeira ARU feita nesta casa, em 2015. É verdade. E a ARU serve, tão só e simplesmente, para isto: para dar benefícios fiscais aos proprietários que queiram reabilitar o seu edificado e para que o Município possa ir aos fundos comunitários dos programas sub-regionais do país, o Centro 2020, o Centro 2030. É para isso que serve. Porque se não estiver uma determinada intervenção (pelas regras do 2020, era assim. Vamos ver as do 2030) ou numa ARU ou numa zona industrial abandonada ou em zonas ribeirinhas, jamais era aprovada uma operação de financiamento. Se quiser apontar, eu posso repetir para ver se aprende esta parte. Eu também aprendi, não nasci ensinado. Mas falou, há pouco, da ORU. O senhor já se esqueceu aquilo que aprovou aqui há uns meses atrás, que foi a discussão pública de uma ORU. Que era a ORU da ARU do centro urbano consolidado. Já se esqueceu aquilo que aprovámos aqui, senhor Deputado? Então, vá lá rever a matéria. Tudo isto são processos que demoram o seu tempo. Foi feito em 2015. Foi feita uma revalidação em, já não sei dizer, em 2018 ou 2019, já não me recordo. É de três em três anos, até que a ARU esteja em funcionamento. Depois, uma ORU terá uma validade de qualquer coisa como de quinze anos. Uma ORU. E, portanto, o caminho da ORU, conforme o senhor votou há uns meses atrás, está a ser feito. Mas enquanto a ORU não está resolvida, a ARU não pode cair, porque senão cai todo o processo. Senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, esta é explicação possível, mas não sei explicar melhor, para não haver aqui a confusão entre ARU’s e ORU’s. Porque devo-lhe dizer também, senhor Deputado, que nós não colocamos a mordaza na boca de ninguém. Vivemos em democracia. Cinquenta anos depois do 25 de Abril, é para lá que caminhamos, não colocamos a mordaza na boca de ninguém. E cada um fala aquilo que bem entende. É assim que dizem os valores de Abril e é assim que nós respeitamos todos

os funcionários desta casa e não só. Espero, senhor Presidente, que tenha correspondido às necessidades da explicação da não confusão. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava o ponto à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.5 - Caducidade da aprovação da “Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano Consolidado da Cidade da Guarda e Área Envolvente” - nova pronúncia - discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

Ponto 2.6 - Proposta de atribuição de recursos às Juntas de Freguesia para aquisição de equipamentos de proteção civil e aprovação da minuta do contrato interadministrativo de cooperação entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia do Concelho – discussão e votação. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre isto? Senhor Presidente Junta, faz favor. Já lhe dou a palavra, senhor Deputado.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Boa tarde a todos, uma vez mais. Senhor Presidente. Precisamente há nove meses, nesta sala, foi aprovada a transferência de competências para que as freguesias fossem autónomas no que respeita à manutenção de estradas, pavimentos, arruamentos, caminhos rurais. Hoje, podemos dar aqui um grande passo. Um apoio do Município para aquisição de equipamentos de combate a incêndios, que são indispensáveis para nós, Juntas de Freguesia com poucos recursos. Sei que muitos dos meus colegas dispõem de bons equipamentos. Ainda bem. Desde máquinas agrícolas, florestais, alfaias, equipamentos de transporte ou até mesmo equipas de intervenção rápida, etc., que, em caso de incêndio, podem-nos ajudar. E estas foram determinantes, onde se assistiu uma união tremenda entre freguesias para que a desgraça do verão passado não fosse ainda mais trágica. Infelizmente, a inexistência destes equipamentos, para várias freguesias, são uma realidade. Vou falar da realidade da minha freguesia, que presido,

onde, infelizmente, não temos esses equipamentos tão necessários. O valor anual, números redondos do FEF, são 40 mil euros. O valor atribuído, no nosso caso concreto, os 10 mil euros, como é a todos, corresponde a 25% do valor do FEF que recebemos anualmente. Estão bem a ver a dimensão do valor transferido. 25%. Senhor Presidente, como representante de todos os guardenses, em meu nome, em nome dos meus fregueses, o nosso muito obrigado por esta proposta de atribuição de recursos às juntas de freguesia. Mas também faço o apelo para que haja sessões de esclarecimento, por parte dos técnicos da Proteção Civil do Município, que já foi falado, pois estas são fundamentais para informar, avaliar o terreno e a prevenção. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Júlio Santos, Deputado (PSD):** “Ora, muito boa tarde a todos, mais uma vez. O grupo parlamentar do PSD reconhece a necessidade e a importância dos equipamentos de proteção civil, sendo esta iniciativa e considerando-a como uma mais-valia para a proteção da população, pelo que o voto será favorável. No entanto, questionamos o critério da distribuição dos valores, uma vez que o montante é igual para todas as freguesias e todas elas são diferentes, quer em área, quer em densidade populacional. E, por outro lado, e como disse aqui o Deputado anterior, umas dispõem já de uns meios que outras não dispõem. Portanto, é a única questão que deixamos. Mas claro que votaremos favoravelmente. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir, ou senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, deseja dar algum esclarecimento? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim. Obrigado, senhor Presidente da Assembleia, uma vez mais. Apenas explicar a importância desta medida para a proteção de pessoas e bens. Quem andou no terreno, e muitos de vós andaram no terreno nos últimos incêndios, particularmente falando desses, percebemos todos que o espírito de interajuda, eu já aqui falei isto, mas nunca é demais recordar que o espírito de interajuda foi fundamental em todos os incêndios. Fosse no primeiro da Arrifana, fosse no incêndio depois de Rocamondo e Vila Franca do Deão, fosse no incêndio da Serra da Estrela (no

incêndio um e no incêndio dois, depois daqueles reacendimentos), fosse no incêndio da Benespera, fosse no incêndio do Vale do Mondego, da Misarela, de Aldeia Viçosa, foi fundamental o espírito de interajuda entre as freguesias. E aquilo que nós demos conta, de uma forma efetiva, é que há muitas Juntas de Freguesia que não têm equipamentos para ajudar a proteger as pessoas da sua freguesia e os seus bens. E isto que nós aqui hoje propomos que seja aprovado não é para combater fogos. Não. É para, se quisermos, para aumentarmos a capacidade daquele programa que existe, que se chama Aldeias Seguras. Porque o que esse programa do Estado português dá, hoje em dia, é um megafone e um colete aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que é para se identificar como uma autoridade local. É um colete e um megafone. Mas isso não apaga fogos. Perdão, não ajuda a proteger as pessoas e os bens. É apenas andar nas ruas a dizer para as pessoas irem para os locais seguros. E, por isso, é muito importante este ponto que aqui nós estamos a propor que seja aprovado, para se poder fazer o caminho que uma ou outra Junta de Freguesia já começou a fazer, que é a criação das Unidades Locais de Proteção Civil. E, naturalmente, senhor Presidente de Junta de Freguesia, bem-haja pela sugestão e, no futuro, teremos que trabalhar sob esse ponto de vista, nessas ações de formação, pelo nosso Gabinete de Proteção Civil, no terreno. Tudo isto é muito importante para aumentarmos a resiliência. Fala-se tanto em resiliência e em resistência, esses nomes todos muito pomposos, mas é de uma forma efetiva que nos devemos preocupar e que se deve aplicar. E isto vem aumentar, e muito, a capacidade de resiliência das nossas aldeias, das nossas freguesias rurais e não só. Já de manhã falava no plano de avaliação de recursos hídricos do Parque Natural da Serra da Estrela, que também aqui irá ter um papel fundamental no plano de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, porque há zonas onde a quantidade de água é mais reduzida no solo e, naturalmente, vai ter que existir outros meios para essas áreas. Mas esse é um futuro que vai ser desenvolvido ao longo dos próximos meses, certamente. No que diz respeito ao valor para cada uma das Juntas de freguesia. Nós dissemos aqui, foi o nosso compromisso no orçamento, quando vos pedimos, no orçamento municipal, o vosso voto, isto está lá plasmado, assinado por mim, no orçamento para este ano, que era concretizar esta medida. E eu disse aqui em dezembro último que iria ser um valor igual para todas as Juntas de Freguesia. Sim, porque uma carrinha, uma pick-up, custa o mesmo valor em qualquer uma das freguesias. Um kit de incêndios, custa o mesmo valor

em qualquer uma das freguesias. Um trator, custa o mesmo valor em qualquer uma das freguesias. Uma cisterna, custa o mesmo valor em qualquer uma das Juntas de Freguesia. Os critérios estão plasmados precisamente no documento que vos foi presente, que em articulação com o Gabinete da Proteção Civil, que agradecemos muito todos os senhores Presidentes de Junta de Freguesia terem dito os equipamentos que têm. E é nesta conjugação de esforços que será analisado, entre vocês e o nosso Gabinete da Proteção Civil, para que vocês possam, no mais curto espaço de tempo, está plasmado no documento, adquirir esses equipamentos para que possamos estar um pouco mais protegidos, as nossas casas, os nossos bens e as nossas pessoas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, a proposta, à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.6 - Proposta de atribuição de recursos às Juntas de Freguesia para aquisição de equipamentos de proteção civil e aprovação da minuta do contrato interadministrativo de cooperação entre o Município da Guarda e as Juntas de Freguesia do Concelho – discussão e votação. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

Ponto 2.7 - Proposta de Regulamento de Atribuição de Apoio à Compra de Árvores Florestais. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Estão abertas as inscrições para se poder falar. Senhor Deputado José Gonçalves, faz favor.” -----

- **José de Almeida Gonçalves, deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Relativamente a este ponto, todos sabemos da importância da floresta. Somos também conhecedores que a área florestal tem aumentado, resultado não só do abandono da atividade agrícola, mas também da própria desertificação da região. Mas o que verificamos é que esta área que cresce é de um chamado mato bravo, sem qualquer controlo, desregulado. Para combater esta desregulação do território, que na época estival nos afronta ferozmente, entendeu, e bem, este Município, trabalhar no sentido de fomentar a criação de áreas

florestais reguladas, com o procedimento regulamentar tendente à elaboração e aprovação do regulamento de atribuição de apoio à compra de árvores florestais. É uma proposta inovadora que faz parte do programa eleitoral do PG, que evidencia uma notória efetivação da promoção à florestação do concelho. Não queremos nem precisamos de um mato à porta de casa, onde cada um age conforme lhe apraz. Não queremos outro verão igual ao de 2022. Basta o flagelo dos incêndios que a todos nos consomem e desgasta. Com a criação de espaços de arborização, pretende-se uma floresta ordenada e bem cuidada. Seja por razões económicas, por puro desinteresse ou por outras razões, nem todos os nossos concidadãos se comportam da mesma forma, face a esta matéria. Regulamentar a atribuição de apoio à compra de áreas florestais, é mais um meio para atingir os fins, essencial e fundamental, pois, até agora, nenhuma ação concertada de reflorestação foi promovida pelo Estado no nosso concelho. Certo e alavanca, espera-se, para o despertar de consciências, que todos se responsabilizem e contribuam para um clima de paz, sem incêndios, claro, e mais saudável. Todos somos importantes nesta luta, não só na sua divulgação como na execução e corresponsabilização, até, se necessário, dos proprietários. E aqui uma palavra de apreço aos caros Presidentes de Junta de Freguesia. Dirijo-me a vós, dignos representantes dos vossos fregueses, a quem a população ouve e escuta com redobrada atenção. Cabe-vos a vós um papel fundamental na divulgação desta medida. Sem o vosso trabalho, conheço a vossa luta e dedicação, peço-vos, desculpem-me a ousadia, mais esta ação. Para o efeito, criou-se, então, o regulamento, à luz da lei do Código do Procedimento Administrativo. Seguiu os trâmites legais. Submetido a consulta pública, com registo de muitas propostas que foram acolhidas pela comissão interna. Temos a redação final e posto, então, a votação. Entendo que este documento mereceu toda a vossa atenção e por ser importante para o nosso bem-estar físico, psicológico, social e económico, obteve o vosso melhor acolhimento e será aprovado por todos. Obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir. Quer intervir? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Ora, muito boa tarde. A bancada do PS vai-se abster em relação a este ponto, considerando que não concorda que se mantenha,

no regulamento, o artigo oitavo sobre as indemnizações. A nossa proposta é no sentido de não incluir no clausulado a possibilidade de anulação da indemnização. Porquê? Na versão atual, a indemnização aplicar-se-á quando os requerentes prestarem falsas declarações com o intuito de receber financiamento de árvores florestais de forma indevida. Senhor Presidente, como poderá, então, haver possibilidade de perdão neste caso específico em que há falsas declarações com intuito de financiamento indevido com dinheiros públicos? O perdão porá a Câmara numa situação de prevaricação óbvia. O regulamento abre duplamente a possibilidade de prevaricação ao requerente e à Câmara. Prevê a possibilidade de se prevaricar na utilização de dinheiros públicos, por poder não haver indemnização, e prevê poder haver um perdão, por parte da Câmara, apesar de haver falsidade de declarações e intuito de receber financiamento indevido. A possibilidade de a Câmara poder conceder perdão neste caso flagrante, porá a própria Câmara em situação de prevaricação, pelo que o PS se irá abster neste ponto. Mas ainda sobre este assunto de árvores, queria apresentar, perante a Assembleia, uma forma de a Guarda entrar no século XXI no que diz respeito à agricultura e à prevenção dos incêndios. Senhor Presidente, os habitantes do concelho da Guarda necessitam de uma Câmara Municipal com visão estratégica, com uma atuação eficaz em áreas específicas. Esta visão estratégica poderá não trazer votos fáceis, como pode ser o caso dos entretenimentos populares. São, no entanto, essenciais para a preservação da vida no concelho, no país e mesmo no mundo. Como alguns talvez saibam, trabalho na área da agricultura, mais concretamente na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Delegação da Guarda. Falo na minha área de especialização. Assim, venho hoje pedir ao senhor Presidente que olhe pela preservação da vida do nosso concelho, naquilo que diz respeito à agricultura. Hoje, não vou falar sobre recursos de água que todos concordam serem fundamentais para a vida de cada um de nós. Todos sabemos o que é uma inundação e todos sabemos o que é uma seca nos campos. Não. Hoje, trago à vossa atenção, a preservação dos recursos genéticos agrícolas e a preservação da floresta. É essencial que o senhor Presidente e todos aqui presentes se apercebam do que está em causa quando se fala de recursos genéticos, pois, sem conhecimento, não pode haver interesse. E, apesar de cada um se especializar numa área diferente, um Presidente de Câmara tem que abarcar os aspetos do concelho que, quando aceitou o cargo de Presidente de Câmara, se responsabilizou por supervisionar, acautelar,

melhorar e preservar. Foi esse o compromisso que assumiu perante os munícipes. Senhor Presidente, precisamos do seu interesse nesta área. Senhor Presidente, o concelho da Guarda e o país possuem recursos genéticos únicos no mundo que necessitam de ser preservados. A conservação dos recursos genéticos nacionais, assume uma enorme relevância atual e futura. Em toda a Europa, incluindo Portugal, e no mundo, há uma grande preocupação, por parte da comunidade científica, em conservar os genes que sejam de origem animal ou vegetal, que poderão ser decisivos, nas próximas décadas, para permitir, por exemplo, a adaptação das culturas às alterações climáticas ou a resistência às doenças. Os recursos genéticos são também fundamentais para a ocupação equilibrada dos territórios e para a competitividade e sustentabilidade da agricultura portuguesa. Por outro lado, a singularidade dos recursos genéticos animais e vegetais destinados à alimentação, dá forma à identidade de uma região e de uma cultura. E, tal como recursos diferentes e únicos nos fazem ir visitar outros países, os nossos recursos únicos e singulares podem tornar-se num forte fator de atração turística. Existem programas de melhoramento e valorização dos recursos genéticos por todo o nosso país. Eles são coordenados pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e têm grande impacto em todo o país, e em particular nos territórios de baixa densidade populacional, como é o caso do nosso. A saber, há o Banco Português de Germoplasma Animal, em Santarém, e o Banco Português de Germoplasma Vegetal em Braga. Estes Bancos de Germoplasma, estão classificados no grupo dos maiores Bancos de Germoplasma do mundo. Pergunta-se, agora, o que é necessário para estas sementes serem semeadas sem haver contaminação e preservarem a sua pureza? A resposta é que, para serem reproduzidas, necessitam de uma área longe de outras plantações agrícolas, para não permitir o cruzamento de espécies. Como fazer isto? Aqui, podem conjugar-se duas necessidades do país, a de preservar estas espécies únicas e a de permitir as sementeiras em zonas isoladas, como, por exemplo, zonas de floresta e matos, o que vulgarmente se chamaria mosaico florestal. Assim, imaginemos um tabuleiro de xadrez gigante. Os quadrados pretos podem ser ocupados pelas espécies que estiver a preservar e os quadrados brancos plantados com floresta. Serão, então, dois benefícios para o concelho. Considerando que podemos ligar o melhoramento e a valorização dos recursos genéticos nacionais e o combate indireto aos fogos florestais pela diminuição das áreas contínuas de matos e floresta, propomos

a esta Câmara Municipal que encete ligação entre os institutos que poderão abraçar esta iniciativa, tais como: o INIAV, o Ministério da Agricultura, o Instituto Politécnico da Guarda, a CIM Beiras e Serra da Estrela, a AGIF e outras entidades públicas e privadas, de modo a construir-se este mosaico florestal no nosso concelho, aliado ao melhoramento e à valorização dos recursos genéticos. Senhor Presidente, o concelho da Guarda pode ser um exemplo a seguir. Acautele este património para as gerações vindouras. Lidere um projeto como este. Faça a diferença.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada deseja intervir. Quer responder? Faz favor, faz favor. Tem tempo.” -----

- **José de Almeida Gonçalves, deputado (PG):** “É evidente que a intervenção que fez é relevante e importante naquilo que apresentou. Mas eu vejo até na minha própria atividade. Podemos fazer mil e um planos de recuperações para os alunos. Mas se eles também não nos ajudarem, isto é, se não fizerem a parte deles, não há hipótese, não conseguimos. E por isso é que eu fiz aqui, de certa forma, um apelo aos Presidentes de Junta para que, junto dos fregueses, não é, porque estamos a falar essencialmente das áreas rurais, os incentivem. Eu mesmo tenho dado esse exemplo. Quando fala aqui dos recursos, os bichinhos que andam lá, lá andam à vontade. Não mato nenhum. Ao nível da limpeza, o terreno está todo limpo. Podem ir ver. Plantações, entre o inverno passado e o deste, já vai mais de trezentos pinhos. Pinheiros. E só falo desses, não falo do resto. Portanto, é preciso também dar o exemplo e trabalhar nesse sentido. Não é? Porque os planos só não chegam.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não havendo mais nenhum senhor Deputado ou senhora Deputada para intervir, dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se entender.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Eu vou apenas reler aqui, muito telegraficamente, o que diz o artigo 8º, Indemnizações: «Os requerentes que prestem falsas declarações com o intuito de receber financiamento de árvores florestais de forma indevida, terão de indemnizar o Município no valor da comparticipação acrescida de 30%, podendo o Presidente propor à Câmara Municipal a

anulação no todo ou parte daquela indemnização sob proposta devidamente fundamentada». Para que não restem dúvidas, para que ninguém queira enganar o erário público. No que diz respeito àquilo que aqui foi referido. Isto é corresponsabilização dos proprietários. Esta é uma medida que não existe em mais lado nenhum na nossa região. E posso-vos dizer que, no nosso país, existem poucos Municípios que ousaram tomar esta medida. E estamos muito satisfeitos com o trabalho técnico que foi feito. Puramente técnico. Os políticos não meteram mesmo a foice na seara alheia, como se costuma dizer. E aqui nós não devemos confundir as competências da Câmara Municipal da Guarda, senhora Deputada, com as competências do Ministério da Agricultura, seja no património genético, seja nas outras questões que a senhora acabou de referenciar. Faça o Estado aquilo que lhe compete e talvez assim não estejam tantas espécies em risco de extinção. Nós faremos a nossa parte e por isso é que nós ousamos fazer este investimento na reflorestação do nosso concelho, nesta medida única, conforme eu há pouco referi, não só nas áreas ardidas, que é um bom incentivo, mas também para a diminuição tendencial das terras abandonadas. O Estado não tem nenhuma destas medidas de apoio para a reflorestação pós incêndio. Até hoje, no nosso concelho, não surgiu uma única. As únicas que surgiram foram pequenos ensaios, e bem, de algumas entidades privadas, de uma ou outra Junta de Freguesia. Surgiram as medidas pós incêndio, mas, no que diz respeito a reflorestação, até agora, bola! Como se costuma dizer. O Município assume aqui a sua responsabilidade para ajudar as Juntas de Freguesia, para ajudar todos os privados, para que se consiga iniciar este processo tão importante que é reduzir a área abandonada no nosso território e a reflorestação tão importante do nosso concelho. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto à votação.” -----

Resultado da votação do Ponto 2.7 - Proposta de Regulamento de Atribuição de Apoio à Compra de Árvores Florestais. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta votos a favor. -----

- Aprovado, em minuta, por unanimidade. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faça favor.” -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Senhor Presidente, cada macaco no seu galho, desculpe a expressão. O Ministério da Agricultura e das Florestas tem as suas competências e tem os Bancos de Germoplasma, como eu referi inicialmente. Agora, o que eu disse aqui não é para a Câmara substituir as competências do Ministério. O que eu aqui disse ou tentei transmitir, peço desculpa se não fui clara, é que a Câmara agarre nesta possibilidade e juntar as duas coisas. Por um lado, está a contribuir para a preservação de recursos genéticos. Como por exemplo, imaginemos o caso do centeio, que temos dois núcleos de centeio, um no concelho da Guarda e outro no concelho de Trancoso, muito específicos, que já países nórdicos vieram buscar semente para fazer melhoramentos das sementes deles. Portanto, eu não estou a dizer para a Câmara substituir ninguém. Eu estou a dizer à Câmara é que, com as Juntas de Freguesia e com a população, se pode fazer as duas coisas em simultâneo. Fazer um mosaico florestal para evitar áreas contínuas de mato e floresta e, de uma forma indireta, contrariar a propagação do fogo, e, ao mesmo tempo, em vez de fazer uma agricultura ou terrenos agrícolas que são pobres, ou que não têm água...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ó senhora Deputada...” -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “... e são delgados, fazer os recursos genéticos e não fazer outra cultura.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, eu presumi que viesse fazer uma...” -----

- **Maria Manuel Pimentel, Deputada (PS):** “Já me retiro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “... viesse fazer uma declaração de voto. Parece-me que foi, outra vez, argumentar. Mas pronto. O que eu agora também propunha, e para que não tivesse falhado nenhuma, se podemos aprovar esta e todas as outras deliberações, para a eventualidade de ter falhado alguma, *em minuta*. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos. Ainda não saiu ninguém.” -----

Ponto 2.8 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da atividade municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “O último ponto é a informação escrita do senhor Presidente da Câmara da Guarda acerca da atividade municipal. Penso que isto é apenas o relatório e não tem direito a qualquer intervenção. Cumpre-me agradecer a todos... Senhores Deputados, a senhora Deputada pede a palavra. Agradeço que se mantenham na sala e que seja tão sucinta quanto possível.” -----

- **Luísa Campos, Deputada (PS):** “Boa tarde. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os presentes. Senhor Presidente, em primeiro lugar, congratulo-me por ter sido sensível à nossa indignação, expressa há cerca de um ano, sobre os bancos do Jardim José de Lemos, que, tendo sido úteis e adequados durante toda a vida dos membros mais velhos desta Assembleia, foram removidos e substituídos por bancos sem ergonomia necessária para o conforto de nos podermos sentar a desfrutar de uma simples tarde ao ar livre. Demasiado frios no inverno, demasiado quentes no verão. Informa-nos, agora, o Senhor Presidente, que: 1) os bancos do Jardim do Largo Frei Pedro foram já totalmente recuperados; 2) os do Jardim dos Combatentes foram-no em parte; 3) os restantes do Jardim dos Combatentes, bem como os do Jardim da Avenida de São Miguel e os do Jardim da Rua Formosa se encontram em fase de reparação. Congratulamo-nos por esta mudança de atitude que se verifica em relação à preservação do nosso património de mobiliário urbano. No entanto, gostaríamos todos, tenha a certeza, de ver recuperados os bancos de madeira do próprio Jardim José de Lemos, que estão, certamente, guardados em algum depósito camarário. E perguntamos. Consideraria, também, reabilitá-los e recolocá-los no Jardim José de Lemos? Senhor Presidente, gostaríamos de ali nos podermos voltar a sentar para descansar, quer à sombra das árvores no verão, quer no Inverno para observar a natureza despida e algum nevão inesperado, ou simplesmente para pensar sem que o corpo nos fique a doer. Em segundo lugar, venho abordar a parte da informação do senhor Presidente que se refere ao Centro de Recolha Oficial, conhecido por CRO e congratular-me que esteja a ser elaborado e implementado um documento informático para, como se afirma, registo do histórico da passagem de animais no referido CRO, desde a sua entrada até à sua saída, com efeitos no início do ano de 2023. Poderemos, assim, deduzir, senhor Presidente, que anteriormente a esta data e a este documento de registo, não estavam a ser registados os dados referentes: 1) à qualidade de animais

admitidos no CRO por agente de envio; 2) à quantidade de animais esterilizados, vacinados, abatidos, mortos de morte natural e reclamados? Senhor Presidente, noto, com estranheza, que nesta informação não há referência a qualquer atividade do CRO levada a cabo ao abrigo do programa CED, com os gatos das duas colónias ao cuidado da Câmara Municipal, designadamente o número de vezes por semana que foram alimentados, o número de gatos capturados e a data da sua captura, o número de gatos tratados, o número de gatos esterilizados e a entidade que executa essa esterilização, bem como a data de devolução à respetiva colónia. E pergunto: qual a justificação para esta lacuna? Estando a atividade do CRO a ser registada informaticamente, o documento em questão não deverá demonstrar o cumprimento da lei em relação às atividades do programa CED? Pergunta-se, ainda: fazem parte deste documento os elementos de identificação de cada animal, cão ou gato, de modo a que seja possível seguir o percurso de cada um deles dentro do CRO? A última pergunta é sobre se está já em curso a elaboração do projeto para o novo gatil e, caso afirmativo, se o autor do projeto ouviu ou pretende ouvir as indicações das associações zoófilas, antes de dar o projeto por terminado? Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja dar algum esclarecimento à senhora Deputada sobre este tema.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito rapidamente. Sobre os bancos do Jardim Lemos, não, senhora Deputada. Nós não vamos colocar os bancos antigos porque eles já não existem nos estaleiros municipais. Aquilo que importa fazer agora é a manutenção daquele Jardim José de Lemos. O que a senhora podia pedir aqui era: faça-se lá a manutenção. Porque, de facto, está a ser necessária, muito necessária uma manutenção simples, mas está a ser necessitada. Já tenho falado sobre isso com o senhor chefe de divisão para podermos fazer, assim que possível, uma pequena manutenção no Jardim José de Lemos. Aí, estamos de acordo. No que diz respeito às questões do CRO, o programa CED. Olhe, houve, recentemente, com duas Juntas de Freguesia, já um acordo para iniciar um processo também de implementação do programa CED nessas Juntas de Freguesia. Os serviços estão, de uma forma contínua, a trabalhar na melhoria do serviço, no que diz respeito a essa questão dos registos. Eu